

Lima Barreto

**Antologia de artigos, cartas e
crônicas sobre trabalhadores**

Organização

**Antônio Augusto Moreira de Faria
Rosalvo Gonçalves Pinto**

**v
v v
v v
viva voz**

Organizadores

Antônio Augusto Moreira de Faria
Rosalvo Gonçalves Pinto

Lima Barreto
Antologia de artigos, cartas e crônicas
sobre trabalhadores



FALE/UFMG
Belo Horizonte
2012

Diretor da Faculdade de Letras

Luiz Francisco Dias

Vice-Diretora

Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet

Comissão editorial

Eliana Lourenço de Lima Reis

Elisa Amorim Vieira

Fábio Bonfim Duarte

Lucia Castello Branco

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Maria Inês de Almeida

Sônia Queiroz

Organizadores

Antônio Augusto Moreira de Faria, Rosalvo
Gonçalves Pinto (Coordenadores), Adriana Corrêa
Costa David, Clarice Lage Gualberto, Denise dos
Santos Gonçalves, Letícia Lucinda Meirelles, Luiz
Paixão Lima Borges, Maria Juliana Horta Soares,
Priscila Lopes Viana, Rosa Maria Saraiva Lorenzin

Capa e projeto gráfico

Glória Campos

Mangá – Ilustração e Design Gráfico

Diagramação

Marco Antônio Durães

Alda Lopes

Revisão de provas

xxxxx

xxxxx

ISBN

978-85-7758-154-2 (impresso)

978-85-7758-155-9 (digital)

Endereço para correspondência

FALE/UFMG – Laboratório de Edição

Av. Antônio Carlos, 6627 – sala 4081

31270-901 – Belo Horizonte/MG

Telefax: (31) 3409-6072

e-mail: revisores.fale@gmail.com

site: www.lettras.ufmg.br/labeled

Sumário

7 Um trabalhador que escreveu sobre outros trabalhadores

Antônio Augusto Moreira de Faria
Rosalvo Gonçalves Pinto

Lima Barreto

- 11 Maio
- 15 O caso do mendigo
- 19 Palavras de um *snoB* anarquista
- 25 Os “cortes”
- 27 Conhecem?
- 29 Carta fechada – Meu maravilhoso Senhor Zé Rufino
- 33 Carta aberta
- 37 Sobre a carestia
- 41 São Paulo e os estrangeiros [I]
- 45 São Paulo e os estrangeiros [II]
- 49 Alvarás, cartas régias, etc.
- 53 No ajuste de contas...
- 63 Tenho esperança que...

69	Vera Zassulitch
75	Da minha cela
85	A matemática não falha
93	Carta aberta
101	São capazes de tudo...
107	Problema vital
111	Sobre o maximalismo
119	Homem ou boi de canga?
123	Simple reparo
127	<i>Grève</i> inútil
129	A <i>grève</i> da Cantareira
131	Manuel de Oliveira
155	Referências

Um trabalhador que escreveu sobre outros trabalhadores

À memória de Monteiro Lobato e Astrojildo [sic] Pereira, que estiveram entre os pioneiros na valorização de Lima Barreto; e de Jorge Amado, que também teve como personagem principal o povo brasileiro.

Noventa anos após a morte, o funcionário público e escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), permanece atual em sua obra, entre outros motivos porque escreveu muito, e bem, sobre operários e outros personagens do povo. Observou atentamente o que ocorria no Brasil e no exterior desde nossa abolição oficial da escravatura, cujo 13 de maio de 1888 coincidiu com o sétimo aniversário da então criança (leia-se “Maio”, nesta antologia).

A observação atenta acompanhou a vida dos trabalhadores nos primeiros tempos do Brasil sob o regime republicano: “Palavras de um *snob* anarquista” (publicado originalmente em 1913 n’*A voz do trabalhador*, jornal da primeira Confederação Operária Brasileira); “Sobre a carestia”; “São Paulo e os estrangeiros”, I e II; “Da minha cela”; “Carta aberta”; “Problema vital”; “Sobre o maximalismo”; “Homem ou boi de canga?”; “Simples reparo”; “A greve da Cantareira”; “Manuel de Oliveira”.

Não escaparam ao olhar de Lima Barreto as relações entre os trabalhadores do Brasil e de outros países. As primeiras conseqüências da dominação estadunidense sobre os povos das três Américas foram acompanhadas em “São capazes de tudo...”. Por outro lado, a Revolução Russa e alguns de seus personagens foram tratados em “Vera Zassulitch” e “No ajuste de contas” – artigo que, publicado em 1918, encerra-se saudando a então recente Revolução de 1917: “‘A face do mundo mudou’. Ave Rússia!”

Com tais características, Lima Barreto e sua linguagem posicionam-se em oposição frontal aos poderosos da época, em variadas dimensões: política, social, econômica, cultural. Razão por que a obra de nosso escritor passou décadas marginalizada na cultura brasileira – inclusive na cultura escolar, em que até hoje não tem o devido reconhecimento.

A presente edição, procurando reunir crônicas, cartas e artigos de Lima Barreto sobre trabalhadores, adota critérios linguísticos ortográficos, morfossintáticos e semânticos que devem ser explicitados. O primeiro foi a atualização ortográfica e gramatical segundo as normas vigentes atualmente.

Há exceções ao primeiro critério, que decorrem do segundo: o interesse linguístico histórico em manter registrada a grafia de palavras que no início do século XX se incorporavam à língua portuguesa do Brasil, principalmente estrangeirismos como o inglês *sky-scra- per*, que posteriormente seria traduzido como “arranha-céu”, e o francês *grève*.

Um terceiro critério foi o respeito ao estilo do escritor, que em alguns aspectos difere dos padrões hoje predominantes, como no emprego do travessão e no uso de vírgula entre o sujeito gramatical, quando longo, e o predicado.

Cabe ainda registrar dois outros fatos linguísticos: o detalhamento descritivo e a originalidade. Esta pode ser observada, por exemplo, na crônica “O caso do mendigo”, que proporciona tratamento inédito ao personagem principal, por vê-lo como (ex-)trabalhador. A originalidade é um dos fatores que situam crônicas de Lima Barreto, provenientes do discurso jornalístico, também no discurso literário.

O detalhamento descritivo, por sua vez, está presente em textos como a crônica “Manuel de Oliveira”, que especifica diferentes procedências dos africanos trazidos ao Brasil para o trabalho escravo: “cabinda”, “benguela”, “congo”.

O presente livro é o segundo entre as antologias sobre trabalhadores que começam a ser publicadas pelo LinTrab – Grupo de Estudos sobre Linguagem, Trabalho, Educação e Cultura, composto por professores e estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que na Faculdade de Letras desenvolvem análise linguística de discursos educacionais, históricos, jornalísticos e literários sobre trabalhadores. A primeira antologia, *Poemas brasileiros sobre trabalhadores*, também está disponível online.¹

¹ www.lettras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/poemastrabalhadore-site.pdf.

A divulgação pela internet tem como principal objetivo contribuir para a difusão dos textos, tornando-os facilmente acessíveis a trabalhadores, estudantes e quaisquer outros interessados.

Finalmente, deve ser registrado que o presente livro é devedor de vários outros trabalhos, desde a pioneira publicação em 1956 das *Obras completas de Lima Barreto* por Francisco de Assis Barbosa, com colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcânti Proença, até a edição de 2004 *Toda crônica: Lima Barreto*, organizada por Beatriz Resende e Rachel Valença.

Antônio Augusto Moreira de Faria

Rosalvo Gonçalves Pinto

Novembro de 2012.

Maio

Gazeta da Tarde | 4-5-1911

Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as ambições desabrocham de novo e, de novo, me chegam revoadas de sonhos. Nasci sob o seu signo, a treze, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz se misturam recordações da minha meninice.

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.

Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, um *sky scraper*¹; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo.

Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio.

Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenço, vivas...

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria.

Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia.

Houve missa campal no Campo de São Cristóvão. Eu fui também com meu pai; mas pouco me recordo dela, a não ser lembrar-me que, ao assisti-la, me vinha aos olhos a "Primeira Missa", de Vítor Meireles. Era como se o Brasil tivesse sido descoberto outra vez... Houve o barulho de bandas de música, de bombas e girândolas, indispensável aos nossos regozijos; e houve também préstitos cívicos. Anjos despedaçando grilhões, alegorias toscas passaram lentamente pelas ruas. Construíram-se

¹ Ainda não existia o termo arranha-céu na língua portuguesa do Brasil.

estrados para bailes populares; houve desfile de batalhões escolares e eu me lembro que vi a princesa imperial, na porta da atual Prefeitura, cercada de filhos, assistindo àquela fileira de numerosos soldados desfiar devagar. Devia ser de tarde, ao anoitecer.

Ela me parecia loura, muito loura, maternal, com um olhar doce e apiedado. Nunca mais a vi e o imperador nunca vi, mas me lembro dos seus carros, aqueles enormes carros dourados, puxados por quatro cavalos, com cocheiros montados e um criado à traseira.

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos.

Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na consciência de todos a injustiça originária da escravidão.

Quando fui para o colégio, um colégio público, à Rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado.

A professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito deve o meu espírito, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! livre!

Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos propósitos da nossa fantasia.

Parece que essa convicção era geral na meninada, porquanto um colega meu, depois de um castigo, me disse: "Vou dizer a papai que não quero voltar mais ao colégio. Não somos todos livres?".

Mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!

Dos jornais e folhetos distribuídos por aquela ocasião, eu me lembro de um pequeno jornal, publicado pelos tipógrafos da Casa Lombaerts. Estava bem-impresso, tinha umas vinhetas elzevirianas, pequenos artigos e sonetos. Desses, dois eram dedicados a José do Patrocínio e o outro à princesa. Eu me lembro, foi a minha primeira

emoção poética a leitura dele. Intitulava-se “Princesa e Mãe” e ainda tenho de memória um dos versos:

Houve um tempo, senhora, há muito já passado...

São boas essas recordações; elas têm um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo.

Oh! O tempo! O inflexível tempo, que como o Amor, é também irmão da Morte, vai ceifando aspirações, tirando presunções, trazendo desalentos, e só nos deixa na alma essa saudade do passado às vezes composta de coisas fúteis, cujo relembrar, porém, traz sempre prazer.

Quanta ambição ele não mata! Primeiro são os sonhos de posição: com os dias e as horas e, a pouco e pouco, a gente vai descendo de ministro a amanuense; depois são os do Amor – oh! como se desce nesses! Os de saber, de erudição, vão caindo até ficarem reduzidos ao bondoso Larousse. Viagens... Oh! As viagens! Ficamos a fazê-las nos nossos pobres quartos, com auxílio do Baedeker e outros livros complacentes.

Obras, satisfações, glórias, tudo se esvai e se esbate. Pelos trinta anos, a gente que se julgava Shakespeare, está crente que não passa de um “Mal das Vinhas” qualquer; tenazmente, porém, ficamos a viver, esperando, esperando... o quê? O imprevisto, o que pode acontecer amanhã ou depois. Esperando os milagres do tempo e olhando o céu vazio de Deus ou deuses, mas sempre olhando para ele, como o filósofo Guyau.

Esperando, quem sabe se a sorte grande ou um tesouro oculto no quintal? E maio volta... Há pelo ar blandícias e afagos; as coisas ligeiras têm mais poesia; os pássaros como que cantam melhor; o verde das encostas é mais macio; um forte flux de vida percorre e anima tudo...

O mês augusto e sagrado pela poesia e pela arte, jungido eternamente à marcha da Terra, volta; e os galhos da nossa alma que tinham sido amputados – os sonhos, enchem-se de brotos muito verdes, de um claro e macio verde de pelúcia, reverdecem mais uma vez, para de novo perderem as folhas, secarem, antes mesmo de chegar o tórrido dezembro.

E assim se faz a vida, com desalentos e esperanças, com recordações e saudades, com tolices e coisas sensatas, com baixezas e grandezas, à espera da morte, da doce morte, padroeira dos aflitos e desesperados...

O caso do mendigo

Gazeta da Tarde | 26-05-1911

Os jornais anunciaram, entre indignados e jocosos, que um mendigo, preso pela polícia, possuía em seu poder valores que montavam à respeitável quantia de seis contos e pouco.

Ouvi mesmo comentários cheios de raiva a tal respeito. O meu amigo X, que é o homem mais esmoler desta terra, declarou-me mesmo que não dará mais esmola. E não foi só ele a indignar-se. Em casa de família de minhas relações, a dona da casa, senhora compassiva e boa, levou a tal ponto a sua indignação, que propunha se confiscasse o dinheiro ao cego que o ajuntou.

Não sei bem o que fez a polícia com o cego. Creio que fez o que o Código e as leis mandam; e, como sei pouco das leis e dos códigos, não estou certo se ela praticou o alvitre lembrado pela dona de casa de que já falei.

O negócio fez-me pensar, e, por pensar, é que cheguei a conclusões diametralmente opostas à opinião geral.

O mendigo não merece censuras, não deve ser perseguido, porque tem todas as justificativas a seu favor. Não há razão para indignação, nem tampouco para perseguição legal ao pobre homem.

Tem ele, em face dos costumes, direito ou não a esmolar? Vejam bem que eu não falo de lei; falo dos costumes. Não há quem não diga: sim. Embora a esmola tenha inimigos, e dos mais conspícuos, entre os quais, creio, está M. Bergeret, ela ainda continua sendo o único meio de manifestação da nossa bondade em face da miséria dos outros. Os séculos a consagram; e, penso, dada a nossa defeituosa organização social, ela tem grandes justificativas. Mas não é bem disso que eu quero falar. A minha questão é que, em face do costume, o homem tinha direito de esmolar. Isto está fora de dúvida.

Naturalmente ele já o fazia há muito tempo, e aquela respeitável quantia de seis contos talvez represente economias de dez ou vinte anos.

Há, pois, ainda esta condição a atender: o tempo em que aquele dinheiro foi junto. Se foi assim num prazo longo, suponhamos dez anos, a coisa é assim de assustar? Não é. Vamos adiante.

Quem seria esse cego antes de ser mendigo? Certamente um operário, um homem humilde, vivendo de pequenos vencimentos, tendo às vezes falta de trabalho; portanto, pelos seus hábitos anteriores de vida e mesmo pelos meios de que se servia para ganhá-la, estava habituado a economizar. É fácil de ver por quê. Os operários nem sempre têm serviço constante. A não ser os de grandes fábricas do Estado ou de particulares, os outros contam que, mais dias, menos dias, estarão sem trabalhar, portanto sem dinheiro; daí lhes vem a necessidade de economizar, para atender a essas épocas de crise.

Devia ser assim o tal cego, antes de o ser. Cegando, foi esmolar. No primeiro dia, com a falta de prática, o rendimento não foi grande; mas foi o suficiente para pagar um caldo no primeiro frege que encontrou, e uma esteira na mais sórdida das hospedarias da Rua da Misericórdia. Esse primeiro dia teve outros iguais e seguidos; e o homem se habituou a comer com duzentos réis e a dormir com quatrocentos; temos, pois, o orçamento do mendigo feito: seiscentos réis (casa e comida) e, talvez, cem réis de café; são, portanto, setecentos réis por dia.

Roupa, certamente, não comprava: davam-lha. É bem de crer que assim fosse, porque bem sabemos de que maneira pródiga nós nos desfazemos dos velhos ternos.

Está, portanto, o mendigo fixado na despesa de setecentos réis por dia. Nem mais, nem menos; é o que ele gastava. Certamente não fumava e muito menos bebia, porque as exigências do ofício haviam de afastá-lo da "caninha". Quem dá esmola a um pobre cheirando a cachaça? Ninguém.

Habituado a esse orçamento, o homenzinho foi se aperfeiçoando no ofício. Aprendeu a pedir mais dramaticamente, a aflautar melhor a voz; arranjou um cachorrinho, e o seu sucesso na profissão veio.

Já de há muito que ganhava mais do que precisava. Os níqueis caíam, e o que ele havia de fazer deles? Dar aos outros? Se ele era pobre, como o podia fazer? Pôr fora? Não; dinheiro não se põe fora. Não pedir mais? Aí interveio uma outra consideração.

Estando habituado à previdência e à economia, o mendigo pensou lá consigo: há dias que vem muito; há dias que vem pouco, sendo assim, vou pedindo sempre, porque, pelos dias de muito, tiro os dias de

nada. Guardou. Mas a quantia aumentava. No começo eram só vinte mil-réis; mas em seguida foram quarenta, cinquenta, cem. E isto em notas, frágeis papéis, capazes de se deteriorarem, de perderem o valor ao sabor de uma ordem administrativa, de que talvez não tivesse notícia, pois era cego e não lia, portanto. Que fazer, em tal emergência, daquelas notas? Trocar em ouro? Pesava, e o tilintar especial dos soberanos talvez atraísse malfeitores, ladrões. Só havia um caminho: trancafiar o dinheiro no banco. Foi o que ele fez. Estão aí um cego de juízo e um mendigo rico.

Feito o primeiro depósito, seguiram-se a este outros; e, aos poucos, como hábito é segunda natureza, ele foi encarando a mendicidade não mais como um humilhante imposto voluntário, taxado pelos miseráveis aos ricos e remediados; mas como uma profissão lucrativa, lícita e nada vergonhosa.

Continuou com o seu cãozinho, com a sua voz aflautada, com o seu ar dorido a pedir pelas avenidas, pelas ruas comerciais, pelas casas de famílias, um níquel para um pobre cego. Já não era mais pobre; o hábito e os preceitos da profissão não lhe permitiam que pedisse uma esmola para um cego rico.

O processo por que ele chegou a juntar a modesta fortuna de que falam os jornais é tão natural, é tão simples, que, julgo eu, não há razão alguma para essa indignação das almas generosas.

Se ainda continuasse a ser operário, nós ficaríamos indignados se ele tivesse juntado o mesmo pecúlio? Não. Por que então ficamos agora?

É porque ele é mendigo, dirão. Mas é um engano. Ninguém mais que um mendigo tem necessidade de previdência. A esmola não é certa; está na dependência da generosidade dos homens, do seu estado moral psicológico. Há uns que só dão esmolas quando estão tristes, há outros que só dão quando estão alegres e assim por diante. Ora, quem tem de obter meios de renda de fonte tão incerta deve ou não ser previdente e econômico?

Não julguem que faço apologia da mendicidade. Não só não faço como não a detrato.

Há ocasiões na vida que a gente pouco tem a escolher; às vezes mesmo nada tem a escolher, pois há um único caminho. É o caso do cego. Que é que ele havia de fazer? Guardar. Mendigar. E, desde que da

sua mendicidade veio-lhe mais do que ele precisava, que devia o homem fazer? Positivamente, ele procedeu bem, perfeitamente de acordo com os preceitos sociais, com as regras da moralidade mais comezinha e atendeu às sentenças do *Bom homem Ricardo*, do falecido Benjamin Franklin.

As pessoas que se indignaram com o estado próspero da fortuna do cego, penso que não refletiram bem, mas, se o fizerem, hão de ver que o homem merecia figurar no *Poder da vontade*, do conhecidíssimo Smiles.

De resto, ele era espanhol, estrangeiro, e tinha por dever voltar rico. Um acidente qualquer tirou-lhe a vista, mas lhe ficou a obrigação de enriquecer. Era o que estava fazendo, quando a polícia foi perturbá-lo. Sinto muito; e são meus desejos que ele seja absolvido do delito que cometeu, volte à sua gloriosa Espanha, compre uma casa de campo, que tenha um pomar com oliveiras e a vinha generosa; e, se algum dia, no esmaecer do dia, a saudade lhe vier deste Rio de Janeiro, deste Brasil imenso e feio, agarre em uma moeda de cobre nacional e leia o ensinamento que o governo da República dá... aos outros, através dos seus vinténs: "A economia é a base da prosperidade."

Palavras de um *snob* anarquista

*A Voz do Trabalhador*¹ | 15-5-1913

Por ocasião da passagem do 1º de Maio, os grandes jornais desta cidade, bem ou mal, tiveram que tratar da questão social. Alguns, com aquele jeito furta-cor tão interessante para um zoologista, enquanto na primeira ou segunda página defendiam uma futura oligarquia atacando outra, na quarta ou quinta faziam panegíricos dos operários, etc., etc.; outros, com mais franqueza, ao dia seguinte, atacavam os anarquistas e exclamavam:

Que haja anarquistas na Europa, naqueles velhos países de civilização brilhante exteriormente, mas internamente carunchosa, já trabalhada pelos séculos e sofrendo o incurável reumatismo gotoso que caracteriza a gente de idade avançada que passou a vida em ceias e devassidões, vá lá, compreende-se.

A situação do operariado europeu é, de fato, precária, em vários pontos. Na Europa há miséria porque já há falta de trabalho; e já há falta de trabalho, porque a sua imensa civilização já está feita.

Há aí um bem inveterado engano. A civilização que nos domina, a forma de organização social sob que vivemos, é a mesma que a da Europa e tão antiga quanto a dela. Não há nenhuma diferença de tempo, não há nenhuma diferença de feito: é a mesma.

O que caracteriza uma civilização são as suas ideias, os seus preceitos, as suas instituições e os seus sentimentos; e, por acaso, as ideias, os preceitos, as instituições que governam a Europa são diversos dos que nos governam?

Absolutamente não.

Quando no século XVI as primeiras naus portuguesas trouxeram para o Brasil conquistadores, guerreiros, padres e aventureiros, trouxeram também com eles as suas ideias de propriedade, de honra, de casta, de pátria, de rei e de Deus; e nunca mais os que ficaram

¹ *A Voz do Trabalhador* foi um periódico da Confederação Operária Brasileira, primeira central sindical no país.

deixaram de receber de lá essas ideias ou as modificações que elas foram sofrendo. Não houve, portanto, uma diferenciação de civilização, nas suas bases primordiais.

Os antigos colonizadores gregos, quando partiam a fundar uma colônia na orla do Mediterrâneo, levavam nas suas trirremes uma parte do fogo sagrado que ardia no altar da cidade ou das famílias respectivas. Isto queria bem dizer que eles iam continuar em outra parte a vida social – religiosa, militar e civil – que tinham até então levado nas suas respectivas pátrias. Não havia ideia de mudança, mas de continuação. Se não foi tão total a ideia dos colonizadores da Renascença, contudo, contra a sua vontade, a coisa se operou da mesma forma.

O caso do famoso Caramuru dá bem uma frisante ideia de como as concepções anteriores dominavam os povoadores nas novas terras que descobriram e como não se perturbavam elas, mesmo nas ocasiões mais favoráveis a uma total obliteração.

Na *Historia general y natural de Las Índias*, de Oviedo (emprestamos a citação do douto Capistrano de Abreu), é descrita a situação do aventureiro português em 1535, em meio dos tupinambás:

Ali (em Todos os Santos) acharam (os náufragos companheiros de Simão de Alcazaba) e viram Diogo Álvares, português, que lhes disse que havia vinte e cinco anos que estava naquela terra só e que se achava mui bem com os índios, e o tinham por seu capitão e lhe eram mui obedientes e os tinha tão sujeitos e lhe guardavam tanto acatamento como se nascera senhor deles; e tinha consigo sua mulher, que era índia, da qual tinha muitos filhos e duas filhas casadas, com dois espanhóis que ali estavam.

Agora vejam este trecho do velho frei Vicente do Salvador, quando trata, na sua *História do Brasil*, dos casamentos e criação dos filhos entre o gentio do Brasil:

Não é fácil imaginar, maiormente entre os principais que têm muitas mulheres, qual seja a verdadeira e legítima, porque nenhum contrato exprimem, e facilmente deixam umas e tomam outras, mas, etc.

No meio de selvagens que tinham sobre a família ideias e concepções diferentes das suas, o aventureiro português tem da mesma criação social as noções de um homem cuja mentalidade foi sujeita à disciplina da igreja católica e dos seus institutos; e como tal se comporta durante vinte e cinco anos num meio intrinsecamente desfavorável.

Se essa prova que se tira da história não basta para mostrar que a psique dos povoadores do Brasil se manteve a mesma, podemos obtê-las nos documentos políticos do tempo – cartas régias, alvarás, sesmarias, etc. – todos eles estabelecendo o regime da propriedade privada, base última do regime burguês-capitalista.

Daí em diante, esse regime continuou e evoluiu da mesma forma que na Europa, com as mesmas vicissitudes que lá e, se a fortuna deixou de ser lá, com o advento da burguesia, essencialmente baseada na propriedade territorial e se transformou no atroz onzenarismo burguês dos títulos e apólices, cá também tem deixado de o ser na mesma proporção.

Teimam também os jornais em encontrar nessa questão da reforma social uma simples questão de salário. É uma teima que lhes fica bem, mas, é preciso que se lhes diga, não é das mais dignas nem das mais brilhantes.

Há, em tal questão, mais uma questão de dignidade humana, de direito que têm todos a encontrar na Terra felicidade e satisfação, do que mesmo desejo de um maior ou menor ganho.

O que não é justo, é que muito poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário.

Nessa questão, os jornais e os jornalistas são de uma coerência a toda a prova. Eles gabam os altíssimos salários que os operários têm nesta terra, mas nenhum deles quer ser o operário que os vence. Por quê? Porque à situação de operário está ligada uma diminuição de personalidade, de consideração à sua importância necessária e puramente humana.

De resto, o trabalho é árduo, além de árduo é feito durante muitas horas seguidas e o cansaço tira e embota a alegria das restantes horas de repouso.

É inútil insistir sobre esse ponto por demais debatido e esclarecido; e, se Taine mostra como pequenas causas morais, o desprezo da nobreza

pela burguesia, exemplo aquela, contada por Mme Roland, que, tendo ido visitar uns marqueses, estes lhe fizeram jantar na copa, originaram o 93, é bem de ver que essas mesmas causas devem atuar no ânimo dos operários para desejarem um regime em que o seu esforço seja dignificado e honrado.

O intuito deste pequeno artigo não era falar nisso; era unicamente mostrar que a civilização do Brasil não é essencialmente diferente da Europa e ainda mais – o que não foi dito – que a relação entre a população e o território em nada favorece a tese do jornalista.

Os publicistas dos jornais fazem um cotejo simples entre a nossa população e o nosso território e daí concluem: “Essa gente não tem que fazer porque não quer. Há por aí tanta terra...”.

Admitindo mesmo que nós nos pudéssemos fazer, assim do pé para mão, Robinsons Crusoes, e ir viver por aí isolados em cabanas, tirando dos arredores tudo de que precisássemos, havia ainda a consideração das terras imediatamente aproveitáveis e das que não o são, por estéreis, pantanosas e baldas dos mais elementares recursos de vida.

Se nós retirarmos da superfície imensa do Brasil as partes que são de alagadiços, as em que há secas, as cobertas de florestas, as estéreis, ela ficaria reduzida em muito. Se tirarmos aquelas que precisam de trabalhos de gerações, para serem aproveitadas, ainda ficaria mais reduzida.

Há grandes regiões do Brasil, em que faltam, por condições que não vêm a pelo citar, bases para uma vida estável. Uma grande parte do Amazonas tem uma população de apanhadores de borracha cuja moradia verdadeira é em Manaus ou alhures.

Por isso ou por aquilo, vão buscar os elementos mais simples de sua vida fora da região em que operam e um tal território não pode ser adjudicado à superfície do Brasil eficiente para a sua civilização.

Há na França, para não citar outro país, departamentos inteiros que vivem de pesca no mar do Norte e não queremos crer que os publicistas do Brasil somem a superfície desse mar ao território francês.

As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território, justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista. Se a de lá está carunchosa, a de aqui também; uma é tão antiga quanto a

outra: e convém lembrar também que é inútil nesta questão indagar-se se se é ou não de tal país, quando os jornalistas não se indagam deles mesmos se são ou não brasileiros, para se fazerem pinheiristas ou dantistas.

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou “esnobismo” consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles “esnobismos” que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses.

Sentimos que o jornalista se haja emperrado no regime capitalista, mas estamos certos de que, por mais emperrado que seja, há de haver ocasiões em que pergunte de si para si: é justo que o esforço de tantos séculos, que a inteligência de tantas gerações, que o sangue de tantos homens de coração e o sofrimento de tantas raças, que tudo isso, enfim, venha simplesmente terminar nessa miséria, nesse opróbrio que anda por aí? É justo?

Os "cortes"

Correio da Noite | 14-12-1914

Nos momentos em que a pátria fica a níqueis, a Câmara e o Senado, isto é, os senhores senadores e os senhores deputados, lembram-se logo de diminuir o número de funcionários públicos.

Não digo que se não possa fazê-lo; a tal respeito, não tenho opinião.

Diminuí-los ou não, mesmo que eu entre no corte, é para mim absolutamente indiferente.

Noto, porém, que as duas casas do Congresso não se lembram, de forma alguma, do que se passa nelas.

Toda a gente sabe que a Câmara e o Senado têm cada qual uma secretaria, um serviço de redação de debates, uma legião de auxiliares, de contínuos e serventes, e que esse cardume de empregados aumenta de ano para ano. Por que o Congresso não começa cortando nas respectivas secretarias, para dar o exemplo?

Nesse ponto não se toca, não se diz nada e os empregados do executivo são os mais culpados do déficit.

É uma verdadeira injustiça, tanto mais que os funcionários da Câmara e do Senado têm, quase sempre, além de bons ordenados legais, consideráveis gratificações, sob este ou aquele pretexto.

O povo diz que macaco não olha para o seu rabo; os parlamentares só olham para os dos outros.

Não se lembram que, de quando em quando, vão criando lugares nas suas secretarias, absolutamente desnecessários, tão-somente para atender a impulsos de coração.

Homo sum...

Certamente os senhores devem saber que, antigamente, os atuais diretores de secretarias eram chamados oficiais-maiores.

Pois bem: a Câmara tem na sua secretaria um diretor, um vice-diretor ou dois, e um oficial-maior.

Não é fácil mostrar assim o rol de empregados em duplicata ou triplicata que há por lá. Os regulamentos não falam claro; é preciso

combiná-los com indicações, com autorizações camarárias e é trabalho que sempre reputei e reputo enfadonho.

O Diário Oficial foi feito para não ser lido e o Congresso não tem mais direitos a melhores atenções.

A observação aí fica, e, enquanto ela quiser imitar qualquer das famosas "secretarias da comissão tal" legisladores extraconstitucionais e sobremodo empertigados nas suas funções, penso, dizia, que os abnegados pais da pátria devem meditar sobre o fato (*sic*).

Não é só o poder executivo o grande plantador de sinecuras; o legislativo colabora na plantação, na colheita; e na sua própria seara faz das suas.

Cá e lá, más fadas há; e não é a última vez que o torto ri-se do aleijado.

Conhecem?

Correio da Noite | 15-1-1915

Eu não sei que mania se meteu na nossa cabeça moderna de que todas as dificuldades da sociedade se podem obviar mediante a promulgação de um regulamento executado mais ou menos pela coação autoritária de representantes do governo.

Nesse caso de criados, o fato é por demais eloquente e pernicioso.

Por que regulamentar-se o exercício da profissão de criado? Por que obrigá-los a uma inscrição dolorosa nos registros oficiais, para tornar ainda mais dolorosa a sua situação dolorosa?

Por quê?

Porque pode acontecer que sejam metidos nas casas dos ricos ladrões ou ladras; porque pode acontecer que o criado, um dado dia, não queira mais fazer o serviço e se vá embora.

Não há outras justificativas senão estas, e são bem tolas.

Os criados sempre fizeram parte da família: é concepção e sentimento que passaram de Roma para a nobreza feudal e as suas relações com os patrões só podem ser reguladas entre eles.

A Revolução, aniquilando a organização da família feudal, trouxe à tona essa questão da famulagem; mas, mesmo assim, ela não rompeu o quadro familiar de modo a impedir que os seus chefes regulem a admissão de estranhos no lar.

A obrigação do dono ou dona de casa que procura um criado, que o põe debaixo do seu teto, é saber quem ele é; o resto não passa de opressão do governo sobre os humildes, para servir à comodidade burguesa.

Querem fazer das nossas vidas, dos indivíduos, das almas, uma gaveta de fichas. Cada um tem que ter a sua e, para obtê-la, pagar emolumentos, vencer a ronha burocrática, lidar com funcionários arrogantes e invisíveis, como em geral, são os da polícia.

Imagino-me amanhã na mais dura miséria, sem parentes, sem amigos. Sonho fazer-me esquivo e bato à primeira porta. Seria aceito, mas é preciso a ficha.

Vou buscar a ficha e a ficha custa vinte ou trinta mil-réis. Como arranjá-las?

Eis aí as belezas da regulamentação, desse exagero de legislar, que é o característico da nossa época.

Toda a gente sabe a que doloroso resultado tem chegado semelhante mania.

Inscrito um tipo nisto ou naquilo, ele está condenado a não sair dali, a ficar na casta ou na classe, sem remissão nem agravo.

Deixemos esse negócio entre patrões e criados, e não estejamos aqui a sobrecarregar a vida dos desgraçados com exigências e regulamentos que os condenarão toda a sua vida à sua lamentável desgraça.

Os senhores conhecem a regulamentação da prostituição em Paris? Os senhores conhecem o caso de Mme Comte? Oh! meu Deus!

Carta fechada – Meu maravilhoso Senhor Zé Rufino

A.B.C. | 12-5-1917

Eu lhe escrevo esta carta, com muito desgosto, pois interrompo a série de impressões que vinha escrevendo sobre o país da Bruzundanga. Mas Vossa Excelência merece semelhante interrupção. Vossa Excelência é o mais cínico dos sujeitos que se fizeram ministro de Estado. Nem o Calmon, que se fez agora cadete, para ver se arranja um lugar de ministro de qualquer coisa, é igual a Vossa Excelência.

Ministro, meu caro e excelentíssimo Senhor Zé Rufino¹ ou Chico Caiana, é um cidadão investido de certas e grandes autoridades para prever as necessidades públicas; ministro, Rufino, não é um reles especulador!; ministro, Chico da Novilha, é alguma coisa mais do que um simples agiota.

Agora você (mudo de tratamento) fez-se ministro para ser caixeiro de um reles sindicato de judeus belgas e mais ou menos franceses, para esfomear o Brasil e ganhar dinheiro.

É muito justo que vocês queiram ganhar dinheiro; é muito justa essa torpe ânsia burguesa de ajuntar níqueis; mas o que não é justo é que nós, todo o povo do Brasil dê prestígio a você, ministro e secretário de Estado, para nos matar de fome.

O Amaral, aliás diretor, como está no cabeçalho, ali do *Correio da Manhã*, com o seu receituário enciclopédico, já disse que você trata de coisas práticas. É a mesma coisa que um ladrão, meu amigo, disse-me uma vez! "Só trato de coisas práticas."

Não preciso, portanto, ter a grande ciência do Amaral, a sua estadia na Europa, o seu saber em inglês e arte de fórmulas, para dizer que o Zé Rufino é a primeira coisa deste mundo.

Nasci sem dinheiro, mulato e livre; mas se nascesse com dinheiro, livre e mesmo mulato, fazia o Zé Rufino meu feitor da fazenda.

Não há destino que lhe caiba mais; vai-lhe como uma luva do Formosinho.

¹ José Rufino Bezerra Cavalcanti (1865-1920) foi Ministro da Agricultura no governo do Presidente Wenceslau Braz (1914-1918).

Bezerra, alvar, mais do que ignorante, autoritário, babosão, um lugar desses lhe vinha a calhar.

A República do Brasil não podia ter ministro mais representativo.

Um secretário de Estado, um auxiliar do seu presidente, cuja única cogitação é auxiliar a judiaria dos falsos produtores do açúcar para empobrecer o seu povo, só deve merecer medalhas e recompensas.

O Amaral naturalmente vem com algarismos e negócios de economia política, para afirmar que o Rufino tem direito a fazer semelhante coisa quando ministro de Estado.

Eu, porém, não tenho medo nem dos algarismos nem dos negócios do Amaral; e, se o Azevedo quiser, estou disposto a responder-lhe em qualquer terreno.

Amaral estudou essas coisas de sociologia, não como médico, mas como boticário. O que ele sabe não é anatomia, não é patologia, não é terapêutica, não é botânica, não é química. Ele sabe o formulário; e, como tal, acha o Rufino um homem extraordinário, prático, tão prático que está achando meios e modos de matar a nossa gente pobre de fome.

O açúcar, produção nacional, a mais nacional que há, que é vendida aos estrangeiros por 6\$000² a arroba, é vendida aos retalhistas brasileiros por mais de 10\$000.

Sabem quem é o chefe de semelhante bandalheira? É o Zé Rufino Bezerra Cavalcânti – Cavalcânti, com “i”, porque ele não é mulato – graças a Deus!

Semelhante tipo, semelhante ministro de Estado, de mãos dadas com belgas e outros vagabundos mais ou menos franceses, é que merece a admiração enternecida do Amaral e do seu amigo Edmundo ou, como chamam lá os seus criados, doutor Edmundo.

Amaral, tu és notável, tu tens talento, tu és doutor, tu possuis tudo para ser um grande homem. Não sei se tu tens vícios; eu os tenho; mas tu não tens é sinceridade.

Falta-te essa coisa que é o amor pelos outros, o pensamento dos outros, a dedicação para enfrentar com a vida na sua majestosa grandeza de miséria e de força.

² Seis mil réis.

Quanto aos teus algarismos, vai te catar que não tenho medo deles; e, quanto a mim, diga ao Rufino que sou terceiro oficial da Secretaria da Guerra, há quinze anos. Ele que arranje, se for capaz, a minha demissão. Não garanto, mas, talvez, seja possível que eu lhe fique agradecido. Até logo.

Carta aberta

O Debate | 8-9-1917

Meu caro Hélio Lobo, meu sideral Hélio Lobo, meu estupendo Hélio Lobo, meu prefeito de palácio Hélio Lobo:

Creio que gostaste imensamente de todos os títulos que antepus ao teu nome solar. Gostei também, mas sinto que o teu apolíneo nome não tenha até agora iluminado coisa alguma. O sol, o teu xará, espanca as sombras, mas tu não espancas coisa alguma. Até agora tu não tens querido brilhar senão como a lua, isto é, com a luz emprestada dos outros. Tu não és Hélio; tu és Selene. Que fizeste até agora? Que coisa brilhante recomenda teu nome solar? Nada.

Arranjaste um cursozinho muito vagabundinho de bacharel em direito, procuraste os parentes em Minas, políticas, republicanos históricos e com outras condecorações democráticas, e o Rio Branco nomeou-te amanuense, sem concurso, da Secretaria do Exterior. Dizem por aí que, da mesma forma que os príncipes se casam, tu foste nomeado pelo retrato. Não acredito, porque o teu retrato, que anda por aí, tem tal ar que não há ninguém capaz de supor que tu saibas ler e escrever.

Nomeado amanuense, eu te conheci uma vez no "chope" do "Adolfus" à Rua da Assembleia, no Braço de Ferro, apresentado pelo Gomes Carneiro, que é hoje auditor de Guerra.

Tu julgavas que eu ia ser grande coisa e nunca mais, apesar de tua elegância e branquidade, me deixaste de cumprimentar. Não sou nada até hoje, Hélio; mas, uma coisa sou: eu sou amanuense por concurso, e brilhante, sem favor, nem humildade.

É incrível conceber que este lindo Lobo pensasse até em mim para fazê-lo datilógrafo presidencial, membro da alta domesticidade de Sua Excelência o Senhor Venceslau Brás, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil! Acho incrível, mas lembro-me de todas as circunstâncias. Nós jogávamos bagatela, Amorim, Santos e não sei quem mais, quando o Carneiro me chamou para apresentar-te. Hoje seria uma honra...

Naturalmente, agora, não te lembras, mas não faz mal, pois, apesar dos teus ares fidalgos de descendente de propagandistas da

democracia, deves conhecer alguns rifões populares. Há um que diz: “Dor de barriga não dá um dia só” – ou melhor: *hodie mihi cras tibi*.

Como dizia: nomeado amanuense, Rio Branco, que estava fazendo a escola diplomática da tesoura e goma-arábica, chamou-te para a aula; e eis o nosso Hélio a recortar avisos, ofícios, decretos e portarias do *Diário Oficial*, e a colá-los em meio-almaço, numerando-os cuidadosamente, tal e qual fazia um contínuo de balandrau, na portaria do teu ministério. Rio Branco te havia dito: “Moço, é preciso fazer alguma coisa”; e tu julgaste que aquilo era o bastante. Levaste o trabalho ao pró-homem e ele te disse paternalmente que aquilo não era assim. O barão só não gostava de inscientes, quando fossem feios ou mulatos; mas tu não eras nem uma coisa, nem outra e, logo, ele te deu alguns exemplos de como se fazia o trabalho. Hélio, então, ao passar de uma meio-almaço para outra, punha em cima: “entretanto, a nota de 20 de fevereiro que rezava” – dois pontos e aspas; ao acabar a meio-almaço, ligava: “portanto, foi o que se verificou com a resposta do juiz boliviano Sangastume, de 8 de março” – dois pontos e aspas. *Mutatis mutandis*.

Mandou o barão toda essa moxinifada para a Imprensa Nacional e, sob o título *Tribunal Arbitral Boliviano* e à custa do Estado, foi ela impressa para a tua glória e a da nossa cara pátria. Ficaste assim como o Oliveira Lima...

Houve amigo complacente que até qualificou o teu relatório de obra de ciência histórica, digna de um discípulo da École de Chartres. Foi um tal X., no *Correio da Manhã* – hás de te lembrar disto.

Daí em diante, tinhas aprendido o caminho da vida e de fabricar obras científicas. Eram só tesoura e goma-arábica, ou senão um contínuo de boa letra para copiar-te os avisos e notas.

Foi a tua fortuna e deixaste de cumprimentar-me. Tiveste medo da “fachada”? Por isso não, pois nós só nos mordemos na confraria antiga, nacional e deselegante.

Foi a tua fortuna, porque, despachado cônsul em Puntarenas, recebias uns contos, ouro, para ir do Largo da Carioca ao Tesouro; transferido de Puntarenas para San Francisco da Califórnia, recebias uns contos, ouro, para tomar o bonde do Largo do Machado, saltar na Avenida, tomar café no Jeremias, consertar o casaco ao espelho, descer

solene a Avenida, e... ir sempre ao Tesouro; transferido de San Francisco para secretário de legação no Paraguai, não querendo ir ao Tesouro, deste uma procuração ao contínuo e uma prata de dois mil-réis, tendo, afinal, recebido mais uns pares de contos; e, assim, de transferência em transferência, tendo feito várias vezes a penosa viagem do Catete à Rua Larga, meteste na algibeira, uns dizem oitenta, mas avalio em cinquenta contos de réis. Quanta centena! De que escapou o Lopes!

Cônsul em Londres, tendo ganho tanto dinheiro, moço, *chic*,¹ altamente colocado, o que devias querer? Um casamento rico – não é? Pois, a que me dizem, queres ser acadêmico, literato. Lá não é teu lugar, Hélio. Que é que tu vais fazer lá? Responde-me, meu caro Hélio Lobo. É recado do teu

Lima Barreto.

¹ Palavra que ainda não havia sido aportuguesada como "chique".

Sobre a carestia

O Debate | 15-09-1917

As várias partes do nosso complicadíssimo governo se têm movido para estudar e debelar as causas da crescente carestia dos gêneros de primeira necessidade à nossa vida. As greves que têm estalado em vários pontos do país muito têm concorrido para esses passos do Estado. Entretanto, a vida continua a encarecer e as providências não aparecem.

Não há necessidade de ser muito enfronhado nos mistérios das patifarias comerciais e industriais, para ver logo qual a causa de semelhante encarecimento das utilidades primordiais à nossa existência.

Nunca o Brasil as produziu tanto e nunca elas foram tão caras. O plantador, o operário agrícola continua a ganhar o mesmo; mas o consumidor as está pagando pelo dobro. Quem ganha? O capitalista. Ele e unicamente ele, porquanto o fisco mesmo continua a receber o mesmo ou quase o mesmo que antigamente.

O açúcar, por exemplo, que descera de preço nestes últimos anos, é um caso típico da ladroeira capitalista, da mais nojenta.

Os usineiros e os seus comparsas, comissários, etc., no intuito de esfolarem a população nacional ou residente no Brasil, descobriram que o melhor meio de o fazerem era vender grandes partidas, para o estrangeiro, pela metade do preço por que as vendem aqui.

Semelhantes patifes, com umas teorias econômicas da Escola do Pinhal de Azambuja, dizem que, se não fizessem tal coisa, seria a *débâcle* do seu negócio. Isto veio escrito nos jornais, com aquela arrogância peculiar a fazendeiros, especialmente os de cana, e fabricantes de açúcar. É o que eles chamam o "alívio".

Nada mais absurdo e mais besta. Todo o fito do aperfeiçoamento das nossas máquinas, dos nossos processos industriais (é o caso do açúcar), tem sido produzir muito, rapidamente, para vender barato, de modo que o lucro, por mais insignificante que seja em um quilo, somado nas toneladas, dê, por fim, um lucro fabuloso.

O Portela, aí da Casa Colombo, sabe bem disso, no tocante ao seu comércio, pois afirma que a sua divisa é "vender muito, para vender barato".

Se o açúcar que eles vendem à República Argentina fosse lançado nos nossos mercados, o pequeno lucro que desse, junto ao lucro obtido com nossos mercados, o pequeno lucro que desse, junto ao lucro obtido com aquele que até agora fica aqui, seria suficiente para remunerar o capital mais judeu deste mundo.

Não é necessário ir buscar autoridades em finanças e economia política, para demonstrar coisa tão evidente.

Entretanto, a ganância, o cinismo, a desfaçatez, a alma de piratas dos caciques do açúcar não querem ver isto e esfomeiam os seus patrícios. Por falar em pátria...

A pátria é um laço moral, dizem; mas, quando os Zés Bezerras, os Pereiras Limas e outros rompem esses laços, de forma tão bucaneira, como acabo de mostrar no caso do açúcar, de que modo posso mais respeitá-los, a eles, nas suas vidas e nos seus haveres? Creio que me acho desobrigado de toda e qualquer prisão moral com semelhantes patifes.

Em presença deles, devo proceder como em presença do salteador que me toma os passos, em lugar ermo, e me exige os níqueis que tenho no bolso. Só há um remédio, se não quero ficar sem os magros cobres: é matá-lo.

Não há necessidade, entretanto, de o fazer, na parte relativa a esses cínicos do açúcar e outros. Semelhante gente não se incomoda em morrer: incomoda-se em perder dinheiro ou em deixar de ganhá-lo. É tocar-lhes na bolsa, que eles choram que nem bezerros desmamados.

O povo até agora tem esperado por leis repressivas de tão escandaloso estanco, que é presidido por um ministro de Estado. Elas não virão, fique certo; mas há ainda um remédio: é a violência.

Só com a violência os oprimidos têm podido se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica; e, ainda, infelizmente, não se fechou o ciclo das violências.

Quando um ministro de Estado, como o Rufino o é, cuja missão, na especialidade do seu departamento, é prover às necessidades gerais da população, atender aos seus clamores, impedir a opressão de uma classe sobre as demais, regular o equilíbrio das forças sociais, se faz caixeiro ou chefe de *trust*, para esfomear um país, não há mais para onde apelar senão para a violência, para a brutalidade da força!

Não há outra esperança, pois eles dominam todo o mecanismo legal – o Congresso, os juizes, os tribunais – e tudo isto só fará o que eles quiserem, e seria vão socorreremo-nos desse aparelho.

É doloroso chegar a semelhante conclusão; é doloroso ver tanto sangue generoso derramado, tanta lágrima chorada, tanto estudo, tanta abnegação, tanto sacrifício, tanta dor de grandes homens e daqueles que os amaram e apoiaram, é doloroso, dizia, ver acabar tudo isto nas mãos de um tipo alvar, idiota, ignorante, cúbido e cínico, como Zé Bezerra, para, com o trabalho de tantas gerações e a meditação de tantos sábios, trabalho e meditação que estão nas máquinas de suas usinas e nos processos do fabrico, esfomear um país e rir-se de sua miséria.

Nós sabemos por que ele ri-se; é porque conta com a força armada para apoiar o seu saque legal.

Mas, Bezerra, é bom não contar com ela sempre. O soldado obedece sem saber, talvez; mas o oficial sabe ler e, quando se convencer de que pode comprar o teu açúcar ao quilo, dando-te lucro, por \$500, pois tu por esse preço o vendes ao argentino, ele não comandará a descarga sobre os desgraçados que forem expropriar os teus armazéns de açambarcador ministerial.

Rira mieux qui rira le dernier...

O que fica aí dito pode-se aplicar ao feijão, com Matarazzo à frente; à carne verde, com o açougueiro Antônio Prado e o seu caixeiro-viajante Graça Aranha, ambos à testa da especulação indecente das carnes frigorificadas, fornecidas, a baixo preço, aos estrangeiros, enquanto nós, aqui, pagamos o dobro pelo quilo da mesma mercadoria; e assim por diante.

Meditem que eles mesmos ou os seus prepostos são os fabricantes das leis e, à sombra delas, estão organizando esse torpe saque à miséria dos pobres e à mediania dos remediados, sem dó nem piedade, sem freio moral, religioso, filantrópico, patriótico, cavalheiresco ou outro de qualquer natureza; e digam se podemos nós outros, que sofremos as agruras da sua crueldade gananciosa, da sua avidez cínica, da sua imunda traficância, ter em relação a eles qualquer prisão por laços morais, religiosos, patrióticos, cavalheirescos ou outros quaisquer?

Todos eles estão rompidos, todos eles não existem mais, e toda e qualquer violência, sobre eles ou sobre as suas propriedades, é justa e legítima.

É, porém, preferível sobre os teres e haveres deles, antes do que sobre as suas pessoas, pois só assim esses Shylocks chorarão como bezerros ou bezerros desmamados.

A nossa República, com o exemplo de São Paulo, se transformou no domínio de um feroz sindicato¹ de argentários cúpidos, com os quais só se pode lutar com armas na mão. Deles saem todas as autoridades; deles são os grandes jornais; deles saem as graças e os privilégios; e sobre a Nação eles teceram uma rede de malhas estreitas, por onde não passa senão aquilo que lhes convém. Só há um remédio: é rasgar a rede à faca, sem atender a considerações morais, religiosas, filosóficas, doutrinárias, de qualquer natureza que seja. *Alea jacta est...*

¹ O termo sindicato, aqui, tem o sentido de agremiação, associação.

São Paulo e os estrangeiros [I]

O Debate | 06-10-1917

Quando, em 1889, o Senhor marechal Deodoro proclamou a República, eu era menino de oito anos.

Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de algumas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de Maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha.

E é só.

Se alguma coisa eu posso acrescentar a essas reminiscências é de que a fisionomia da cidade era de estupor e de temor.

Nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço.

Não quero falar aqui de levantes, de revoltas, de motins, que são, de todas as coisas violentas da política, em geral, as mais inocentes talvez.

Há uma outra violência que é constante, seguida, tenaz e não espasmódica e passageira como a das rebeliões de que falei.

Refiro-me à ação dos plutocratas, da sua influência seguida, constante, diurna e noturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento.

A República, mais do que o antigo regime, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma; e nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja mais apoio.

Em outras épocas, no tempo do nosso Império regalista, céptico e voltairiano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios.

Mas veio a República e o ascendente nela da política de São Paulo fez apagar-se toda essa fraca disciplina moral, esse freio na consciência

dos que possuem fortuna. Todos os meios ficaram sendo bons para se chegar a ela e aumentá-la desmarcadamente.

Protegidos, devido a circunstâncias que me escapam, por uma alta fabulosa no preço da arroba do café, de que, após a república, os ricaços da Pauliceia se fizeram os principais produtores, puderam eles melhorar os seus serviços públicos e ostentar, durante algum tempo, uma magnificência que parecia fortemente estabelecida.

Seguros de que essa gruta alibabesca do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de imigração folhetos de propaganda em que o clima do estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais – tudo, enfim, era excelente e excepcional.

A esperança é forte nos governos, quer aqui, quer na Itália ou na Espanha; e desses dois últimos países, em chusma, acorreram famílias inteiras e milhares de indivíduos isolados, em busca da abastança, que os homens do Estado diziam ser fácil de obter.

A gente que o vem dominando há cerca de trinta anos enchia-se de contentamento e até estabeleceu a exclusão da sua polícia de gente com sangue negro nas veias.

A produção do café, porém, foi transpondo o limite do consumo universal e a descer de preço, portanto; e os doges do Tietê começaram a encher-se de susto e a inventar paliativos e remédios de feitiçaria, para evitar a depreciação.

Um dos primeiros lembrados foi a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse.

Esta sábia disposição legislativa tinha antecedentes em certos alvarás ou cartas régias do tempo da colônia, nos quais se proibiam certas culturas que fizessem concorrência às especiarias da Índia, e também o estabelecimento de fábricas de tecidos de lã e mesmo de oficinas de artefatos de ouro, para não tirar a freguesia dos do reino.

Que progresso administrativo!

Os paliativos, porém, não deram em nada e um judeu alemão ou americano inventou a tal história da valorização em que a gente de São Paulo taxou mais fortemente os agricultores e favoreceu os grandes e poderosos, nas suas especulações.

A situação interna principiou a ser horrível, a vida cara, enquanto os salários eram mais ou menos os mesmos anteriores. O descontentamento se fez e os pobres começaram a ver que, enquanto eles ficavam mais pobres, os ricos ficavam mais ricos.

Os governantes do estado, que influíam quase soberanamente nas decisões da União, deixaram de fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro, mas aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram em excomungar os estrangeiros a que chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social, esquecidos de que andavam antes a proclamar que a elegância da sua capital, os seus lambrequins, as suas fanfreluches eram devidas a eles, sobretudo aos italianos. A influência dos estrangeiros, diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do Brasil. E todos acreditavam, porque os dominadores de São Paulo sempre se esforçaram por esconder as dilapidações ou coisas parecidas, convencendo os seus patrícios de que o estado, a sua capital, sobretudo, era coisa nunca vista.

Não havia um casarão burguês com umas colunas ou uns vitrais baratos, que eles logo não proclamassem aquilo o castelo de Chenonceaux ou o palácio dos Doges.

Tudo o que havia em São Paulo não havia em parte alguma do Brasil. A sua capital era uma cidade europeia e a capital artística do país.

Entretanto, a antiga província não dava, a não ser o Senhor Ramos de Azevedo, um grande nome ao país em qualquer departamento de arte.

Não contentes de proclamar isto dentro do estado, começaram a subvencionar jornais e escritores de todo o país para espalharem tão pretensiosas afirmações, que o povo do estado recebia como artigos de fé a fazer respeitar o *trust* político que o explorava ignobilmente. *Vanitas vanitatum...*

Seguros de que a opinião os apoiava, porque tinham feito o estado o primeiro do Brasil, os políticos profissionais de São Paulo trataram de abafar as críticas dos estrangeiros descontentes ou com opiniões avançadas, a todos, enfim, que não se deixavam embair com a tal história de capital artística e cidade europeia.

Os estrangeiros, agora, já não serviam e eles queriam livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam, criticando-lhes os atos, a

sua cupidez, o esquecimento dos seus deveres de governantes, para só protegerem os ricos, os monopolistas, que eram também estrangeiros, mas não no ponto de vista do governo estadual, que só julga assim aqueles que não partilham a opinião de que ele é o mais sábio do mundo e afirmam que, em vez de estar fazendo a felicidade geral, está concorrendo para enriquecer os seus filhos, seus genros, seus primos, seus netos e afilhados e os plutocratas ávidos.

Trataram logo de se armar de leis que fizessem abafar os seus gemidos; e uma delas é a célebre de expulsão que não se coaduna com o espírito da nossa Constituição; que é inconsequente com a propaganda feita por nós para atrair estrangeiros, que podem e devem fiscalizar as nossas coisas, pois nós os chamamos e eles suam por aí.

Sem mais querer dizer, podemos afirmar que todo o nosso mal-estar atual, todo o cinismo dos especuladores com a guerra, inclusive Zé Bezerra e Pereira Lima, vêm desse maléfico espírito de cupidez de riqueza com que São Paulo infeccionou o Brasil, tacitamente admitindo não se dever respeitar qualquer escrúpulo, fosse dessa ou daquela ordem, para obtê-las, nem mesmo o de levar em conta o esforço, a dignidade e o trabalho dos imigrantes, os quais só lhe servem, quando curvam a cerviz à sua desumana ambição crematística.

São Paulo e os estrangeiros [II]

O Debate | 13-10-1917

Não se pode negar que, em começo, houvesse, por parte da gente que governava a monarquia paulista, um desejo sincero de fazer aquilo progredir de fato, unicamente com os recursos do estado.

Mas, vindo a baixa do café e não havendo logo à mão um produto agrícola ou de outra espécie que rendesse ao fisco tanto quanto aquele, e desaparecendo da política local a gente séria e sincera, logo tomaram posse dos altos lugares do estado os especuladores de todos os matizes e seus apaniguados, que, sob este ou aquele disfarce, queriam unicamente enriquecer à sombra de dispositivos legais, não se importando que esfaimassem o povo, mas contanto que aumentassem as suas apólices e os seus depósitos nos bancos. Lançaram mão de todos os paliativos que lhes vinham à cabeça, desde os fraudulentos até os imbecis, sem esquecer as mentiras oficiais, para “cavar” dinheiro.

Havia, porém, dois obstáculos a remover, para que pudessem prolongar essa situação até onde quisessem. Um consistia na opinião dos trabalhadores estrangeiros, que eles mesmos, sob os mais vários engodos, tinham ido buscar às suas terras e que, por serem mais esclarecidos e instruídos que os nacionais, não se deixariam lograr, trabalhando pela mesma coisa, ou por menos, para que os dirigentes e os seus prestamistas ganhassem de sobra. O outro era a opinião pública do país, que não havia de ver com bons olhos São Paulo, por parte da União, cumulado de dinheiro, de todos os favores e prebendas, enquanto os estados restantes pouco ou mesmo nada recebiam. Para vencer este segundo obstáculo, eles usaram de duas armas: a política e o subsídio à imprensa, esta, às vezes, função daquela, e aquela, em outras, função da última.

Na capital do estado já tinham conseguido uma imprensa quase unânime; era preciso que o mesmo acontecesse no Rio de Janeiro, para imporem-se ao Brasil.

Não lhes foi difícil. Com esta ou aquela moeda, conseguiram que os principais jornais cariocas, de quando em quando, mas frequentemente, soltassem girândolas ao progresso do estado.

Não havia mês em que um ou dois deles não afirmassem categoricamente que aquilo lá em baixo era um deslumbramento. A capital era Paris, era Veneza, era Roma; já tinha ruínas históricas; já guardava relíquias de santos; já possuía nas escolas um Arago, etc., etc.

Tinham obtido que tudo isto se incrustasse nos cérebros dos seus caipiras patricios; trataram de conseguir que o país ficasse crente de que todos esses panegíricos jornalísticos eram verdadeiros, absolutamente verdadeiros. Alcançaram-no...

Não havia nada de São Paulo que não fosse excepcional. A alface de São Paulo era um regalo; os sapatos não faziam calos; os biscoitos curavam enxaquecas; os chapéus não deixavam crescer certos ornamentos conjugais; o dinheiro era excelente e os políticos... os mais sábios do mundo.

Nada mais justo que, assim sendo, eles viessem a governar todo o país e dar lições de sabedoria governamental aos bisonhos de outras províncias.

Encarapitados na presidência da República, por intermédio de representantes seus, o pessoal político-agrícola-industrial de São Paulo tratou de assentar o seu domínio sobre o país, de modo a sempre facilmente obter da União endosso de empréstimos ou mesmo empréstimos para a sua jogatina de café, quando não, tarifas que fizessem multimilionários os seus pernósticos industriais, enobrecidos pelo rei de Cunani.

Conseguiram; e, se não se eternizaram na presidência, deve-se isto a um dissídio doméstico ou comercial no seio do sindicato político que nos governa.

Com doze anos de presidência seguida, semelhante gente fez do país, do seu prestígio como nação, do seu crédito, o que quis, e todos eles enriqueceram fabulosamente.

Mas nem tudo são flores... e veio o fantasma do Hermes.

É preciso que se saiba que eles não se opuseram à candidatura do Senhor Hermes Rodrigues da Fonseca, estribados nesta ou naquela ideia; eles a combateram porque temiam que, com o prestígio do Exército, dispondo, por ser marechal, da dedicação dele, o presidente fardado não lhes temesse as manobras políticas, pusesse abaixo a sua

igrejinha de “cavações” administrativas e legais; e – adeus! um Rockefeller – a única glória a que eles podem aspirar legitimamente.

O Senhor marechal Hermes subiu ao poder, e logo trataram de salvar o essencial.

Organizaram as coisas de forma que ficassem sempre com o seu osso estadual a roer, sem incômodo algum, e para tal fim, depois de terem excitado uma agitação anti-intervencionista no estado, de terem amedrontado o chefe do executivo com um levante da província em peso, resolveram cautelosamente servir-se dos bons ofícios do Jangote e outros que, simoniacamente, extorquiram do todo-poderoso presidente, senão uma indulgência plenária para os heréticos nomarcas endinheirados, um perdão provisório para os seus industriais políticos, os seus financistas de empréstimos constantes a uma lavoura que não acaba e a bancos regionais sempre na “pindaíba”.

Tais fatos, que são de ontem, não têm sido concatenados por todos, nem tampouco combatidos a devido tempo; e, se o fossem, não teriam certamente os doges de São Paulo conseguido o que almejavam, isto é, obter um total domínio sobre os poderes políticos do país, de modo a coroar a sua nefasta e atroz ditadura com a decisão de 6 do corrente, do Supremo Tribunal, negando *habeas corpus* aos infelizes do “Curvelo”, rasgando a Constituição, obscurecendo um dos seus artigos mais simples e mais claros, com farisaicas sutilezas de doutores da escolástica e o tácito e suspeito apoio de quase toda a imprensa carioca, sem um protesto corajoso no Congresso, realizando-se toda essa vergonha, todo esse rebaixamento da independência dos magistrados, perante o povo “bestializado”, calado de medo ou por estupidez, esquecido de que a violência pode, amanhã, voltar-se sobre um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija.

Não é de espantar, pois os seus tipos repelentes e mendazes, pretensiosos e lorpas, de tal forma vivem apavorados com a sombra dos seus próprios crimes, da sua prepotência inumana, das suas soezes cavilações liberticidas, que não se detêm perante consideração alguma e só pensam em enriquecer furiosamente, para enriquecer os filhos, a fim de que estes possam fugir aos castigos que deviam cair sobre as suas cabeças.

Luís XVI morreu na guilhotina...

À frente deles está esse idiota de Altino Arantes, criatura meio dos padres jesuítas, meio dos maçons, êmulo do sabichão Miguel Calmon e daquele francês, Georges Duroy, que, com o alcunha de "Bel-Ami", Maupassant estudou e imortalizou.

Altino é uma definição da época e queira Deus que ele não pare no Catete, fazendo na presidência ainda pior do que acaba de fazer no estado, para vergonha de nossa cultura e sentimentos liberais.

Tudo se tem de esperar neste país; mas, mesmo que uma tal desgraça aconteça, talvez seja útil, porque, quanto pior, melhor.

Há ainda pano para mangas...

Ficarão para outra vez muitas outras coisas que não foram lembradas hoje.

Alvarás, cartas régias, etc.

[1918]¹

Diariamente, quando me ia sentar à minha banca, na secretaria do Estado, onde sou oficial, aquele volume de legislação me namorava. Não era velho de impressão, nem de encadernação, mas, por aqueles anos, quase centenário de texto, ele me amedrontava de tal modo na sua velhice espiritual que, instintivamente, afastava o olhar e, com azedume, punha-me a folhear o registro dos decretos de 1900 em diante, era do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Entretanto, por mais que ele dançasse por sobre a estante próxima, constantemente aquela sua lombada escura com letras douradas mirava-me e olhava-me com um olhar tão meigo que, por vezes, ouvi de sua boca estas palavras: abri-me e lede-me.

E sempre repelia-o, fugia dele como de um espectro. A meus olhos, aquele livro era como um esqueleto: menos que uma múmia, o Tempo, além de lhe ter tirado a alma, o espírito, descarnara-o, tirando-lhe as substâncias moles, assimiláveis prontamente, aproveitáveis à continuação da vida, deixando somente um amontoado de ossos lisos a branquear por cima das secretárias dos amanuenses ou nas catacumbas das estantes burocráticas. Antes, pensei eu, ficassem aqueles ossos expostos às águas meteóricas aciduladas que lhes dissolvessem os fosfatos ou à curiosidade dos paleontologistas sociais que, nas suas pesquisas pacientes, desagregassem aquela ossada, osso por osso, para bem deciframos os mistérios dos agrupamentos humanos.

Era sempre dessa maneira que olhava aquele volume de legislação, na velha Secretaria da Guerra, coeva de Dom João VI, de quem ele trazia recordações e talvez por isso fizesse tanto empenho em que eu o abrisse e o lesse.

Dom João VI é dos chefes de Estado do Brasil aquele que mais feriu o espírito do povo. Oliveira Lima, no seu profundo estudo sobre

¹ A edição original da crônica não foi encontrada por RESENDE & VALENÇA (2004). A data foi atribuída pelas pesquisadoras a partir do fato de que o autor era oficial da Secretaria de Estado da Guerra, cargo do qual se aposentou em dezembro de 1918.

esse infeliz rei, observa isso, e eu tenho tido ocasião de observar a verdade desse asserto.

Decerto, não há ponto do Rio de Janeiro em que ele não tenha deixado uma duradoura lembrança; e, em todos eles, os seus habitantes recordam-lhe o nome e apontam-lhe a obra.

Lembro-me que, em menino, andando a cavalo pela ilha do Governador, fui dar no lugar de Frecheiros com uma curiosa construção robusta em paredes e varões de ferro. Surpreendeu-me e perguntei a alguém no caminho o que era. O caminhante, um roceiro humilde, respondeu-me:

– É uma prisão do tempo de Dom João VI.

Soube mais tarde que, de fato, a ruína era do tempo de Dom João VI, mas que fora uma simples jaula para animais ferozes e não prisão.

O volume de legislação, porém, não vencia a minha relutância; mas, em certo dia, como um dos meus colegas me anunciasse, creio que o fazia pela décima vez, de pé, à beira de minha mesa:

– Fulano, tenho uma grande obra: *A tragédia fluminense...* É um poema herói-cômico que, espero, será melhor que os *Contos* de Boccaccio e um pouco inferior ao *Paraíso perdido* de Milton.

E porque ele me anunciasse um tão magno acontecimento para as letras pátrias, eu, vagaroso, ouvindo-lhe a narração do entrecho do poema, retirei o volume da estante, abri-o e me pus a ler os alvarás, as decisões, as cartas de lei de 1810 a 1815.

O que me surpreendeu, logo, à primeira leitura, foram os estranhos títulos das repartições e os caprichosos nomes dos funcionários. Esses eram chanceleres, juízes-de-fora, de vintena, almotacés, solicitadores de resíduos e outros tinham nomes mais engraçados.

Por alvará de fevereiro de 1810, foi criada uma “Mesa de Despacho Marítimo” e o regulamento da administração de “Vínculos de Jaguará”, baixado por alvará desse tempo, causou em vista de tal título, a emoção de quem está em presença de um exemplar de fauna desconhecida e imprevista. Vínculos de Jaguará?

Por curiosidade profissional, pus-me a examinar a linguagem daqueles velhos atos oficiais; e assevero-me que o estilo – Vossa Alteza Real – tem grandes pontos de contato com o jargão – Sua Excelência de um democrático ministro de Estado dos nossos dias.

Usou-se para os almotacés a linguagem quase semelhante à que se usa hoje para qualquer inspetor do Serviço de Profilaxia do Tédio; embora em alguns haja mais união no fraseado, mais apelo à lógica e certo jeito afetuoso.

É curioso observar a rigidez das secretarias, a sua eternidade, a resistência passiva, calada, oculta, fazendo que o seu espírito, a sua linguagem, seus *tics* atravessem soberanamente anos e anos. Já dizia o duque de Audiffret: os reis caem, mas as secretarias ficam.

E, entre nós, a sentença do duque francês tem muito a verificar-se e isto acudiu quando folheei o volume de cartas régias de 1810.

Há em um aviso de hoje com um alvará de 1810, uma grande semelhança intelectual, as mesmas arestas, o mesmo horror às vírgulas e aos pontos finais; e, embora ao ato de 1810 represente o governo do rei, por direito divino, e o de 1905, o do presidente da República, por delegação do povo, em ambos há um mesmo império, a mesma arrogância, o mesmo falso sentimento de soberania irresistível.

Mas nos dos reis, apesar de tudo, há alguma coisa paternal, de doçura; e, nesses que eu li, não sei por quê, encontrei a bonacheirice, o amor, a bondade que a tradição atribui a Dom João VI.

Senão vejamos este curioso documento. Por provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de junho de 1815, dizia o príncipe regente, por graça de Deus, etc., que sobre a criação de enjeitados, fazia saber ao Ouvidor da Câmara de Ouro Preto que recebesse matrículas e mandasse criar todas as crianças que lhe fossem expostas, sem diferença ou atenção à diversidade de cor, porque afirmava o bondoso Dom João, todas elas têm direito à minha real proteção; e que, continuava com a mesma paternal provisão, nunca entrasse na indagação dos pais das crianças expostas, porque, além de ser essa indagação muito incoerente e absurda, iria falsear os fins da instituição.

Um outro alvará muito curioso é o de 24 de novembro de 1813. Trata do tráfico de escravos que o ato administrativo procurou justificar, tal qual como hoje com os chins, pela falta de braços; mas, conhecendo as práticas desumanas que se davam durante a travessia, estabeleceu um regulamento que as coibisse! Não queria comida feita em caldeirões de cobre, mas sim de ferro; os navios deviam ter um cirurgião a bordo;

não se usaria “marcas” de ferro quente; a lotação seria proporcional à tonelagem do navio; aquele negreiro que, durante a travessia, tivesse menos mortos, recebia um prêmio pecuniário; e determinava o alvará outras providências curiosas.

O meu colega Bulhão, o grande escritor que ficava entre Boccaccio e Milton, ao me ver tão interessado com o volume, voltou aos seus ofícios; e eu, em breve, cansei-me e fechei o repositório de cartas de lei, alvarás, decretos, e cartas régias de 1810-1815.

No ajuste de contas...

A.B.C. | 11-5-1918

A nossa burguesa finança governamental só conhece dois remédios para equilibrar os orçamentos: aumentar os impostos e cortar lugares de amanuenses e serventes. Fora desses dois paliativos, ela não tem mais beberagem de feiticeiro para curar a crônica moléstia do déficit.

Quanto ao cortar lugares, é engraçado o que se passa na nossa administração. Cada ministro, e quase anualmente, arranja uma autorização para reformar o seu ministério. De posse dela, um, por exemplo, o da Guerra, realiza a sua portentosa obra e vem cá para fora blasonar que fez uma economia de sessenta e nove contos, enquanto o do Exterior, por exemplo, com a sua aumentou as despesas de sua pasta em mais de cem contos.

Cada secretário do presidente concebe que governo é só e unicamente o seu respectivo ministério e cada qual puxa a brasa para a sua sardinha.

Cabia ao presidente coordenar estes movimentos desconexos, ajustá-los, conjugá-los; mas ele nada faz, não intervém nas reformas e deixa correr o marfim, para não perder o precioso tempo que tem de empregar em satisfazer os hipócritas manejos dos caixeiros da fradalhada obsoleta ou em pensar nas coisas de sua politiquinha de aldeola.

Enquanto as reformas com as hipotéticas economias são em geral obra dos ministros, o aumento de imposto parte, em geral, dos nossos financeiros parlamentares. Eles torram os miolos para encontrar meios e modos de inventar novos; e, como bons burgueses que são, ou seus prepostos, sabem, melhor que o imperador Vespasiano, que o dinheiro não tem cheiro. Partem desse postulado que lhes remove muito obstáculo e muitas dificuldades e chegam até às latrinas, como aconteceu o ano passado.

Essa pesada massa de impostos, geralmente sobre gêneros de primeira necessidade, devendo ser democraticamente igual para todos, vem verdadeiramente recair sobre os pobres, isto é, sobre a quase totalidade da população brasileira, que é de necessitados e pobríssimos,

de forma que as taxas dos Colberts da nossa representação parlamentar conseguem esta coisa maravilhosa, com as suas medidas financeiras: arranham superficialmente os ricos e apunhalam mortalmente os pobres. Pais da pátria!

Desde que o governo da República ficou entregue à voracidade insaciável dos políticos de São Paulo, observo que o seu desenvolvimento econômico é guiado pela seguinte lei: tornar mais ricos os ricos; e fazer mais pobres os pobres.

São Paulo tem muita razão e procede coerentemente com as suas pretensões; mas devia ficar com os seus propósitos por lá e deixar-nos em paz. Eu me explico. Os políticos, os jornalistas e mais engrossadores das vaidades paulistas não cessam de berrar que a capital de São Paulo é uma cidade europeia; e é bem de ver que uma cidade europeia que se preza não pode deixar de oferecer aos forasteiros o espetáculo de miséria mais profunda em uma parte de sua população.

São Paulo trabalha para isso, a fim de acabar a sua flagrante semelhança com Londres e com Paris; e podem os seus eupátridas estar certos que ficaremos muito contentes quando for completa, mas não se incomodem conosco, mesmo porque, além de tudo, nós sabemos com Lord Macaulay que, em toda a parte, onde existiu oligarquia, ela abafou o desenvolvimento do gênio.

Entretanto, não atribuirei a todos os financeiros parlamentares que têm proposto novos impostos e aumento dos existentes; não atribuirei a todos eles, dizia, tenções malévolas ou desonestas. Longe de mim tal coisa. Sei bem que muitos deles são levados a empregar semelhante panaceia, por mero vício de educação, por fatalidade mental que não lhes permite encontrar os remédios radicais e infalíveis para o mal de que sofre a economia da nação.

Quando se tratou aqui da abolição da escravatura negra, deu-se fenômeno semelhante. Houve homens que por sua generosidade pessoal, pelo seu procedimento liberal, pelo conjunto de suas virtudes privadas e públicas e alguns mesmo pelo seu sangue, deviam ser abolicionistas; entretanto, eram escravocratas ou queriam a abolição com indenização, sendo eles mais respeitáveis e temíveis inimigos da emancipação, por não se poder suspeitar da sua sinceridade e do seu desinteresse.

É que eles se haviam convencido desde meninos, tinham como artigo de fé que a propriedade é inviolável e sagrada; e, desde que o escravo era uma propriedade, logo...

Ora, os fundamentos da propriedade têm sido revistos modernamente por toda a espécie de pensadores e nenhum lhe dá esse caráter no indivíduo que a detém. Nenhum deles admite que ela assim seja nas mãos do indivíduo, a ponto de lesar a comunhão social, permitindo até que meia dúzia de sujeitos espertos e sem escrúpulos, em geral fervorosos católicos, monopolizem as terras de uma província inteira, títulos de dívida de um país, enquanto o Estado esmaga os que nada têm com os mais atrozes impostos.

A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum.

Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem as visitou, enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce.

As fazendas, naturalmente, estarão abandonadas; por muito favor, ele ou seus caixeiros permitirão que os desgraçados locais lá se aboitem, mas estes pobres roceiros que nelas vegetam, não se animam a desenvolver plantações, a limpá-las do mato, do sapê, da vassourinha, do carrapicho, porque, logo que o fizerem, o dono vendê-las-á a bom preço e com bom lucro sobre a hipoteca com que a obteve, sendo certo que o novo proprietário expulsá-los-á das terras por eles beneficiadas.

Na Idade Média e, mesmo no começo da Idade Moderna, os camponeses de França tinham contra semelhantes proprietários perversos que deixavam as suas terras *en friche*, o recurso do *haro*, e mesmo se apossavam delas para cultivá-las; mas a nossa doce e resignada gente da roça não possui essa energia, não tem mesmo um

acendrado amor à terra e aos trabalhos agrícolas e procedem como se tivessem lido o artigo XVII da Declaração dos Direitos do Homem.

O que se diz com relação à propriedade imóvel, pode-se dizer para a móvel. Creio que é assim que os financistas denominam as apólices, moedas, títulos, etc.

O povo, em geral, não conhece esta engrenagem de finanças e ladroeiros correlativas de bancos, companhias, hipotecas, cauções, etc.; e quando, como atualmente, se sente esmagado pelo preço dos gêneros de primeira necessidade, atribui todo o mal ao taverneiro da esquina. Ele, o povo, não se pode capacitar de que a atual alta estrondosa do açúcar é obra pura e simples do Zé Bezerra e desse Pereira Lima que parece ter sido discípulo dos jesuítas, com a agravante de que o primeiro foi e o segundo é ainda ministro de Estado, cargo cuja natureza exige de quem o exerce o dever de velar, na sua esfera de ação, pelo bem público e para a felicidade da comunhão.

Não estará tal coisa nas leis ou nos regulamentos; mas, evidentemente, se contém na essência de tal função administrativa.

Bastiat, nas suas *Mélanges d'Économie Politique*, tem um interessante capítulo, intitulado – “O que se vê e o que não se vê”. Pouco ou nada se relaciona com o nosso assunto; mas citei-o, porque foi a sua leitura que me fez considerar e analisar melhor certos fatos e não ficar como o grosso do povo preso “ao que se vê”, sem procurar a verdadeira explicação no “que não se vê”.

É difícil imaginar, para quem se atém unicamente “ao que se vê”, como esse negócio de apólices é o cancro do orçamento e a fonte de todos os nossos males, provocados pelo critério supersticioso que têm os nossos financistas sobre a propriedade privada.

Poderia encher isto aqui de algarismos, obtidos nos relatórios pantafaçados ou nas tabelas do orçamento, para provar o que digo; mas deixo essa difícil exibição sabichona para o Senhor Oto Prazeres, a fim de que ele possa fazer mais um livro e ir ainda uma vez levá-lo em pessoa ao Senhor Venceslau Brás.

O caso das apólices é muito semelhante ao da escravatura na geração anterior à nossa. É um ônus que, em geral, herdamos das gerações passadas. Não garanto; mas, parece-me que ainda pagamos

juros de apólices emitidas em 1867; e mesmo que isto não seja inteiramente verdade, deve ser aproximadamente, porquanto, de onde em onde, o governo, por isso ou aquilo, as substitui por outras, continuando, as novas, a serem virtualmente as velhas que aquelas substituíram.

Mirabeau, respondendo às objeções feitas a reformas radicais que rompiam totalmente com o passado, teve na Assembleia Constituinte de 89, uma comparação eloquentíssima. Se todos os nossos antepassados, dizia ele, ocupassem com os seus túmulos a superfície total da Terra, nós, os atuais habitantes, teríamos todo o direito de desenterrar os seus ossos, para cultivar os campos, criar gado, tirar da terra, enfim, a nossa subsistência.

Cito de memória; mas, julgo não ter deturpado o pensamento do grande conde de Mirabeau, o qual vem esclarecer o meu, quando não quero aceitar uma carga injusta dos nossos pais e lembro que essa obrigação herdada por nós de pagar prêmios de apólices de empréstimos de que as gerações passadas abusaram, deve cessar inteiramente, pois é tal verba orçamentária que nos esmaga de impostos e faz a nossa atual vida difícilima, mais ainda do que os estancos de Limas Pereiras, Bezerras e caterva.

No próprio ponto de vista dos usurários e truculentos capitalistas, a apólice é um mal, é um capital imobilizado que não concorre para o desenvolvimento do país; pois quem tem poucas, guarda-as, para receber juros como achego; e quem tem muitas, guarda-as também, para não fazer nada e viver do rendimento.

Contaram-me que há uma senhora que é possuidora de duas mil apólices de conto de réis; tem ela, portanto, a cinco por cento, o rendimento anual de cem contos de réis. Vive na Europa e não vem ao Brasil, há perto de trinta anos. Não gasta aqui um tostão, não dá aqui uma esmola, não paga um criado aqui e recebe quase tanto quanto o presidente da República, sem contar com a verba "representação", aliás, sempre aumentada.

Se o povo "visse", se o povo soubesse, como no caso da senhora, que nós já pagamos em juros o valor dessas apólices, pediria fossem elas canceladas e não continuassem a vencer prêmios e a vultosa quantia

empregada no pagamento deles, cerca de sessenta mil contos, sendo suprimida do orçamento, serviria para aligeirar os impostos que oneram a carne-seca e outras utilidades indispensáveis à vida de quase a totalidade dos habitantes do país.

Outra medida que se impõe, é o confisco dos bens de certas ordens religiosas, bens que representam dádivas e ofertas da piedade, ou quer que seja, de várias gerações de brasileiros e agora estão em mãos de estranhos, porque os nacionais não querem ser mais frades. Voltem à comunhão os bens.

Pode-se admitir que os conventos sejam asilos de crentes de ambos os sexos que se desgostaram com o mundo. Admito, na minha tolerância que quisera bem ser renaniana; mas os estatutos dessas ordens não deixam perceber isso. Para os conventos de freiras, para as próprias irmãs de São Vicente de Paula (sei que não são freiras), não se entra sem um dote em dinheiro, sem um caríssimo enxoval, e, afora exigências de raça, de sangue e família.

Só se desgosta com o mundo, só tem ânsia de ser esposa de Jesus ou praticar a profunda caridade vicentina, as damas ricas e brancas, como a Nossa Senhora da Aparecida, de São Paulo. É mesmo católica essa religião?

Nos mosteiros de frades, é a mesma coisa e, sabido como todos eles são ricos, não se apreende para que exigem tanta despesa dos noviços, criando dificuldades para iniciação monástica, quando o interesse da religião estava em facilitá-la. Há quem suspeite que esse dinheiro todo, os santos monges pretendem empregá-lo para a nossa desunião... O tempo nos dirá o que for verdade...

Um governo enérgico e oriundo do povo que surgir tem o dever de confiscar esses bens, de retalhar as suas imensas fazendas, de aproveitar os seus grandes edifícios para estabelecimentos públicos e vender, assim como as terras divididas, os prédios de aluguel que essas ordens possuem, em hasta pública.

A confiscação desses bens obriga, para ser a medida completa, o governo a suprimir inteiramente todos os colégios de religiosos de ambos os sexos, sobretudo os destinados a moças ricas, por intermédio dos quais o clero acaba dominando os seus futuros maridos ou amantes; e,

sabendo-se que estes são, em geral, pessoas poderosas e em altos cargos, a gente de sotaina pretende, desse modo, influir decisivamente nos atos dos poderes políticos do país e obter a nossa completa regressão aos áureos tempos das fogueiras e do beatício hipócrita. Há mais.

Uma das mais urgentes medidas do nosso tempo é fazer cessar essa fome de enriquecer característica da burguesia que, além de todas as infâmias que, para tal, emprega, corrompe, pelo exemplo, a totalidade da nação. Para amontoar milhões, a burguesia não vê óbices morais, sentimentais nem mesmo legais. Toca para adiante, passa por cima de cadáveres, tropeça em moribundos, derruba aleijados, engana mentecaptos; e desculpa-se de todas essas baixezas, com a segurança da vida futura dos filhos. Não encontraria mais motivo para proceder dessa maneira, mais infame do que o dos antigos salteadores dos grandes caminhos, se riscássemos do Código Civil o direito de testar, e as fortunas, por morte dos seus detentores, voltassem para o Estado; e nisto, imitaríamos os seus maiores, os burgueses da Revolução Francesa, que golpearam profundamente a nobreza, estabelecendo a igualdade de herança entre os filhos. O feudo, o castelo desapareceram, pois a fortuna deixou de passar intacta ou quase intacta, do marquês para o seu filho mais velho.

Todas estas medidas têm caráter financeiro, sem deixar de ter social; mas, a que me parece, mais urgente, é uma reforma radical do casamento, medida puramente social.

Eu sou por todas as formas de casamento; não me repugna admitir a poligamia ou a poliandria; mas transigiria se fosse governo. Continuaría a monogamia a ser a forma legal do matrimônio, mas suprimiria toda essa palhaçada de pretoria ou juizado de paz. O Estado só interviria para processar e condenar o bígamo; tudo o mais correria por conta das famílias dos nubentes. Os pais é que se encarregariam do processo, hoje chamado – “papéis de casamento” –, e das cerimônias que fossem do seu gosto realizar; e o Estado só saberia do “caso”, como atualmente, com o nascimento, por comunicação escrita das partes, para o competente registro. Não haveria nunca comunhão de bens; a mulher poderia soberanamente dispor dos seus.

O divórcio seria completo e podia ser requerido por um dos cônjuges e sempre decretado, mesmo que o motivo alegado fosse o amor de um deles por terceiro ou terceira.

A muitos leitores parecerão absurdas essas ideias; não pretendo convencer desde já todos, espero que o tempo e o raciocínio irão despertar neles simpatia por elas e a convicção da sua utilidade social. Apelo para todos aqueles que não têm a superstição da lei, dos códigos, dos praxistas, dos acórdãos, dos arestos, do Pegas, do Lobão, das Ordenações e outros alfarrábios caducos; e quanto aos doutores do Direito que estão envenenados, intoxicados até à medula, com tudo o que decorre do sinistro e cruel direito romano, codificado, em grande parte, por um tirano das margens do Propôntida e pela prostituta sua mulher, como diz Condorcet, nas suas *Réflexions sur l'Esclavage des Nègres*; quanto a tais chacais e hienas a serviço dos burgueses, eu tomo a liberdade de dizer-lhes que, tarde ou cedo, sem eles ou com eles, há de se fazer uma reforma social contra "o Direito" de que são sacerdotes, pois o seu deus já está morto no coração da massa humana e só falta enterrá-lo, com o seu cortejo de apostilas e sebentas, de consolidações e manuais, não levando tal enterro senão as grinaldas dos arqueólogos, antiquários, geólogos e paleontólogos. *Requiescat in pace!*

Muitas outras medidas radicais me ocorrem, como sejam: uma revisão draconiana nas pensões graciosas, uma reforma cataclísmica no ensino público, suprimindo o "doutor" ou tirando deste a feição de brâmane do código de Manu, cheio de privilégios e isenções; a confiscação de certas fortunas, etc., etc.

Iremos, porém, devagar e por partes; e, logo acabada esta guerra que é o maior crime da humanidade, quando os filhos e os outros parentes dos pobres-diabos que lá estão morrendo às centenas de milhares, ou se estropiando, tiverem de ajustar contas com esta burguesia cruel, sem caridade, piedade e cavalheirismo, que enriqueceu e está se enriquecendo de apodrecer, com esse horroroso crime, nós, os brasileiros, devemos iniciar a nossa Revolução Social, com essas quatro medidas que expus. Será a primeira parte; as outras, depois.

Terminando este artigo que já vai ficando longo, confesso que foi a revolução russa que me inspirou tudo isso.

Se Kant, conforme a legenda, no mesmo dia em que a Bastilha, em Paris, foi tomada; se Kant, nesse dia, com estuporado assombro de toda a cidade de Koenigsberg, mudou o itinerário da excursão que, há

muitos anos, fazia todas as manhãs, sempre e religiosamente pelo mesmo caminho – a comoção social maximalista tê-lo-ia hoje provocado a fazer o mesmo desvio imprevisto e surpreendente; e também a Goethe dizer, como quando, em Valmy, viu os soldados da Revolução, mal-ajambrados e armados, de tamancos muitos, descalços alguns, destroçarem os brilhantes regimentos prussianos – dizer, diante disto, como disse: “A face do mundo mudou.”. Ave Rússia!

Tenho esperança que...

A.B.C. | 8-6-1918

Certas manhãs, quando desço de bonde para o centro da cidade, naquelas manhãs em que, no dizer do poeta, um arcanjo se levanta de dentro de nós; quando desço do subúrbio em que resido há quinze anos, vou vendo, pelo longo caminho de mais de dez quilômetros, as escolas públicas povoadas.

Em algumas, ainda surpreendo as crianças entrando e se espalhando pelos jardins à espera do começo das aulas; em outras, porém, elas já estão abancadas e debruçadas sobre aqueles livros que meus olhos não mais folhearão, nem mesmo para seguir as lições de meus filhos. Brás Cubas não transmitiu a nenhuma criatura o legado da nossa miséria; eu, porém, a transmitiria de bom grado.

Vendo todo o dia, ou quase, esse espetáculo curioso e sugestivo da vida da cidade, sempre me hei de lembrar da quantidade das meninas que, anualmente, disputam a entrada na Escola Normal desta cidade; e eu, que estou sempre disposto a trocar as pretensões feministas, fico interessado em achar no meu espírito uma solução que satisfizesse o afã do milheiro dessas candidatas a tal matrícula, procurando com isso aprender para ensinar, o quê? O curso primário, as primeiras letras a meninas e meninos pobres, no que vão gastar a sua mocidade, a sua saúde e fanar a sua beleza. Dolorosa coisa para uma moça...

A obscuridade da missão e a abnegação que ela exige cercam essas moças de um halo de heroísmo, de grandeza, de virtudes que me faz, naquelas manhãs em que sinto o arcanjo dentro da minha alma, cobrir todas elas da mais viva e extremada simpatia. Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal, na Rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora – Dona Teresa Pimentel do Amaral – de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória, não me esqueça de todo.

De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é dela que guardo mais forte impressão.

O doutor (assim o tratávamos) Frutuoso da Costa, um deles, era um preto mineiro, que estudara para padre e não chegara a ordenar-se. Tudo nele era desgosto, amargor; e, às vezes, deixávamos de analisar a *Seleção*, para ouvirmos de sua feia boca histórias polvilhadas dos mais atroz sarcasmos. Os seus olhos inteligentes luziam debaixo do *pince-nez* e o seu sorriso de remoque mostrava os seus dentes de marfim de um modo que não me atrevo a qualificar. O seu enterro saiu de uma quase-estalagem.

Um outro foi o Senhor Francisco Varela, homem de muito mérito e inteligente, que me ensinou História Geral e do Brasil. Tenho uma notícia de polícia que cortei de um velho *Jornal do Comércio* de 1878. Desenvolvida com a habilidade e o *savoir-faire* daqueles tempos, contava como foi preso um sujeito por trazer consigo quatro canivetes. “Explorava-a”, como diz hoje nos jornais, criteriosamente o redator dizendo que “ordinariamente basta que um homem traga consigo uma única arma qualquer para que a polícia ache logo que deve chamá-lo a contas.”. Isto era naquele tempo e na corte, pois o professor Chico Varela usava impunemente não sei quantos canivetes, quantos punhais, revólveres; e, um dia, apareceu-nos com uma carabina. Era no tempo da Revolta. Gabava-se, no que tinha muita razão, de ser parente de Fagundes Varela; mas sempre citava a famosa metáfora de Castro Alves, como sendo das mais belas que conhecia: “Qual Prometeu tu me amarraste um dia...”.

Era um belo homem e, se ele ler isto, não me leve a mal. Recordações de menino...

Foi ele quem me narrou a lenda dos começos da guerra de Troia, que, como sei hoje, é da autoria de um tal Estásinos de Chipre. Parece que é fragmento de um poema deste, conservado não sei em que outro livro antigo. O filho do rei de Troia, Páris, foi chamado a julgar uma contenda entre deusas, Vênus, Minerva e Juno.

Houvera um banquete no céu e a Discórdia, que não havia sido convidada, para vingar-se, atirou um pomo de ouro, com a inscrição – “À mais bela”. Páris, chamado a julgar quem merecia o prêmio, entre as três, hesitou. Minerva prometia-lhe a sabedoria e a coragem; Juno, o poder real e Vênus... a mulher mais bela do mundo.

Aí, ele não teve dúvidas: deu o “pomo” a Vênus. Encontrou-se com Helena, que era mulher do rei Menelau, fugiu com ela; e a promessa de Afrodite foi cumprida. Menelau não quis aceitar esse rapto e declarou guerra com uma porção de outros reis a Troia. Essa história é da mitologia; pois hoje me parece do catecismo. Naqueles dias, ela me encantou e fui da opinião do troiano; atualmente, porém, não sei como julgaria, mas certo não desencadearia uma guerra por tão pouca coisa.

Varela contava tudo isto com uma eloquência cheia de entusiasmo, de transbordante paixão; e, ao me lembrar dele, comparo-o sempre com o doutor Ortiz Monteiro, que foi meu lente, sempre calmo, metódico, não perdendo nunca um minuto para não interromper a exposição de sua geometria descritiva. A sua pontualidade e o seu amor em ensinar a sua disciplina faziam-no uma exceção no nosso meio, onde os professores cuidam pouco nas suas cadeiras, para se ocuparem de todo outro qualquer afazer.

De todos eu queria também falar do Senhor Oto de Alencar, mas que posso eu dizer da sua cultura geral e profunda, da natureza tão diferente da sua inteligência da nossa inteligência, em geral? Ele tinha alguma coisa daqueles grandes geômetras franceses que vêm de Descartes, passam por d’Alembert e Condorcet, chegam até nossos dias em Bertrand e Poincaré. Podia tocar em tudo e tudo receberia a marca indelével do seu gênio. Entre nós, há muitos que sabem; mas não são sábios. Oto, sem eiva de pedantismo ou de suficiência presumida, era um gênio universal, em cuja inteligência a total representação científica do mundo tinha lhe dado não só a acelerada ânsia de mais saber, mas também a certeza de que nunca conseguiremos sobrepor ao universo as leis que supomos eternas e infalíveis. A nossa ciência não é nem mesmo uma aproximação; é uma representação do Universo peculiar a nós e que, talvez, não sirva para as formigas ou gafanhotos. Ela não é uma deusa que possa gerar inquisidores de escalpelo e microscópio, pois devemos sempre julgá-la com a cartesiana dúvida permanente. Não podemos oprimir em seu nome.

Foi o homem mais inteligente que conheci e o mais honesto de inteligência.

Mas, de todos, de quem mais me lembro é de minha professora primária, não direi do “abecê”, porque o aprendi em casa, com minha mãe, que me morreu aos sete anos.

É com essas recordações, em torno das quais esvoaçam tantos sonhos mortos e tantas esperanças por realizar, que vejo crepitar esse matutino movimento escolar; e penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal.

Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum deles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional, o governo só deve e tem a fazer uma coisa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade.

Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professoras, para admitir cerca de mil candidatas a tais cargos, a despesa, etc. Não há razão para tal objeção, pois o dever de todo o governo é facilitar a instrução dos seus súditos.

Todas as mil que se matriculassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só e estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso.

As que não fossem escolhidas poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima.

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos.

A despesa que ele tem, com os Ginásios e o Colégio Militar, bem empregada daria para maior número de externatos, de liceus. Além de um internato no Colégio Militar do Rio, tem outro em Barbacena, outro em Porto Alegre, e não sei se projetam mais alguns por aí.

Onde ele não tem obrigação de ministrar o ensino secundário, ministra; mas aqui, onde ele é obrigado, constitucionalmente, deixa milhares de moças a impetrar a benevolência do governo municipal.

A municipalidade do Rio de Janeiro, que rende cerca de quarenta mil contos ou mais, podia ter há muito tempo resolvido esse caso; mas a política que domina a nossa edilidade não é aquela que Bossuet definiu. A nossa tem por fim fazer a vida incômoda e os povos infelizes; e os seus partidos têm por programa um único: não fazer nada de útil.

Diante desse espetáculo de mil e tantas meninas que querem aprender alguma coisa, batem à porta da municipalidade e ela as repele em massa, admiro que os senhores que entendem de instrução pública não digam alguma coisa a respeito.

E creio que não é fato insignificante; e, por mais que fosse e capaz de causar prazer ou dor à mais humilde criatura, não seria demasiado insignificante para não merecer a atenção do filósofo. Creio ser de Bacon essa observação.

O remédio que julgo tão simples pode não sê-lo; mas espero despertar a atenção dos entendidos e serão eles capazes de achar um bem melhor. Ficarei muito contente e tenho esperança que tal se dê.

Vera Zassulitch

Brás Cubas | 14-7-18

Afirmou Dostoiévski, não me lembro onde, que a realidade é mais fantástica do que tudo o que a nossa inteligência pode fantasiar. Passam-se, na verdade, diante dos nossos olhos coisas que a mais poderosa imaginação criadora seria incapaz de combinar os seus dados para criá-las.

Esse caso de Vera Zassulitch, cujo retumbante processo fez estremecer a Europa, em 1878, é um deles. Tudo nele é estranho e convém ser ele lembrado agora, quando a Revolução Russa abala, não unicamente os tronos, mas os fundamentos da nossa vilã e ávida sociedade burguesa.

Não posso negar a grande simpatia que me merece um tal movimento; não posso esconder o desejo que tenho de ver um semelhante aqui, de modo a acabar com essa chusma de tiranos burgueses, acorados covardemente por detrás da Lei, para nos matarem de fome, elevando artificialmente o preço dos gêneros e artigos de primeira necessidade, como: o açúcar, a carne, o feijão, o arroz, o café, o sal, o pano, à custa de estancos, de *trusts*, de *corners*, de "alívios", tráfico de homens e outras inacreditáveis espécies de assaltos à economia de toda uma população miserável, que já não tem por si nem os ministros do Evangelho, pois os padres, freiras e irmãs de caridade, todo o clero enfim, está amarrado à causa de semelhantes opressores e os apoia de todas as formas.

Disse Macaulay, num dos magníficos seus ensaios, que os filósofos franceses do século XVIII, quando combatiam a Igreja, estavam com os Evangelhos, pois a vetusta instituição religiosa de Roma cada vez mais se afastava deles; e os filósofos cada vez mais se impregnavam do espírito de Jesus. Hoje, parece que está acontecendo o mesmo com os revolucionários...

Nós, porém, – continuando – tal e qual a Rússia de 1878, dormimos. Como se lê no artigo de Victor Cherbuliez (G. Valbert), na *Revue des Deux Mondes*, de 10 de maio desse ano, os russos daqueles tempos, assim falavam do seu torpor:

Tudo dorme; por toda a parte, na aldeia, na cidade, na *téléga*, no trenó, de dia, de noite, assentado, de pé, o negociante, o *tchinoonik* dorme; na sua ronda, dorme o vigilante, sob o frio da neve, sob o ardor do sol. E o réu dorme e o juiz dorme, os camponeses dormem com um sono de morte; se eles ceifam, lavram – dormem; se eles “surram” o trigo, dormem ainda. Aquele que fere e aquele que é ferido dormem igualmente. Só o botequim está acordado, com os olhos sempre abertos. E, agarrando com seus cinco dedos um garrafão de aguardente, a fronte para o Polo Norte e os pés no Cáucaso, dorme um sono eterno a nossa pátria, a nossa Santa Rússia.

E nós poderíamos dizer do nosso resignado Brasil que ele, grande, imenso, rico e generoso, tendo os pés no Prata e a cabeça nas Guianas, com a gravata luxuosíssima do Amazonas ao pescoço, dorme completamente encachaçado, deixando que toda uma quadrilha, com lábias de patoás vários, o saqueie e o ponha a nu, como os judeus fizeram a Nosso Senhor Jesus Cristo.

É assim o Brasil. Todos dormem e só se lembram, quando interrompem um pouco o sono, de apelar para o Estado, pedindo tais ou quais providências: e ninguém vê que o Estado atual é o “dinheiro” e o “dinheiro” é a burguesia que açambarca, que fomenta guerras, que eleva vencimentos, para aumentar os impostos e empréstimos, de modo a drenar para as suas caixas-fortes todo o suor e todo o sangue do país, em forma de taxa alta de preços e juros de apólices.

Precisamos deixar de panaceias; a época é de medidas radicais.

Não há quem, tendo meditado sobre esse estupendo movimento bolcheviquista, não lobrigue nele uma profunda e original feição social e um alcance de universal interesse humano e de incalculável amplitude sociológica.

Pondo de parte os parnugianos e aqueles de mentalidade fóssil a serviço dos magnatas da Bolsa, da Indústria e do Comércio, todos os homens de inteligência e de coração, independentes, tanto aqui quanto acolá, ficaram pensativos diante de uma revolução que tão fundamentalmente atingiu os alicerces, não só os de um grande e poderoso império, como

também os de todas as concepções matrizes das atuais aglomerações humanas, chamadas civilizadas.

Não se podia compreender com a nossa mentalidade jurídico-burguesa, feita de detritos de tantas ideias coletivas diferentes e, por vezes, antagônicas, que meia dúzia de doidos vagabundos e ideólogos licenciassem, do pé para a mão, um exército de milhões de homens e pusessem um imperador, a sua mulher e seus filhos, na Sibéria.

Não foram os doidos, como Lênine e outros são chamados pelos burgueses; não foram eles. Foram os oficiais e os soldados que se desarmaram a eles mesmos. É que a reforma de ideias e sentimentos já estava feita no íntimo deles todos; e, como observou Oliveira Lima, não lhes satisfaziam muito aos ideais patrióticos e políticos; o essencial eram as medidas sociais. Puseram fora as carabinas...

De resto, tomo a liberdade de repetir aqui o que disse em *Lanterna*, de 21 de janeiro último, com o pseudônimo de doutor Bogóloff, tratando do terremoto maximalista:

Loucas ou não, é preciso contar com as suas utopias, pois se assim nos parecem hoje, talvez amanhã sejam disposições da legislação comum. A História nos ensina esse poder de que o nosso glorioso e ajuizado Afrânio Peixoto, desdenhosamente, com toda a superioridade de sua integridade mental, dá o nome de loucura ou outros mais rebarbativos. É uma força que não leva a Petrópolis; mas faz descer em um instante os que lá estão em namoro.

É de toda utilidade notar que eu tinha antes citado o doutor Gustavo Le Bon, que é anarquista em física e ultramontano em sociologia, mas que não trepida em afirmar, no seu livro *Civilisation des Arabes*, que

a ação da loucura há sido imensa. Os loucos fundam religiões, destroem impérios e levantam as massas. Sua mão poderosa tem conduzido a humanidade até aqui e a história seria toda outra, se a razão, e não a loucura, houvesse reinado sobre o mundo.

São de meditar tais palavras quando vemos o baixo interesse ou a nossa proverbial preguiça mental tentar amesquinhar os revolucionários

russos com o epíteto: loucos. Entre eles, há mulheres. Há até uma Mme Kolontai, que é ou foi ministro do Bem Público; não é de hoje, porém, que as mulheres russas, moças, em geral, se envolvem nesses movimentos, altruisticamente subversivos, do império dos Romanoffs. Esta Vera Zassulitch, que teve uma celebridade universal, é como o símbolo delas todas.

Acoimada de loucura, foi verificado que nada tinha disso.

De resto, essa história de loucura, como muitas outras, é simplesmente questão de sentido da contagem; para a esquerda do zero, é negativo; para a direita, é positivo. Mais nada.

No dizer de Cherbuliez, a deplorável vida que lhe haviam feito padecer os homens teria perturbado uma razão menos sólida que a sua. Com dezessete anos, apenas acaba de terminar a sua educação em um pensionato de Moscou, encontra-se com o revolucionário Netchaieff, e, por ter se encontrado com Netchaieff, passa dois anos nas casamatas de uma fortaleza, sem que pudesse saber do que era acusada. Não via pessoa alguma; não recebia visitas dos pais ou parentes; os únicos rostos humanos que viu, durante esse largo prazo de tempo, mais largo ainda por não lhe darem tarefa alguma, foram o do guarda encarregado de lhe dar comida e o de sentinela que lhe perguntava, todo o dia, através das grades: Como vai a senhora?

Os seus vinte anos, ela os viu passar assim sepultados na escuridão de uma masmorra, quando eles lhe pediam sol, luz, alegria, brinquedos, namoros, Amor!

Solta, foi só em aparência, pois por toda a parte a perseguia a polícia, a terrível polícia russa. Sois livre, diziam, mas todos os sábados tendes de ir à presença do comissário.

Foi assim a sua mocidade; não enlouqueceu; mas a sua alma, como quer Cherbuliez, foi invadida por essa tristeza russa que tem a imensidade e o silêncio das estepes; e, de todas as tristezas humanas, é a mais triste.

Um certo dia, o general Trepoff, ministro ou prefeito ou chefe de polícia de São Petersburgo, vai visitar na prisão os presos políticos.

Entre estes, havia um certo Bogoluboff que se anima a falar ao inquisidor do Estado de gorro de prisioneiro à cabeça.

Por causa disto, Trepoff manda dar-lhe uma surra de varas e o detento é vergastado sem piedade.

Vera, uma espécie de Mariana das *Terres Vierges*, de Turgueneff, revolta-se ao ter notícia do fato.

Ela, no parecer do autor do artigo que estou resumindo; ela não era desgraçada por sua própria desgraça. Sofria por todos os oprimidos, por todos os deserdados; ou, antes, ela não sofria, ela se indignava, se revoltava. Vera ficava irritada ao mesmo tempo contra a sua impotência e contra a felicidade dessa gente por aí, calma, gorda e saciada, apesar de saber que milhões de pessoas gemiam e eram perseguidas de todos os modos.

Movida por esses sentimentos, ela, que nunca vira Bogoluboff, tão ferozmente injuriado e rebaixado de sua condição de Homem, jura vingar a ofensa e o suplício que lhe infligiram. Arma-se, procura Trepoff e mata-o, descarregando sobre ele todo o revólver que levava.

Foi a júri, confessou que obrara com todo o discernimento, com premeditação, de emboscada, etc., etc.; e é absolvida.

O resto não nos interessa; o que nos interessa, é o caráter dessa mulher, é a sua abnegação, é o seu sacrifício em prol do sofrimento de outrem que ela absolutamente não conhecia.

Não trepidou ela em cobrir-se com o opróbrio de um assassinato, de arriscar-se ao cárcere de cujas dores tinha experiência pessoal, de jogar até a cabeça, para mostrar que era "solidária" com a desgraça, com a angústia, com a dor de um semelhante...

Há um epitáfio de um navegante grego, antigo, encomendado por ele mesmo, caso morresse de naufrágio, que assim diz: "O marinheiro que aqui jaz, diz-te: faze-te de vela! O golpe de vento que aqui nos perdeu fazia vogar ao largo toda uma flotilha de barcos alegres."

Vera não naufragou de todo; mas, se a Rússia morrer nesse transe, ela verá que o golpe de vento que a matou fará singrar ao largo toda uma flotilha de povos felizes.

Da minha cela

A.B.C. | 30-11-1918

Não é bem um convento, onde estou há quase um mês; mas tem alguma coisa de monástico, com o seu longo corredor silencioso, para onde dão as portas dos quartos dos enfermos.

É um pavilhão de hospital, o Central do Exército; mas a minha enfermaria não tem o clássico e esperado ar das enfermarias: um vasto salão com filas paralelas de leitos.

Ela é, como já fiz supor, dividida em quartos e ocupo um deles, claro, com uma janela sem um lindo horizonte como é tão comum no Rio de Janeiro.

O que ela me dá é pobre e feio; e, além deste contratempo, suporte desde o clarear do dia até à boca da noite o chilreio desses infames pardais. No mais, tudo é bom e excelente nesta ala de convento que não é todo leigo, como poderia parecer a muitos, pois na extremidade do corredor há quadros de santos que eu, pouco versado na iconografia católica, não sei quais sejam.

Além desses registos devotos, no pavimento térreo, onde está o refeitório, há uma imagem de Nossa Senhora que preside as nossas refeições; e, afinal, para de todo quebrar-lhe a feição leiga, há a presença das irmãs de São Vicente de Paula. Admiro muito a translucidez da pele das irmãs moças; é um branco pouco humano.

A minha educação céptica, voltairiana, nunca me permitiu um contato mais contínuo com religiosos de qualquer espécie. Em menino, logo após a morte de minha mãe, houve uma senhora idosa, Dona Clemência, que assessorava a mim e a meus irmãos, e ensinou-me um pouco de catecismo, o "Padre-Nosso", a "Ave-Maria" e a "Salve-Rainha", mas bem depressa nos deixou e eu não sabia mais nada dessas obrigações piedosas, ao fim de alguns meses.

Tenho sido padrinho de batismo umas poucas de vezes e, quando o sacerdote, na celebração do ato, quer que eu reze, ele tem que me ditar a oração.

A presença das irmãs aqui, se ainda não me fez católico praticante e fervoroso, até levar-me a provedor de irmandade como o Senhor

Miguel de Carvalho, convenceu-me, entretanto, de que são úteis, senão indispensáveis aos hospitais.

Nunca recebi (até hoje), como muitos dos meus companheiros de enfermaria, convite para as suas cerimônias religiosas. Elas, certamente, mas sem que eu desse motivo para tal, me supõem um tanto herege, por ter por aí rabiscado uns desvaliosos livros.

Por certo, no seu pouco conhecimento da vida, julgam que todo escritor é acatólico. São, irmãs, até encontrarem um casamento rico que os faz carolas e torquemadescos. Eu ainda espero o meu...

Testemunha do fervor e da dedicação das irmãs no hospital em que estou, desejaria que fossem todas elas assim; e deixassem de ser, por bem ou por mal, pedagogas das ricas moças da sinistra burguesia, cuja cupidez sem freio faz da nossa vida atual um martírio, e nela estiola a verdadeira caridade.

Não sei como vim a lembrar-me das causas nefandas daí de fora, pois vou passando sem cuidado, excelentemente, neste *coenobium* semileigo em que me meti. Os meus médicos são moços dedicados e interessados, como se amigos velhos fossem, pela minha saúde e restabelecimento.

O doutor Alencastro Guimarães, o médico da minha enfermaria, colocou-me no braço quebrado o aparelho a que, parece, chamam de Hennequin!

Sempre a literatura e os literatos...

Antes, eu me submeti à operação diabólica do exame radioscópico. A sala tinha uma pintura negra, de um negro quase absoluto, lustroso, e uma profusão de vidros e outros aparelhos desconhecidos ou mal conhecidos por mim, de modo que, naquele conjunto, eu vi alguma coisa de Satanás, a remoçar-me para dar-me Margarida, em troca da minha alma.

Deitaram-me em uma mesa, puseram-me uma chapa debaixo do braço fraturado e o demônio de um carrinho com complicações de ampolas e não sei que mais correu-me, guiado por um operador, dos pés até à ponta do nariz. Com uma bulha especial, fui sentindo cair sobre o ombro e o braço uma tênue chuva extraordinariamente fluídica que, com exagero e muita tolice, classifico de imponderável.

Além do doutor Alencastro, nos primeiros dias, a minha exaltação nervosa levou-me à enfermaria do doutor Murilo de Campos. Esta tinha o aspecto antipático de uma vasta casa-forte. Valentemente, as suas janelas eram gradeadas de varões de ferro e a porta pesada, inteiramente de vergalhões de ferro, com uma fechadura complicada, resistia muito, para girar nos gonzos, e parecia não querer ser aberta nunca. *Lasciate ogni speranza...*

Tinha duas partes: a dos malucos e a dos criminosos. O *crime e a loucura* de Maudsley, que eu lera há tantos anos, veio-me à lembrança; e também a *Recordação da casa dos mortos*, do inesquecível Dotoievski. Pensei amargamente (não sei se foi só isso) que, se tivesse seguido os conselhos do primeiro e não tivesse lido o segundo, talvez não chegasse até ali; e, por aquela hora, estaria a indagar, na Rua do Ouvidor, quem seria o novo ministro da Guerra, a fim de ser promovido na primeira vaga. Ganharia seiscentos mil-réis – o que queria eu mais? Mas... Deus escreve direito por linhas tortas; e estava eu ali muito indiferente à administração da República, preocupado só em obter cigarros.

Os loucos ou semiloucos que lá vi pareceram-me pertencer à última classe dos malucos. Tenho, desde os nove anos, vivido no meio de loucos. Já mesmo passei três meses mergulhado no meio deles; mas nunca vi tão vulgares como aqueles. Eram completamente destituídos de interesse, átonos, e bem podiam, pela sua falta de relevo próprio, voltar à sociedade, ir formar ministérios, câmaras, senados e mesmo um deles ocupar a suprema magistratura. Deixemos a política... A irmã dessa enfermaria maudsliana é francesa; mas a daquela em que fiquei definitivamente é brasileira, tendo até na fisionomia um não-sei-quê de andradino. Ambas muito boas.

O médico da enfermaria, como já disse, é o doutor Murilo de Campos, que parece gostar de sondar essas duas manifestações misteriosas da nossa natureza e da atividade das sociedades humanas. Como todo o médico que se compraz com tais estudos, o doutor Murilo tem muito interesse pela literatura e pelos literatos. Julgo que os médicos dados a tais pesquisas têm esse interesse no intuito de obter nos literatos e na literatura subsídios aos estudos que estão acumulando, a fim de que um dia se chegue a decifrar, explicar, evitar e exterminar esses dois

inimigos da nossa felicidade, contra os quais, até hoje, a bem dizer, só se achou a arma horripilante da prisão, do sequestro e da detenção.

Creio que lhe pareci um bom caso, reunindo muitos elementos que quase sempre andam esparsos em vários indivíduos; e o doutor Murilo me interrogou, de modo a fazer que me introspeccionasse um tanto. Lembrei-me então de Gaston Rougeot que, na *Revue des Deux Mondes*, há tantos anos, tratando desse interrogatório feito aos doentes pelos médicos, muito usado e preconizado pelo famoso psicólogo Janet, concluía daí que a psicologia moderna, tendo aparecido com aparelhos registradores e outros instrumentos de precisão, que lhe davam as fumaças de experimental, acabava na psicologia clássica da introspecção, do exame e análise das faculdades psíquicas do indivíduo por ele próprio com as suas próprias faculdades, pois a tanto correspondia o inquérito do clínico a seu cliente.

Não entendo dessas coisas; mas posso garantir que dei ao doutor Murilo, sobre os meus antecedentes as informações que sabia; sobre as minhas perturbações mentais, informei-lhe do que me lembrava, sem falseamento nem relutância, esperando que o meu depoimento possa concorrer algum dia para que, com mais outros sinceros e leais, venha ele servir à ciência e ela tire conclusões seguras, de modo a aliviar de alguns males a nossa triste e pobre humanidade. Sofri também mensurações antropométricas e tive com o resultado delas um pequeno desgosto. Sou braquicéfalo; e, agora, quando qualquer articulista da *A Época* quiser defender uma ilegalidade de um ilustre ministro, contra a qual eu me haja insurgido, entre os meus inúmeros defeitos e incapacidades, há de apontar mais este: é um sujeito braquicéfalo; é um tipo inferior!

Fico à espera da objurgatória com toda a paciência, para lhe dar a resposta merecida pelo seu saber antropológico e pela sua veneração aos caciques republicanos quando estão armados com o tacape do poder.

Pois, meus senhores, como estão vendo, nestes vinte e poucos dias, durante os quais tenho passado neste remansoso retiro, semirreligioso, semimilitar – espécie de quartel-convento de uma ordem guerreira dos velhos tempos de antanho, têm-me sido uns doces dias de uma confortadora delícia de sossego, só perturbado por esses ignóbeis

pardais que eu detesto pela sua avidez de homem de negócios e pela sua crueldade com os outros passarinhos.

Passo-os a ler, entre as refeições, sem descanso, a não ser aquele originado pela passagem da leitura de um livro para um jornal ou da deste para uma revista. A leitura assim feita, sem pensar em outro que fazer, sem poder sair, quase prisioneiro, é saboreada e gozada. Ri-me muito gostosamente do pavor que levaram a todo o Olimpo governamental os acontecimentos de 18.

Não sei como não chamaram para socorrê-lo os marinheiros do “Pittsburg”... Não era bem do programa; mas não sairia da sua orientação.

O que os jornais disseram, uns de boa-fé e outros cavilosamente inspirados, sobre o maximalismo¹ e anarquismo, fez-me lembrar como os romanos resumiam, nos primeiros séculos da nossa era, o cristianismo nascente. Os cristãos, afirmavam eles categoricamente, devoram crianças e adoram um jumento. Mais ou menos isto julgaram os senhores do mundo uma religião que tinha de dominar todo aquele mundo por eles conhecido e mais uma parte muito maior cuja existência nem suspeitavam...

O ofício que o Senhor Aurelino dirigiu ao Senhor Amaro Cavalcânti, pedindo a dissolução da União Geral dos Trabalhadores, é deveras interessante e guardei-o para a minha coleção de coisas raras.

Gostava muito do Senhor Aurelino Leal, pois me pareceu sempre que tinha horror às violências e arbitrariedades da tradição do nosso Santo Ofício policial.

Quando a *Gazeta de Notícias* andou dizendo que Sua Senhoria cultivava amoricos pelas bandas da Tijuca, ainda mais gostei do doutor Aurelino.

Lembrei-me até de uma fantasia de Daudet que vem nas *Lettres de mon Moulin*. Recordo-a.

Um subprefeito francês, em carruagem oficial, todo agalado, ia, num dia de forte calor, inaugurar um comício agrícola. Até ali não tinha conseguido compor o discurso e não havia meio de fazê-lo. Ao ver, na margem da estrada, um bosque de pinheiros, imaginou que à sombra deles a inspiração lhe viesse mais prontamente e para lá foi. As aves e

¹ A palavra “maximalismo” é sinônima de “bolchevique”, ambas referentes ao marxismo soviético.

as flores, logo que ele começou – “minhas senhoras, meus senhores” – acharam a coisa hedionda, protestaram; e, quando os seus serviçais vieram a encontrá-lo, deram com o sublime subprefeito, sem casaca agaloada, sem chapéu armado, deitado na relva, a fazer versos. Deviam ser bons...

Mas o Senhor Aurelino, que ia fazer versos ou coisa parecida no Lago das Fadas, no Excelsior, na gruta Paulo e Virgínia, lá na maravilhosa floresta da Tijuca, deu agora para Fouché caviloso, para Pina Manique ultramontano do Estado, para Trepoff, para inquisidor do candomblé republicano, não hesitando em cercear a liberdade de pensamento e o direito de reunião, etc. Tudo isto me fez cair a alma aos pés e fiquei triste com essa transformação do atual chefe de polícia, tanto mais que o seu ofício não está com a verdade, ao afirmar que o maximalismo não tem “uma organização de governo”.

Não é exato. O que é Lênine? O que são os *soviets*? Quem é Trotski? Não é este alguma coisa ministro como aqui foi Rio Branco, com menos poder do que o barão, que fazia o que queria?

Responda, agora, se há ou não organização de governo, na Rússia de Lênine. Se é por isso só que implica com o bolchevismo...

Esse ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do seu dinheiro; essa burguesia vulpina que apela para a violência pelos seus órgãos mais conspícuos, detestando o maximalismo moscovita, deseja implantar o “trepoffismo”, também moscovita, como razão de Estado; esse ódio – dizia – não se deve aninhar no coração dos que têm meditado sobre a marcha das sociedades humanas. A teimosia dos burgueses só fará adiar a convulsão que será então pior; e eles se lembrem, quando mandam cavilosamente atribuir propósitos iníquos aos seus inimigos, pelos jornais irresponsáveis; lembrem-se que, se dominam até hoje a sociedade, é à custa de muito sangue da nobreza que escorreu da guilhotina, em 93, na Praça da Grève, em Paris. Atirem a primeira pedra...

Lembro-lhes ainda que, se o maximalismo é russo, se o “trepoffismo” é russo – Vera Zassulitch também é russa...

Agora, vou ler um outro jornal... É o *O País*, de 22, que vai me dar grande prazer com o seu substancioso *leading-article*, bem recheado de uma saborosa sociologia de "revistas".

Não há nada como a leitura de *revues* ou de *reviews*. Vou mostrar por quê. Lê-se, por exemplo, o nº 23 da *Revue Philosophique*, é-se logo pragmatista; mas dentro de poucos dias, pega-se no fascículo 14 da *Fortnightly Review*, muda-se num instante para o spencerismo.

De modo que uma tal leitura, quer se trate de sociologia, de filosofia, de política, de finanças, dá uma sabedoria muito própria a quem quer sincera e sabiamente ter todas as opiniões oportunas.

O artigo de fundo do *O País*, que citei, fez-me demorar a atenção sobre vários pontos seus que me sugeriram algumas observações.

O articulista diz que a plebe russa estava deteriorada pela *vodka*² e as altas classes debilitadas por uma cultura intelectual refinada, por isso o maximalismo obteve vantagens no ex-império dos czares. Nós, porém, brasileiros, continua o jornalista, somos mais sadios, mais equilibrados e as nossas (isto ele não disse) altas classes não têm nenhum refinamento intelectual.

O sábio plumitivo, ao afirmar essas coisas de *vodka*, de "sadio", de "equilibrado", a nosso respeito, esqueceu-se que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da "cachaça", aguardente de cana (explico isto porque talvez ele não saiba), a que é arrastada, já por vício, já pelo desespero da miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demostênica Associação Comercial, tigres acorados nos juncais, à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente. Esqueceu-se ainda mais das epidemias de loucura, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia; *Mukers*, no Rio Grande do Sul, etc.); esqueceu-se também do Senhor doutor Miguel Pereira ("O Brasil é um vasto hospital").

Esquecendo-se dessas coisas mezinhas que são do conhecimento de todos, não é de espantar que afirme ser o anarquismo os últimos

² A palavra ainda não havia sido incorporada pela língua portuguesa do Brasil.

vestígios da filosofia (não ponho a chapa que lá está) do *Contrato social* de Rousseau.

Pobre Jean-Jacques! Anarquista! Mais esta, hein, meu velho?

Mais adiante, topei com esta frase que fulmina o maximalismo, o anarquismo, o socialismo, como um raio de Zeus Olímpico: "Na placidez estéril do 'nirvana' da preguiça universal."

Creio que foi Taine quem, num estudo sobre o budismo, disse ser difícil à nossa inteligência ocidental bem apreender o que seja "nirvana". Está-se vendo que o incomparável crítico francês tinha bastante razão...

O profundo articulista acoima de velharias as teorias maximalistas e anarquistas às quais opõe, como novidade, a surgir do término da guerra, um nietzschismo, para uso dos açambarcadores de tecidos, de açúcar, de carne-seca, de feijão, etc. Não trepida, animado pelo seu recente super-humanismo, de chamar de efeminadas as doutrinas dos seus adversários, que vêm para a rua jogar a vida e, se presos, sofrer sabe Deus o quê. Os cautelosos sujeitos que, nestes quatro anos de guerra, graças a manobras indecorosas e inumanas, ganharam mais do que esperavam em vinte, estes é que devem ser viris como os tigres, como as hienas e como os chacais. Eu me lembrei de escrever-lhes as vidas, de compará-las, de fazer com tudo isso uma espécie de Plutarco, já que não posso organizar um jardim zoológico especial com tais feras, bem encarceradas em jaulas bem fortes.

Vou acabar, porque pretendo iniciar o meu Plutarco; mas, ao despedir-me, não posso deixar de ainda lamentar a falta de memória do articulista do *O País* quando se refere à idade de suas teorias. Devia estar lembrado que Nietzsche deixou de escrever em 1881 ou 82; portanto, há quase quarenta anos; enlouqueceu totalmente, tristemente, em 1889; e veio a morrer, se não me falha a memória, em 1897 – por aí assim.

As suas obras, as últimas, têm pelo menos quarenta anos ou foram pensadas há quarenta anos. Não são, para que digamos, lá muito *vient de paraître*. Serão muito pouco mais moças do que as que inspiram os revolucionários russos... Demais, o que prova a idade de uma obra quanto à verdade ou à mentira que ela pode encerrar? Nada.

Compete-me dizer afinal ao festejado articulista que o Zaratustra, do Nietzsche, dizia que o homem é uma corda estendida entre o animal

e o super-humano – uma corda sobre um abismo. Perigoso era atravessá-la; perigoso, ficar no caminho; perigoso, olhar para trás. Cito de cor, mas creio que sem falsear o pensamento.

Tome, pois, o senhor jornalista cuidado com o seu nietzschismo de última hora, a serviço desses nossos grotescos super-homens da política, da finança e da indústria; e não lhe vá acontecer o que se passou com aquele sujeito que logo aprendeu a correr em bicicleta, mas não sabia saltar. E – note bem – ele não corria ou pedalava em cima de uma corda estendida sobre um abismo...

É o que ousou lembrar-lhe desta minha cela ou quarto de hospital, onde passaria toda minha vida, se não fossem os horrorosos pardais e se o horizonte que eu diviso fosse mais garrido ou imponente.

A matemática não falha

Revista Souza Cruz | 07-12-1918

Embora ainda não esteja aposentado de todo, já me julgo completamente desligado do emprego público que exerci, na Secretaria da Guerra, durante quinze anos.

A vida de cada um de nós, que é feita e guiada mais pelos outros do que por nós mesmos, mais pelos acontecimentos fortuitos do que por qualquer plano traçado de antemão, arrasta-nos, às vezes, nos seus pontapés e repelões, até onde nunca julgaríamos chegar.

Jamais imaginei, em dia algum da minha vida, ter de ir parar naquele casarão do Campo de Santana e testemunhar as sábias e pressurosas medidas que os presidentes da República e os seus ministros da Guerra põem em prática para a eficaz defesa armada do Brasil.

Mas sucessos imprevistos da minha vida com dolorosas desgraças domésticas, num instante de necessidade e angústia, levaram-me até ali, fizeram-me ver bem profundamente, de excelente lugar na plateia, uma das partes mais curiosas da administração republicana.

Não me despedi ainda do lugar, mas, de qualquer modo, hei de fazê-lo; e, quando de todo o fizer, penso bem que o farei sem saudades.

E não é propriamente por ser ele; fosse outro, creio que se daria o mesmo.

Neste como naquele, nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática é muita abdicção de nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de ideias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência.

Os delicados de alma, nos nossos dias, mais do que em outros quaisquer, estão fatalmente condenados a errar por toda a parte. A grosseria dos processos, a “embromação” mútua, a hipocrisia e a bajulação, a dependência canina, é o que pede a nossa época para dar felicidade ao jeito burguês.

É a época dos registros e dos tabeliães, mas é o tempo das maiores falsificações; é a época dos códigos, sendo também o tempo das mais vastas ladroerias; é a época das polícias aperfeiçoadas, apesar de que é o tempo dos crimes monstruosos e impunes; é o tempo dos fiadores, endossantes, etc., verificando-se nele os maiores “calotes”; é a época dos diplomas e das cartas, entretanto, sobretudo entre nós – é o tempo da mediocridade triunfante, da ignorância arrogante, escondida atrás de diplomas de saber; etc., etc.

Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir – tudo isto de acordo com as lições dos mestres e dos livros; e choca-se com a brutalidade do nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse choque para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trambolhões, sem norte, sem rumo e sem esperança.

Um espírito que criou, para si, um ideal de vida muito diferente da que a nossa atual de fato apresenta, conclui que tanto vale ter isto ou aquilo; que os homens são insuportáveis, tolos, injustos e que devemos vê-los, ricos ou generais, doutores ou curandeiros, carvoeiros ou almirantes, ministros e os seus sábios secretários, na sua hipocrisia de tartufos, na sua miséria moral, na sua abjeção necessária, como atores de uma comédia que nos deve fazer rir, sem esquecer de ter pena deles, pois os seus esgares, as suas “pinturas”, as suas roupagens brilhantes de reis, de príncipes, de papas, ou os trapos de mendigos que os vestem, a sua “caracterização”, enfim, tem por destino ganhar dinheiro, a fim de que não morram de fome, eles, as mulheres e os filhos.

Sem que me atribua qualidades excepcionais, detesto a hipocrisia e por isso digo que deixo o emprego sem saudades.

Nunca o amei, jamais o prezei. No começo, se tivessem respeitado o meu proceder, a dignidade do meu provimento, o meu trabalho e as

qualidades de burocrata que eu tinha como todos os outros, talvez mudasse de sentimento, e, mesmo, como tantos outros, me tivesse deixado anular comodamente no ramerrão burocrático.

Não quiseram assim, revoltei-me; e, desde essa revolta, que sei que os meus desastres são devidos muito a mim e um pouco aos outros. Daí para cá, todo o meu esforço tem sido o livrar-me de tal lugar, que é para a minha consciência um foco de apreensões, transformando-se ele em um inquisitorial aparelho de torturas espirituais que me impede de pensar tão-somente no esplendor do mistério e rir-me à vontade desses bonecos sarapintados de títulos e distinções que, não sem pena, me fazem gargalhar interiormente para mais perfeitamente gozar a bronca estultícia deles.

A minha sociedade agora não será mais a dos simuladores do talento, do trabalho, da honestidade, da temperança; será a dos *défroqués*, dos *toqués*, dos *ratés* de todas as profissões e situações, mas que sabem perfeitamente que falta confessada é “meia falta”, e também que Sardanapalo poderoso mandou pôr como seu epitáfio as seguintes e eloquentes palavras: “Fundei Tarso e Anquíale, entretanto, estou aqui morto.”.

Antes, porém, de esquecer totalmente os episódios desses meus quinze anos de minha vida que deviam ser os melhores dela, mas que me foram os de maiores angústias, quero registrar algumas passagens curiosas que observei, e também curiosas figuras que conheci, durante eles.

Todo o mundo está disposto a acusar os burocratas desta ou daquela coisa feia; mas poucos se lembram das “partes” de certa espécie que são de pôr um cristão doido. Há algumas que são verdadeiramente importunas, insuportáveis e de desafiar a paciência de Jó.

No meu tempo de Secretaria, havia por lá muitos; e, de tão renitente espécie, eu me lembro de um preto de quase setenta anos, forte ainda, que, em um mês, fez entrar mais de dez requerimentos, pedindo a mesma coisa.

Chamava-se ele Agostinho Petra de Bittencourt e tinha sido músico de um batalhão de Voluntários da Pátria, que estivera no Paraguai. Diziam-se filho de um padre Petra que morrera há mais de cinquenta anos, deixando uma incalculável fortuna, em barras de ouro e pedras preciosas,

em moedas de ouro e prata, que se achava depositada no Tesouro. Era seu herdeiro, como seu filho; e, quando bem interrogado, Agostinho dizia que o padre era branco. Entretanto, não seriam precisos grandes conhecimentos antropológicos para dizer-se, à primeira vista, que o herdeiro de fortuna tão grande não tinha nem uma gota de sangue caucásico. Um jornal daqui chegou a tratar do caso; mas anos se passaram e só ele não deixou de falar na famosa herança...

A sua demanda com o Ministério da Guerra, porém, era de outra natureza e muito mais prosaica. Tendo vindo a lei que dava vitaliciamente aos Voluntários da Pátria, sobreviventes, o soldo dos postos e graduações com que foram dispensados, ao terminar a guerra, Agostinho requereu lhe fosse concedida semelhante pensão como mestre de música.

A Contabilidade da Guerra, consultando os documentos originais da época, as folhas de pagamento, denominadas na linguagem militar – relações de mostra, só encontrou o nome de Petra como músico de 1ª classe. O velho não se conformou e, daqui e dali, arranhou uma biblioteca de Ordens do Dia da guerra contra Lopes, que ele sobraçava dia e noite, onde o seu nome figurava como mestre de banda.

Armado com elas, Agostinho foi a ministros, a secretários de Sua Excelência, a ajudantes-de-ordens de Sua Excelência, a todo o pessoal majestoso que recebe luz de Sua Excelência, queixar-se da imaginária injustiça de que vinha sendo vítima. Não havia nenhuma, mas Petra atribuía aos empregados da Contabilidade má-fé, dolo, falsidade administrativa, quando eles tinham cumprido o seu dever.

Como, em geral, todos os requerentes, o pobre músico de batalhão só se queixava dos pequenos; e os grandes, ao receberem as suas queixas, aconselhavam que requeresse. E ele requeria sem dó nem piedade; anos e anos levou ele pelos corredores do Quartel-General, sobraçando a sua biblioteca belicosa, requerendo, resmungando, reclamando e um mês até deu entrada a mais de dez requerimentos no sentido da sua modesta pretensão.

À vista desse exemplo e de outros mais significativos, talvez, mas pouco pitorescos, é de crer que o Império e a literatura patriótica da ocasião tenham posto no espírito dos voluntários do Paraguai grandiosas esperanças de toda ordem. É mesmo vezo de todos os

governos, quando precisam de soldados para as suas guerras, isso fazerem. O nosso não podia fugir da regra e, ao se ver a braços com o *El Supremo* do Paraguai, se não disse francamente aos voluntários que, se voltassem, não teriam mais que trabalhar para viver, prometeu com certeza grandes coisas, pois todos com que tratei estavam possuídos de uma forte convicção dos deveres do Estado para com eles.

Foi, naturalmente, esse sentimento multiplicado, quadruplicado, decuplicado, centuplicado e também deformado no espírito simples, primitivo e vaidoso de um ingênuo e ignorante preto que levou o major honorário do Exército, voluntário da Pátria, José Carlos Vital, ao mais completo dos desastres que se pode imaginar.

Vital foi há anos uma figura popular do Rio de Janeiro. Todos devem lembrar-se de um pretinho muito baixo, miúdo, feio, com feições de pequeno símio, malares salientes, lábios moles, sempre úmidos de saliva, babados mesmo, que era visto passar pelas ruas principais, fardado de major honorário, com uma banda obsoleta na cintura, um espadagão antediluviano, de colarinho extremamente sujo e botas cambaias... Hão de se lembrar, por força! Pois essa figura pouco marcial era o major José Carlos Vital.

Para obedecer à justiça, diga-se que todos o olhavam com respeito. Aos poucos, envaideceu-se com isto e não perdoava continência, brados d'armas e outras cerimônias militares devidas a seu posto. Ficou irritante e cavava assim a sua ruína. A vaidade matou-o, como veremos.

Nos seus tempos áureos de "major", era Vital um simples servente do Arsenal de Guerra; e, quando deixava as suas humildes funções, lá, no Cafofo, nas proximidades do atual mercado, envergando solenemente a farda e sobraçando com o braço esquerdo o espadagão, não era raro que, na primeira tasca, aceitasse um copo de parati e contasse, encostado ao balcão da venda, à gente humilde e tresmalhada daquelas paragens as suas proezas guerreiras. O arsenal era naquele tempo lugar escolhido quase sempre, para embarque ou desembarque de figurões de toda ordem e nacionalidade; e, quando isso se dava, o major julgava-se obrigado a comparecer com o seu fardão, o seu espadagão, o seu colarinho sujo, as suas botas cambaias e o seu charuto de tostão. Às vezes mesmo, com tal *toilette*, apresentava-se no Palácio do Catete, para cumprimentar o presidente da República, em dias festivos...

É fácil de imaginar como a presença de semelhante herói quebraria a harmonia de tão solenes e graves cerimônias por demais obedientes ao protocolo e às regras de precedência. Mas o major, "Voluntário da Pátria", que era, nunca quis convencer-se de que o seu heroísmo ficava mal em tais lugares e devia somente brilhar no Largo da Sé, no do Moura e em outras molduras dessa natureza que lhe eram adequadas e próprias. Um belo dia aparece um outro José Carlos Vital, major como ele, voluntário da Pátria, como ele, mas branco, e modestamente vivendo em Pernambuco, recebendo também etapa de asilado lá, como o seu homônimo preto recebia aqui. Abre-se inquérito; cada um dos Josés Carlos Vitais apresenta as suas provas de identidade; a indagação da verdade é feita com o máximo critério e imparcialidade, acabando-se por concluir que o de Pernambuco é o autêntico, embora o daqui não tenha procedido de má-fé. O festejado herói do Largo do Moura, do Beco da Batalha, o orgulho das últimas pretas minas que conheceram o Príncipe Obá, perde as zonas, o emprego, a etapa de asilado, enviúva do fardão, para sumir-se dentro de um velho fraque de paisano vulgar.

E aquela satisfação de ser major, com as suas honras, privilégios, garantias e isenções, esvai-se, some-se, foge da sua triste vida de filho sem pai e que da mãe não tem a mais vaga lembrança; essa satisfação infantil que lhe resgatava os padecimentos de criança desvalida e levada em tenra idade, como se verificou, para os campos de batalha – essa satisfação se aniquila completamente como se o destino não lhe quisesse dar, nos seus últimos dias de vida, essa vã e pueril consolação, como se não lhe quisesse dar a mínima ilusão de felicidade, a ele que passara toda a existência, esmagado, humilhado, sem prazeres, sem alegrias, talvez, mesmo as mais vulgares!... Ah! a Vaidade...

Chamei de vã e pueril a consolação que podem dar as honras e que envaidecem o "major". Será verdade? Vi tanta gente disputá-las; vi tantos homens, de condições de riqueza e instrução mais variadas, requestá-las que estou disposto a crer que errei quando assim as qualifiquei.

Não poderei citar muitos casos de pedidos delas, porque quase todos, por comuns de argumentação e motivos, me escaparam da memória; mas um, por ser sobretudo grotesco, viveu-me sempre na

minha lembrança e, ainda hoje, quando dele me recordo, causa-me riso. Conto-o. Um voluntário da Pátria chamou em seu auxílio, ou tentou chamar, a aritmética para obter o justo honorário a que se julgava com direito. O Senhor José Dias de Oliveira, porteiro adido do extinto Hospital do Andaraí, vivo ainda, como o são também os outros dos seus colegas a que aludi, era um velho pesadão, curto de membros e de corpo, com umas abundantes e longas barbas mosaicas, ventre proeminente e acentuado na sua redondeza, voz cava, que, de quando em quando, aparecia na secretaria, a fim de procurar com um seu amigo, funcionário dela, “o livro dos Voluntários da Pátria”. Só ele conhecia esse livro e ele o pedia com a máxima insistência. A sua voz cava não permitia grandes gritos; mas assim mesmo, nos dias de reclamação, conseguia encher os corredores e as salas com o seu rouco vozeiro. Quem o visse, nesse transe, poderia apreciar o gesticular desenfreado com que acompanhava a sua abafada gritaria e o cuidado constante que tinha, para não lhe caírem as calças pernas abaixo. Movia todas as partes do corpo que permitiam movimento: os braços, as pernas, a cabeça, o pescoço; e falava, falava, semigritando.

Queria o tal “livro” para resolver ou justificar os seus direitos, que tinham o apoio da matemática. Era, argumentava, tenente honorário e fora tenente da polícia do Paraná. Ora, $2 + 2$ são quatro. Logo, ele possuía quatro galões, o que equivale a dizer que era major e, como tal, tinha direito à patente desse posto. De alguma forma, penso eu agora, o Senhor José Dias de Oliveira tem razão. Se o esoterismo positivista da geometria e do cálculo tanto concorreu para o 15 de Novembro, não é demais que a cabala da tabuada de somar auxiliasse a pretensão do porteiro adido do antigo Hospital do Andaraí. $2 + 2 = 4$; ele é, portanto, major. A matemática não falha...

Carta aberta

A.B.C. | 14-12-1918

Excelentíssimo Senhor conselheiro Rodrigues Alves ou quem suas vezes fizer, na presidência da República.

Quisera bem, Excelentíssimo Senhor, que esta fosse de fato lida por Vossa Excelência, conselheiro do ex-Império do Brasil, ex-presidente de província do mesmo Império, ex-ministro de Estado da República dos Estados Unidos do Brasil, ex-presidente de estado federado da mesma República, ex-presidente dessa República, etc., etc. Os deuses cumularam Vossa Excelência de felicidades e a minha esperança é que Vossa Excelência se lembre desse dom extraordinário que deles recebeu, para impedir que o poder público se transforme em verdugo dos humildes e desprotegidos.

Tendo exercido tão altos cargos de governo, além dos legislativos que não citei, tanto no atual regime como no passado; sendo avançado em anos, é de esperar que Vossa Excelência esteja agora possuído de um sábio cepticismo no que toca à apreciação dos homens e dos regimes políticos e que essa flor maravilhosa de bondade e piedade, pelos erros de todos nós, tenha desabrochado no coração de Vossa Excelência e sempre adorne imarcescivelmente os atos e os julgamentos de Vossa Excelência.

Não é, portanto, “chapa” manifestar eu aqui o meu desejo de que esta encontre Vossa Excelência no gozo da mais perfeita saúde em companhia da Excelentíssima Família, mas... no Catete.

Não há nisso, Excelentíssimo Senhor, nenhum desdém, nem malquerença com Guaratinguetá; mas concordará Vossa Excelência que esta nossa República que se está fazendo tão burguesmente aristocrática não pode permitir que a sua capital seja uma pequena cidade do interior, certamente pitoresca, mas demasiadamente modesta para tão alto destino.

Suponho até que há por aí, Excelentíssimo Senhor Presidente eleito, muitos condes eclesiásticos e Rockefellers das tarifas alfandegárias, muitos descendentes dos cruzados, que não estão contentes com a cidade do Rio de Janeiro, para capital do Brasil. Acham-na totalmente imprópria e indigna de tal função.

Na sua peculiar concepção ultramoderna e super-humana da vida, em que tudo é dinheiro, tende para ele e se resolve com ele; em que amor é dinheiro e dinheiro é amizade, lealdade, patriotismo, saber, honestidade; tais cavalheiros, dizia eu, Excelentíssimo Senhor, pensaram ultimamente em alugar, arrendar ou mesmo comprar uma cidade bem *chic*, bem catita, para capital desse feudo brasileiro, cujos habitantes miseráveis eles explorariam de longe com corveias, banalidades, gabelas e outros impostos e dízimos batizados com nomes modernos e canalizados para as suas algibeiras por meios hábeis. Escusado será dizer a Vossa Excelência que o aluguel, o arrendamento ou a compra da cidade em condições seria realizada com o dinheiro do país.

Não me parece que Vossa Excelência tenha tão ingrato pensamento em relação à nossa pátria; mas Vossa Excelência deve deixar Guaratinguetá e vir para o Rio, onde há muita coisa para Vossa Excelência ver e distrair-se com o procurar remédio para sanar as que forem maléficas.

Cochicham por aí que as nossas finanças vão mal; que a nossa situação internacional é melindrosa; que precisamos tratar energicamente do nosso surto econômico, etc., etc.

Ouçõ falar baixinho de tudo isto; mas não vejo ninguém referir-se ao mal profundo que nos corrói. Corrói-nos, Excelentíssimo Senhor conselheiro, um pendor mal disfarçado para o despotismo da burguesia enriquecida com a guerra, por todos os meios lícitos e ilícitos, honestos e imorais, de mãos dadas com as autoridades públicas e os representantes do povo.

Não são mais os militares que aspiram à ditadura ou a exercem. São os argentários de todos os matizes, banqueiros, especuladores da bolsa, fabricantes de tecidos, etc., que, pouco a pouco, a vão exercendo, coagindo, por esta ou aquela forma, os poderes públicos, a satisfazer todos os seus interesses, sem consultar o da população e os dos seus operários e empregados. Vossa Excelência, já pela sua idade, já pelos seus conhecimentos, já pela experiência que deve ter de semelhante gente, certamente, mesmo estando longe, tem observado e registrado tão anômalo fato. O Centro Industrial, por exemplo, o esotérico e cabalístico Centro Industrial, realiza sessões secretíssimas, cujas atas

são assinadas, não por indivíduos, mas por firmas de institutos, de sociedades industriais, e expede intimações ao governo que, diante delas, estremece. A associação Comercial, graças à vaidade de alguns dos seus diretores, aos quais as glórias de Demóstenes e de Cícero não deixam dormir, não se esconde no mistério. Fala alto e grosso e intimida o governo com ameaça de represálias da honrada classe comercial.

Desde Fénelon, há quase três séculos, que sabemos, pelo seu *Discours sur l'Inégalité des Conditions*, que "les riches ne sont que les dépositaires des possessions qu'appartiennent à tout le genre humain".

Não parece a Vossa Excelência que os nossos homens de Estado deviam saber isto e o mais que se segue, afirmando por completo o pensamento do arcebispo de Cambrai, para não satisfazer as exigências corsarianas que, em nome de uma concepção canibal de propriedade, lhes vão fazendo os argentários, os industriais e os atravessadores de mercadorias de primeira necessidade, em detrimento de todos?

Para mais tarde, ficará a explanação do que acima fica dito. Certamente para breve, mas após a explicação, pois a espero, do articulista do *O País*, de 22 do passado, que acusou Rousseau de anarquista. Aguardo-a e, se ela não vier, eu terei que explicar por que estranhei tal coisa. Isto, porém, não interessa Vossa Excelência e trato de continuar as considerações que vinha fazendo.

Não é, Excelentíssimo Senhor doutor Rodrigues Alves, que o Zé Bezerra, o Cazuzá lá do Cabo, deu em berrar aos ouvidos do governo que é produtor e, por isso, quer tal ou qual medida? Apelo para a idade de Vossa Excelência, Senhor Presidente eleito: algum dia Vossa Excelência ouviu dizer que Zé Bezerra produzisse alguma coisa? Só se fossem batatas e, assim mesmo, não seria ele só. Havia de haver algum cristão que o auxiliasse, pois o coronel Cazuzá é absolutamente estéril.

Não foi à toa que Spencer, nos seus *Fatos e comentários*, disse que detestava essa concepção de progresso que tem como objetivo o crescimento da população, o aumento da riqueza, a expansão comercial. Só dominando uma tal concepção é que se podia ver com influência, poder e atitude de legislador um Zé Bezerra e outros que tal. Vossa Excelência há de perdoar-me tais expansões, mas os fatos subsequentes aos acontecimentos de 18 do mês passado trouxeram-me tanto fel à

alma que, mesmo dirigindo-me a pessoa tão respeitável como Vossa Excelência, eu contenho a minha indignação a muito custo.

Não espere Vossa Excelência que eu venha aqui discutir maximalismo ou anarquismo. Além de ser fora de propósitos, seria indelicado fazê-lo com Vossa Excelência.

Quero também chamar a atenção de Vossa Excelência para o modo de proceder da nossa alta polícia, pois só me referirei a ela, no curso desta missiva, porquanto, Excelentíssimo Senhor, a pequena, a dos humildes guardas, etc., é envenenada, é mal-educada pelo proceder de seus chefes prepotentes, ou que se julgam onipotentes.

Depois do motim de 18, ingênuo que foi, por assim dizer, o gabinete do chefe de polícia se encarregou de mandar publicar nos jornais, como sendo propósitos, objetivos dos rebelados, as mais torpes invenções ou as mais estúpidas que a imaginação dos seus auxiliares criava. A ligeireza proverbial dos nossos grandes jornais, quase todos, por isso ou aquilo, gratos aos grandes burgueses, não as examinou detidamente e espalhou-as aos quatro ventos, servindo as folhas volantes, algumas de boa-fé e outras conscientemente, aos intuitos cavilosos da alta administração policial, que procurava tornar antipática a causa dos operários aos olhos da população. Não é só isso. As crônicas e artigos que apareceram, dias depois, obedeciam todos a um mesmo esquema.

Por essa época, li diversos jornais e verifiquei tal fato. O artigo de fundo do *O País* de 22 é traçado no mesmo plano que vai seguir a crônica de Miguel Melo, na *Gazeta*, a 25; o artigo de Antônio Torres, na mesma *Gazeta*, um ou dois dias depois, caminha nas pegadas do daquele último; o do Senhor Leão Veloso, no *Correio da Manhã*, não se afasta muito da inspiração dos três primeiros...

Se o chefe de polícia, acredite Vossa Excelência, tivesse expedido uma circular a tal respeito, em papel de sua repartição, a obra sairia mais igual, tão-somente isso, porque os artigos todos, se não são iguais, são parecidos. Os pontos capitais em que se tocam podem ser reduzidos a quatro:

- a) acoimam de estrangeiros os agitadores, que exploram a boa-fé dos operários brasileiros, à custa dos quais vivem sem trabalhar;

- b) debocham, com a Ciência do *Bom homem Ricardo* e a profundidade dos julgamentos de Sancho Pança, na ilha de Baratária, as doutrinas e ideias dos amotinados, das quais os autores dos artigos só têm conhecimento pela versão cavilosa dos poderes policiais;
- c) exaltam a doçura, a resignação e o patriotismo do operário brasileiro;
- d) admitem que os operários têm motivos de queixa, mas que, em vez de fazerem distúrbios, devem esperar serenamente a ação governamental: Código de Trabalho, etc., etc.

Ao apreciar tais artigos da forma acima, não quero absolutamente, mesmo em se tratando do *O País*, dar a entender que eles hajam obedecido a impulsos suspeitos, e partidos de uma mesma origem, para se apresentarem assim, aos nossos olhos, com um tão flagrante parentesco. Entre os signatários deles, conheço bem dois e sobre a honestidade de ambos faço o melhor juízo; e dos dois artigos restantes, um não tem assinatura, o do *O País*, o que não acontece com o do *Correio da Manhã*, não tendo também eu motivo algum para suspeitar da sinceridade dos seus autores.

Atribuo essa semelhança fortuita a outras causas. Vossa Excelência há de me permitir que faça uma pequena digressão.

Além da educação de todos eles, além do misoneísmo fatal e necessário aos jornalistas dos grandes jornais, há, para determinar esse uniforme julgamento deles sobre a agitação dos operários e as teorias que os animaram, o que se pode chamar a ambiência mental da imprensa periódica. Ela é feita com o desconhecimento total do que se passa fora da sua roda, um pouco da política e da dos literatos, determinando esse desconhecimento um desprezo mal disfarçado pelas outras profissões, sobretudo as manuais, e pelo que pode haver de inteligência naqueles que as exercem. Junte-se a isto uma admiração estulta pelos sujeitos premiados, agaloados, condecorados, titulados e as opiniões deles; considere-se ainda as insinuações cavilosas dos espertalhões interessados nisto ou naquilo, que cercam os homens de jornais de falsos carinhos e instilam no seu espírito o que convém às suas transações; leve-se em conta ainda mais que todo o plumitivo tem amor à pilhéria e não perde vaza para fazê-la, mesmo que seja injusta; e, por

fim, em certos casos, obrigados pela natureza da profissão, são eles chamados a avançar julgamentos precipitados, improvisados sobre questões de que não conhecem os mais simples elementos. Tudo isso e mais alguns outros aspectos peculiares à vida jornalística formam o que se pode chamar, e eu chamarei, a ambiência intelectual da imprensa quotidiana.

Para os homens de jornal, as nossas ideias de Estado, de direito e propriedade são intangíveis; promanam diretamente de Deus e são inabaláveis. Por deficiência de leitura, de meditação, de reflexão, Excelentíssimo Senhor conselheiro, em geral, os jornalistas não percebem que, no correr das idades, nesta ou naquela parte da Terra, devido a estes ou àqueles fatores, tais ideias se têm revestido de diversos aspectos e formas várias e nada nos garante que as que temos nós atualmente não possam ser modificadas, desde que o seu uso ou abuso venha a mostrar, como está acontecendo, que, longe de serem úteis, são nocivas e prejudiciais à humanidade.

Se os homens de jornal não se deixassem envaidecer com a sua situação pessoal, procurassem reagir contra a ambiência mental da profissão e tivessem estudado um pouco dessas questões sociais que há tanto tempo estão na ordem do dia e preocupam todas as inteligências e os curiosos de coisas espirituais, não engoliriam os carapetões da polícia e sobre eles não bordariam os seus artigos e crônicas. Talvez não fosse preciso tanto. Bastava que interrogassem habilmente os seus colegas de reportagem policial, para saber qual o espírito que domina os magnatas da tenebrosa repartição da Rua dos Inválidos.

A grande preocupação dos delegados e mais graúdos policiais é “mostrar serviço ao chefe” e a grande preocupação do chefe é “mostrar serviço” ao ministro e ao presidente da República. Isto, tanto no que toca àqueles como a este, sem olhar obstáculos, abafando todos os escrúpulos de consciência, seja como for, sofra quem sofrer.

Há uma anedota que bem exprime essa feição mental dos nossos delegados. Peço licença a Vossa Excelência para contá-la. O bacharel A. P., há anos, era delegado de uma das nossas circunscrições policiais. Certo dia, chega à delegacia e pergunta logo ao comissário:

– Matias, quantos presos estão no xadrez?

- Nenhum, doutor.

Ao receber semelhante resposta, o delegado ficou indignado e pôs-se a esbravejar:

- Como? Nenhum? Que relaxamento é este, Seu Matias?

- Mas, doutor...

- Não tem "mas", não tem nada! Busca aí duas praças e vai arranjar-me pelo menos um preso... É preciso! Se o chefe souber que o xadrez está vazio, o que dirá de mim? Vai...

Esclarecido assim Vossa Excelência sobre a feição psicológica especial à nossa alta polícia, pedia eu a Vossa Excelência que voltasse as vistas para as centenas de pessoas que o Senhor Aurelino anda arrebanhando para os seus cárceres, sob o pretexto de serem anarquistas e conspiradores, acusações que ele não baseia em documento algum, pretendendo, entretanto, atirá-los para Fernando de Noronha ou outro qualquer desterro. Não preciso lembrar a Vossa Excelência que ser anarquista, ter opiniões anarquistas, não é crime algum. A República admite a máxima liberdade de pensamento; e, desde que o anarquista seja pegado jogando bombas, dando tiros de revólver, perturbando a ordem, cai no domínio do Código Penal, já não é o anarquista que a polícia tem nas mãos, com o qual ela nada tem a ver; é o malfeitor, o desordeiro, o sedicioso, para quem, neste país com tantas faculdades de Direito e tantos jurisconsultos à matroca, as leis devem cominar penalidades, à vista das provas do crime e depois de julgamento regular. Assim sendo, esperava que o prestígio de Vossa Excelência agisse de tal forma que, estrangeiros e nacionais, anarquistas ou não anarquistas, mandantes e mandatários, os responsáveis pelos delitos ou crimes do dia 18 de novembro sejam processados regularmente, com os mais amplos meios de defesa, cabendo somente à polícia apresentar os documentos que possui contra eles e não, como ela quer, julgá-los sem defesa e condená-los em segredo, para o que lhe falta competência legal e é perfeitamente imprópria.

Vossa Excelência vem pela segunda vez presidir os destinos do Brasil; Vossa Excelência tem experiência e traquejo de governo; e não deve, creio eu, consentir que empane a longa vida pública de Vossa Excelência a repetição das cenas dantescas do "Satélite", das deportações

para os pantanais do Acre, dos tormentos nas masmorras da ilha das Cobras e de outros fatos assaz republicanos.

Fico perfeitamente crente de que Vossa Excelência não quererá que a República do Brasil venha substituir no mundo a autocracia russa, com a sua Sibéria e os seus hediondos Trepoffs. Assim seja.

Sou de Vossa Excelência concidadão obediente e respeitador.

São capazes de tudo...

A.B.C. | [11]-1-1919

“E quando ouvirdes falar de guerras, e de tumultos, não vos assusteis: estas coisas sim devem suceder primeiro, mas não será logo o fim.”

São Lucas

Felizmente, agora pode-se falar com certa liberdade da guerra que findou, sem incorrer nas iras do governo nem provocar as censuras do patriotismo ardente do Senhor João Laje.

Temi sempre as primeiras e nunca quis que, clara ou tacitamente, o Senhor João Laje do Charuto, pela boca alcídica dos seus sociólogos contratados, fosse levado a lançar-me a excomunhão maior do alto do seu sólio de papa do patriotismo brasileiro.

Nunca fui patriota; mas, para a segurança da minha vida e ter a liberdade que ainda os magnatas concedem a todos, de andar pelas ruas da cidade, durante os quatro anos de guerra, se não fiz alarde de um patriotismo falso, nada disse que pudesse melindrar os iniciados na religião da pátria que oficiam no casarão da Rua Larga ou nas colunas dos jornais.

No começo da contenda europeia, dei a minha adesão à Liga pelos Aliados; mas, desde que ela desandou, aproveitando-se da simplicidade de muitos e da cumplicidade de alguns, em escritório de anúncios de carnes frigorificadas, e outros gêneros de primeira necessidade, julguei do meu dever não dar mais nenhuma palavra de apoio a semelhante instituição que, quando não era quarta página de jornal, se transformava em sociedade musical e dançante ou em clube dramático, recreativo e literário.

Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior que abrangesse, com a Terra, toda a espécie humana, desejei muito a derrota da Alemanha, que, sempre retardada politicamente, era ainda a região do globo onde a

superstição patriótica se havia quintessenciado com um aparelho guerreiro levado à máxima perfeição, graças às características do povo e às aptidões do seu pensamento, para as pesquisas especializadas e demorados trabalhos que exigem paciência na inteligência.

A queda da Alemanha representava para mim um golpe dado no "patriotismo", que, tendo sido um sentimento fecundo em outras épocas, hoje não era mais do que um instrumento nas mãos dos burgueses para dominar as massas e explorar toda a terra em seu proveito, matando a rodo com outras mãos, saqueando, acumulando riquezas como nunca tirano asiático pôde ter.

Julgava, então, que os adversários da Alemanha não se deixassem explorar pelos corvos da finança, da indústria e do comércio, mas bem cedo eu vi que me enganava.

O próprio Brasil, que, por prudência, se devia ter mantido neutro na contenda, embebedou-se com discurseiras, deixou a sua filosofia bonacheirona de matuto e meteu-se na guerra para tomar os navios mercantes alemães, passá-los a outras mãos, vender café, a fim de dar lucros e comissões avultadas a certos espertalhões fartos que chamam todos os mais de vagabundos.

Demais, não podia continuar a dar o insignificante apoio do meu nome a uma associação, a tal Liga, quando os Estados Unidos da América do Norte entraram na guerra, com aquela arrogância e ares de matamouros que lhes são próprios.

Desprezando, por ora, todas as razões de ordem pessoal que julgo sinceramente e perfeitamente legítimas, os meus motivos para detestar semelhante país eram os mesmos que eu tinha para querer o aniquilamento político da Alemanha.

A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao *Kolossal*, a sua estúpida concepção de domínio político ao jeito do defunto Império Romano, a meus olhos, faziam da república de Washington um equivalente americano da Germânia de Bismarck.

A guerra, com a entrada deles, deixava de ter para mim a significação de um imenso sacrifício doloroso para atingirmos tempos melhores, passando a ser uma guerra como todas as outras.

O Brasil, então, como sempre o Brasil republicano, tratou logo de desmanchar-se em zumbaias covardes à megatérica organização política do norte do continente.

Quebrou a sua neutralidade, sem nenhuma justificativa, em favor dos americanos e do seu almirante Caperton, que, segundo a *Revista Americana*, possui na Marinha dos Estados Unidos a triste especialidade de interventor nas nossas pobres repúblicas mais ou menos escuras.

Em seguida, sempre a reboque da América do Norte, declarou guerra à Alemanha, tomou-lhes os navios mercantes, etc., etc.; e não arranjou dinheiro.

Falo, sem temor, dessas coisas da política internacional porque conheço o estofo dos pedantes que a querem fazer coisa transcendente. Eles o que pretendem é tapar o sol com uma peneira; e, nesse caso dos Estados Unidos, disfarçar a sua falta de hombridade, de decoro, de vergonha, de orgulho, com um palavreado oco e parlapatão. Não há livros verdes ou de todas as cores do arco-íris que possam negar a triste e ignominiosa verdade de que o Brasil é e está sendo caudatário desavergonhado da América do Norte.

Nunca foi dos nossos hábitos administrativos dar essas denominações coloridas aos nossos relatórios ministeriais; mas, desde que o Senhor Rio Branco ou Silva Paranhos meteu-se no Itamarati, o Brasil se "endomingou", tomou atitudes escolhidas, assim como o copeiro do meu estimável confrade Ataulfo de Paiva faz, com o auxílio das roupas que lhe dá o desembargador, quando vai ver as crioulas, no circo, pelas tardes dos dias de descanso semanal.

Já disse Rui Barbosa que não é certo chamar chanceler o ministro do Exterior. Consultei eu dicionários e fiquei convencido de que há nisso grande bobagem. O Itamarati, porém, nada enxerga dentro do Brasil, nem mesmo as coisas elementares da língua que deve falar. Ele faz e desfaz "as diplomacias da Lua"; e é bem possível que o tal livro verde seja simplesmente pardo.

Não é, porém, ocasião para analisar as coisas do antigo palácio do Menino de Ouro, com o Senhor Domício da Gama, o das "Meias-Tintas", ou sem ele. É assunto para mais tarde, tanto mais que ainda não lhes disse a que vieram essas considerações.

Li há dias que, numa cidade extrema do Norte, a sua população, como prova de reprovação ao ato do governo não nomeando Rui Barbosa para a conferência de Versailles, organizou uma procissão de desagravo em que figuravam o retrato desse eminente homem público nacional, do marechal Foch (está faltando o “d” “e” “de”) e de Wilson.

Não tenho nada a reparar que os meus concidadãos de tão longínquas paragens tenham em grande conta os dois primeiros homens; mas o terceiro – por quê?

Nós os brasileiros temos muito poucas informações do que é a política dos Estados Unidos. Supomos que Wilson seja assim um homem do *Poder da vontade* que chegou até à posição em que está, pelo seu único esforço. Em outros países, é possível isto; porém, nos Estados Unidos, mais do que em nenhum outro, a coisa é impossível. A política lá é negócio e os representantes políticos da nação, se não são homens de negócio, representam tais homens. Uma eleição custa fortunas e só sindicatos de argentários podem custeá-las.

Wilson ou outro qualquer, quando fala bonito do alto daquele Capitólio Pele-Vermelha, representa um *trust* financeiro ou quer que seja, e julga os interesses do mundo através do prisma dos interesses desse *trust*. Não há nada de ideológico nas suas palavras ou, melhor, nas suas intenções. Ele doura a pílula unicamente e é todo atual e interesseiro como os vendedores da pomada vienense, ali, na Rua do Ouvidor.

Certamente, tendo tais intuitos de *réclame* literário, os políticos negociatas americanos não iriam pôr na Casa Branca um sujeito que não soubesse perorar, que não conhecesse a arte de enfeitar lugares-comuns e fosse dizer aos seus patrícios e aos estrangeiros que o que eles querem é ganhar dinheiro, enfraquecer os outros povos e sangrá-los. Procuram um bom discursador porque, apesar de sermos um país de oradores, os americanos práticos, mais do que nós outros, dão tudo por um discursozinho.

Wilson, portanto, deitando essas discurseiras filantrópicas pelo mundo, não está senão fazendo propaganda de alguma marca de máquinas de escrever ou preparando terreno para aumentar o território do seu país.

São dos nossos dias os generosos propósitos *yankees* com relação a Cuba. Vimos como a América do Norte promoveu traiçoeiramente a guerra com a Espanha; vimos como ela a derrotou; vimos como se apoderou de Porto Rico e das Filipinas; e estamos vendo o que é a independência de Cuba! E o Havaí?

Nós, porém, nos julgamos privilegiados e imunes de semelhantes favores. Batemos palmas aos americanos, damos-lhes bailes, enquanto eles não nos oferecem mais belos, mais grandiosos e estrambóticos, em palácios faraônicos que hão de construir nos nossos recantos pitorescos ou nos fazem descer dos bondes de primeira classe. País feliz...

Eduardo Prado escreveu documentadamente a *Ilusão americana*. Floriano apreendeu-lhe a primeira edição, visando "interpor-se entre o escritor e o seu escasso público". Não foi ele que se interpôs. Foi a tolice nacional, a falta de visão de todos nós, a incapacidade de fazermos um julgamento por nós mesmos e a necessidade de irmos buscá-los nos nossos grandes jornais sem sinceridade e independência.

Se lêssemos os autores corajosos, sinceros e honestos, veríamos bem que os processos políticos dos Estados Unidos são os mais ignóbeis possíveis; que eles têm por todos nós um desprezo rancoroso e humilhante; que quando falam em liberdade, em paz e outras coisas bonitas, é porque premeditam alguma ladroeira ou opressão. Menos cavalheiros que a Alemanha, enchem-se de disfarces...

Para finalizar, vale a pena lembrar a guerra do México, não esquecendo que os Estados Unidos se opuseram oficialmente, *oficialmente*, durante muito tempo, que a Espanha fizesse a emancipação da escravidão em Cuba.

Sobre a guerra do México, diz Eduardo Prado, na sua *Ilusão americana*:

A má-fé do governo de Washington começou com a questão do Texas. Fomentou quanto pôde a revolta daquele território, animando-o a separar-se do México, para mais depressa absorvê-lo, e depois declarou a guerra ao México, verdadeira guerra de conquista, humilhou aquela república até ao extremo e arrebatou-lhe a metade do seu território. Ó fraternidade!

O que, entretanto, Eduardo Prado não diz, mas se pode ler nos *Études Morales et Politiques*, de E. Laboulaye, é o verdadeiro fito dessa guerra criminosa. Os estados do sul dos Estados Unidos, escravagistas, temendo perder a maioria que tinham no Senado americano, fomentaram a insurreição do Texas, que foi afinal anexado aos Estados Unidos, dividido em estados, dando estes ao Senado representantes perfeitamente escravocratas. Não havia, portanto, perigo de passar nenhuma lei que acabasse com a escravidão; mas, não contentes com isso, conseguiram que a União declarasse a guerra, para obter mais territórios e, vencedores, restabeleceram a escravidão, onde o governo do pobre México já a tinha abolido desde muito. Eis aí o que foi a guerra do México. Parece incrível; mas não é e nem parecerá sê-lo quando se sabe que os "sociólogos" americanos daquelas épocas foram buscar no Novo Testamento base para justificar a escravidão. Sabem onde? Na tocante epístola de São Paulo a Filêmon. Eles são capazes de tudo...

Problema vital

Revista Contemporânea | 22-2-[1919]

Poucas vezes se há visto nos meios literários do Brasil uma estreia como a do Senhor Monteiro Lobato. As águias provincianas se queixam de que o Rio de Janeiro não lhes dá importância e que os homens do Rio só se preocupam com coisas do Rio e da gente dele. É um engano. O Rio de Janeiro é muito fino para não dar importância a uns sabichões de aldeia que, por terem lido alguns autores, julgam que ele não os lê também; mas, quando um estudioso, um artista, um escritor, surja onde ele surgir no Brasil, aparece no Rio, sem esses espinhos de ouriço, todo o carioca independente e autônomo de espírito está disposto a aplaudi-lo e dar-lhe o apoio da sua admiração. Não se trata aqui da barulheira da imprensa, pois essa não o faz, senão para aqueles que lhe convêm, tanto assim que sistematicamente esquece autores e nomes que, com os homens dela, todo o dia e hora lidam.

O Senhor Monteiro Lobato com o seu livro *Urupês* veio demonstrar isso. Não há quem não o tenha lido aqui e não há quem o não admire. Não foi preciso barulho de jornais para o seu livro ser lido. Há um contágio para as boas obras que se impõem por simpatia.

O que é de admirar em tal autor e em tal obra, é que ambos tenham surgido em São Paulo, tão formalista, tão regrado que parecia não admitir nem um nem a outra.

Não digo que, aqui, não haja uma escola delambida de literatura, com uma retórica trapalhona de descrições de luares com palavras em "ll" e de tardes de trovoadas com vocábulos com "rr" dobrados: mas São Paulo, com as suas elegâncias ultraeuropeias, parecia-me ter pela literatura, senão o critério da delambida que acabo de citar, mas um outro mais exagerado.

O sucesso de Monteiro Lobato, lá, retumbante e justo, fez-me mudar de opinião.

A sua roça, as suas paisagens não são coisas de moça prendada, de menina de boa família, de pintura de discípulo ou discípula da Academia Julien; é da grande arte dos nervosos, dos criadores, daqueles cujas

emoções e pensamentos saltam logo do cérebro para o papel ou para a tela. Ele começa com o pincel, pensando em todas as regras do desenho e da pintura, mas bem depressa deixa uma e outra coisa, pega a espátula, os dedos e tudo o que ele viu e sentiu sai de um só jato, repentinamente, rapidamente.

O seu livro é uma maravilha nesse sentido, mas o é também em outro, quando nos mostra o pensador dos nossos problemas sociais, quando nos revela, ao pintar a desgraça das nossas gentes roceiras, a sua grande simpatia por elas. Ele não as embeleza, ele não as falsifica; fá-las tal e qual.

Eu queria muito me alongar sobre este seu livro de contos, *Urupês*, mas não posso agora. Dar-me-ia ele motivo para discorrer sobre o que penso dos problemas sociais que ele agita; mas são tantos que me emaranho no meu próprio pensamento e tenho medo de fazer uma coisa confusa, a menos que não faça com pausa e tempo. Vale a pena esperar.

Entretanto, eu não poderia deixar de referir-me ao seu estranho livro, quando me vejo obrigado a dar notícia de um opúsculo seu que me enviou. Trata-se do *Problema vital*, uma coleção de artigos, publicados por ele, no *Estado de S. Paulo*, referentes à questão do saneamento do interior do Brasil.

Trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Pena e outros, vieram demonstrar que a população roceira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebravam fisicamente. Todas elas têm uns nomes rebarbativos que me custam muito a escrever; mas Monteiro Lobato os sabe de cor e salteado e, como ele, hoje muita gente. Conheci-as, as moléstias, pelos seus nomes vulgares: papeira, opilação, febres e o mais difícil que tinha na memória era – bório. Isto, porém, não vem ao caso e não é o importante da questão.

Os identificadores de tais endemias julgam ser necessário um trabalho sistemático para o saneamento dessas regiões afastadas e não são só estas. Aqui, mesmo, nos arredores do Rio de Janeiro, o doutor Belisário Pena achou 250 mil habitantes atacados de maleitas, etc. Residi, durante a minha meninice e adolescência, na ilha do Governador, onde meu pai era administrador das Colônias de Alienados. Pelo meu

testemunho, julgo que o doutor Pena tem razão. Lá todos sofriam de febres e logo que fomos para lá, creio que em 1890 ou 1891, não havia dia em que não houvesse, na nossa casa, um de cama, tremendo com a sezão e delirando de febre. A mim, foram precisas até injeções de quinino.

Por esse lado, julgo que ele e os seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda a razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem. Pelo que leio em seus trabalhos, pelo que a minha experiência pessoal pode me ensinar, me parece que há mais nisso uma questão de higiene domiciliar e de regime alimentar.

A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado.

A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda. Nascida sob o influxo do regime do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo, em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse do seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra parte de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradia, de colonos, currais, etc.

Para isso, todos aqueles agregados ou coisa que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, têm uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isto nas leis, mas nos costumes está, não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável.

Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a “fazenda”.

Não acha? Pelo que li no *Problema vital*, há câmaras municipais paulistas que obrigam os fazendeiros a construir casas de telhas, para

os seus colonos e agregados. Será bom? Examinemos. Os proprietários de latifúndios, tendo mais despesas com os seus miseráveis trabalhadores, esfolarão mais os seus clientes, tirando-lhes ainda mais dos seus míseros salários do que tiravam antigamente. Onde tal coisa irá repercutir? Na alimentação, no vestuário. Estamos, portanto, na mesma.

Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na "Casa Grande" ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o "Problema Vital".

Sobre o maximalismo

Revista Contemporânea | 1-3-1919

Em 11 de maio do ano passado, na revista *A.B.C.*, desta cidade, na qual durante muito tempo colaborei, tive ocasião de publicar um longo artigo – “No ajuste de contas” – que as bondosas pessoas que o leram tacharam-no logo de manifesto maximalista. O artigo não tinha esse pomposo intuito, mas, sendo tomado por tal, eu deixei que ele assim corresse mundo e fui desde logo classificado e apontado como maximalista. Quando houve o motim de 18 de novembro, estava no Hospital Central do Exército, havia perto de quinze dias; mas, assim mesmo, espantei-me que o trepoffismo da Rua da Relação não quisesse ouvir-me a respeito.

Desde esse artigo, muito de longe tenho tocado nessa questão de maximalismo; mas, lendo na excelente *Revista do Brasil*, de São Paulo, o resumo de uma conferência do eminente sociólogo argentino, Senhor doutor José Ingenieros, lembrou-me voltar à carga, tanto mais que os nossos sabichões não têm nem uma espécie de argumento para contrapor aos apresentados pelos que têm meditado sobre as questões sociais e veem na revolução russa uma das mais originais e profundas que se tem verificado nas sociedades humanas. Os doutores da burguesia limitam-se a acoimar Lenin, Trotski e seus companheiros de vendidos aos alemães.

Há por aí uns burguesinhos muito tolos e superficiais, porém, que querem ir além disto; mas cuja ciência histórica, filosófica e cuja sociologia só lhes fornecem como bombas exterminadoras dos ideais russos a grande questão de tomar banho e a de usar colarinho limpo.

Estes meninotes, *ad instar* Eça de Queirós, repisam essas bobagens com ares petronescos de romanos da decadência que jantam no Novo Democrata, faltando-lhes até um bocadinho de energia viril para arranjar um emprego nos Correios.

Os ricaçoizinhos que lhes repetem as sandices esquecem-se que, quando os pais andavam nos fundos dos armazéns e dos trapiches, a trabalhar como mouros para conseguir as fortunas que eles agora nem as gozar sabem, mal tinham eles tempo para lavar o rosto, pela manhã,

e, à noite, os pés, para deitarem-se. Foi à custa desse esforço e dessa abnegação dos pais que esses petroniozinhos agora obtiveram ócio para bordar vagabundamente almofadinhas, em Petrópolis, ao lado de meninas deliquescentes. Hércules caricatos aos pés de Onfales cloróticas e bobinhas.

A argumentação dessa espécie de insetos ápteros, cujos costumes e inteligência estão à espera de um Fabre para serem estudados convenientemente, dá bem a medida da mentalidade deles.

Os que são ricos, de fato, e aqueles que se querem fazer ricos, à custa de um proxenetismo familiar qualquer, sentindo-se ameaçados pelo maximalismo, e tendo por adversários homens ilustrados, lidos, capazes de discussão, deviam, se tivessem um pingão de massa cinzenta no cérebro, procurar esmagar os seus inimigos com argumentos verdadeiramente científicos e hauridos nas ciências sociais. Não fazem tal, entretanto; e cifram-se em repetir *blagues* do Eça e coisas do popular *Quo Vadis*.

“Non ragioniam di lor, ma guarda e passa...”

Deixemo-los, portanto; mas o mesmo não se pode fazer com o articulista de fundo do *O País*, que toda a gente sabe ser o Senhor Azevedo Amaral. Este senhor, de uma hora para outra, adquiriu, nos centros literários e jornalísticos do Rio de Janeiro, uma autoridade extraordinária sobre essas questões sociais. Não quero negar-lhe valor; ela, a autoridade, era justa até certo ponto; mas vai se tornando insolente, devido ao exagero dos admiradores e sicofantas da ilustração do Senhor Azevedo Amaral.

O Senhor Azevedo Amaral é hoje o assessor ilustrado do Senhor João Laje, no *O País*; é o seu consultor para as coisas de alta intelectualidade, que demandam leituras demoradas, o que o Senhor Laje não pode fazer, pois anda sempre atrapalhado com intermináveis partidas noturnas de *poker*¹ e, de dia, com as suas manobras do gênero jornalístico, nacional e estrangeiro. É o Senhor Amaral quem fala pelo Senhor Sousa Laje a respeito da grande política, das questões econômicas e sociais; e fala com a segurança de sua fama, com a irresponsabilidade

¹ A palavra pôquer ainda não constava na língua portuguesa do Brasil.

do anonimato e com o desdém pelos seus prováveis contraditores que só o podem atacar pelas pequenas revistas e jornais obscuros, aos quais ninguém dá importância. O Senhor Amaral escreve no *O País*, órgão da burguesia portuguesa rica do Rio de Janeiro, do Banco Ultramarino, do Teixeira Borges, que está sempre a navegar de conserva com as nossas esquadras, do Souto Maior & Cia., do visconde de Moraes, etc.; e, sendo todos os grandes jornais mais ou menos isso, isto é, órgãos de frações da burguesia rica, da indústria, do comércio, da política ou da administração, é bem de ver que um artigo maximalista não terá publicidade em nenhum deles. Dessa forma, pode o Senhor Amaral dizer o que quiser, impunemente, sem arriscar-se a polémicas que lhe arranhem a reputação literária. É invencível e invulnerável.

Quando, em 22 de novembro de 1918, ele disse que Jean-Jacques Rousseau era anarquista ou que o anarquismo tinha origem na “filosofia sentimental e chorosa” (chapa nº 1.783) do autor do *Contrato social*, eu, dias depois, pela revista *A.B.C.*, emprezei-o a demonstrar tal coisa.

Habitado, sempre que posso, a ir às fontes, nunca tinha encontrado, na leitura das obras de Rousseau, semelhante espírito, nem mesmo a mais tênue tendência para o anarquismo.

Rousseau, ao contrário, é um crente da Legislação e do Estado, que organiza como uma máquina poderosa, para triturar o indivíduo, cujas atividades de toda a ordem devem ser marcadas por leis draconianas. Jean-Jacques, como toda a gente sabe, era um grande admirador do despotismo do Estado, existente em Esparta, a que houve de fato ou a que está nas vidas dos seus heróis, Licurgo, Agesilau, etc., contadas por Plutarco. Houve até quem dissesse que ele era um duro Calvino leigo. Como esse seu espírito está longe do anarquismo!

No *Contrat Social*, liv. II, cap. VII, tratando “Do Legislador”, ele diz textualmente: “*Il faut, en un mot, qu’il* (o legislador) *ôte à l’homme ses forces propres*”, etc.; e no período seguinte:

Plus ces forces naturelles sont mortes et anéanties, plus les acquises sont grandes et durables, plus aussi l’institution est solide et parfaite: en sorte que si chaque citoyen n’est rien, ne peut rien que par tous les autres, et que la force acquise par le tout soit égale ou supérieure à la somme

des forces naturelles de tous les individus, on peut dire que la législation est au plus haut point de perfection qu'elle puisse atteindre.

Está nestas palavras suas consubstanciado o ideal do autor das *Confessions*, no tocante à política. Ele é um crente na eficácia do Estado e da Legislação; e não há autor anarquista que seja capaz de subscrever tais palavras. Não há um, e com razão, que não negue o Estado e duvide da eficácia da Legislação. Em geral, o que o anarquismo quer é soltar os homens, deixá-los agir livremente, sem leis, nem regulamentos, ou pelas legais quaisquer, para que, pela livre e autonômica ação de cada uma das forças individuais, em virtude da simpatia que nos solicita, uns para os outros, se obtenha naturalmente o equilíbrio de todas as forças e atividades humanas.

Como é então que o Senhor Amaral, sociólogo *ad hoc* do Senhor João Laje e do capitalismo cínico de que este é órgão, escreve um trecho como este? Vejam só:

A esse ideal novo de força, de ação e de trabalho, o anarquismo, refletindo os últimos vestígios da filosofia sentimental e chorosa do autor do *Contrato social*, vem opor a utopia desvirilizada de um mundo, enervado pela supressão da luta e da concorrência que elimina os fracos e os incapazes, e de uma terra adormecida na placidez estéril do nirvana da preguiça universal.

Esse “novo ideal” é de fazer rir; e o “nirvana da preguiça” merecia comentários. Deixo-os para outra ocasião. O meu fito, relembrando estas coisas aqui, é notar a estólida pretensão dos famosos jornalistas daqui, deste meu Rio de Janeiro. O Senhor Amaral é doutor, guindou-se aos grandes jornais, onde tem tido posições de destaque e a admiração estulta dos redatores autorizados e dos repórteres de polícia, e julga-se por isso com bastantes títulos, para não defender as solenes afirmações que faz, por escrito, público e raso.

Eu sei o que ele avança para não me responder. Tenho em muita boa conta o seu espírito, para não acreditar que me desdenhe por não ser eu formado. Quando Sua Senhoria andava pela Escola de Medicina,

sabe bem o doutor Amaral que eu veraneava pela Escola Politécnica; e se não me formei, honesta ou desonestamente, foi porque não quis.

Não é razão para o seu espírito, estou certo disso; mas há de pesar um pouco, devido às influências ambientes; e mais ainda: dado o meio em que vive, de pequenas invejas e rancores, de censuras farisaicas e virtudes tartufescas, Sua Senhoria convenceu-se de que não devia dar-me trela porque eu bebo e porque escrevi em uma revista que não era, e não é, de todo obscura. Se fosse em um jornal...

O Senhor Azevedo Amaral, por contágio, adquiriu aquela moléstia da nossa reportagem que só julga coisa importante e inteligente o que sai nos nossos grandes jornais de notícias policiais. É de admirar, porque, em geral, embora seja admitido o contrário, o homem superior não se adapta.

Lembrei tudo isto, porquanto tendo há quase um ano, como já disse, deitado uma espécie de manifesto maximalista, estou na obrigação e me julgo sempre obrigado a seguir o que aqui se disser a respeito dos ideais da revolução russa em que me baseei naquele meu escrito.

Digo ideais e não as fórmulas e medidas especiais, porquanto, desde o começo, tinha visto que elas não podiam ser as mesmas em todos os países.

O Senhor Ingenieros, muito mais sábio nessas coisas do que eu, e muito e muito mais experimentado nelas, assim definiu o maximalismo: "a aspiração de realizar o máximo de reformas possíveis dentro de cada sociedade, tendo em conta as suas condições particulares".

É o que se pode ler no número da *Revista do Brasil*, de São Paulo, a que já aludi, e no qual mais adiante ele esclarece o seu pensamento, mostrando como na Rússia é necessária a nacionalização dos imensos latifúndios que estão em mãos de particulares, mas que tal medida, na Bélgica ou na Suíça, não teria razão de ser, porquanto nestes dois últimos países a propriedade agrícola está já muito subdividida nas mãos dos mesmos que trabalham.

No meu artigo "No ajuste de contas", inspirado nas vagas coisas sobre a Revolução Russa, de que tinha notícia, eu pedia que se pusesse em prática quatro medidas principais: a) supressão da dívida interna, isto é, cessar de vez o pagamento de juros de apólices, com o qual gastamos anualmente cerca de cinquenta mil contos; b) confiscação

dos bens das ordens religiosas, sobretudo as militantes; c) extinção do direito de testar; as fortunas, por morte dos seus detentores, voltavam para a comunhão; d) estabelecimento do divórcio completo (os juristas têm um nome latino para isto) e sumário, mesmo que um dos cônjuges alegasse amor por terceiro ou terceira.

Este artigo meu que os raros leitores crismaram de manifesto maximalista, justificava todas essas quatro medidas radicais e indicava ligeiramente outras. Não quis, porém, tratar do problema agrário nacional que é um dos mais prementes.

No número passado desta revista, contudo, dando notícia de um opúsculo de Monteiro Lobato, eu disse o que pensava a tal respeito. O folheto do autor de *Urupês* tratava do saneamento das zonas sertanejas e rurais do Brasil, nestas últimas, já agora, devemos incluir também os subúrbios e freguesias roceiras do Município do Rio de Janeiro (custa-me muito escrever – Distrito Federal). Quando se agitou essa questão aqui, não julguei que os seus propugnadores exagerassem. Achei somente que eles encaravam o problema, no ponto de vista estreitamente médico; e não pesavam bem as outras faces da questão, parecendo-me então que queriam estabelecer a ditadura dos doutores em medicina.

A solução do saneamento do interior do Brasil, no meu fraco entender, joga com muitos outros dados. Há a parte de engenharia: dessecação de pântanos, regularização de cursos d'água, etc.; há a parte social, no fazer desaparecer a fazenda, o latifúndio, dividi-lo e dar a propriedade dos retalhos aos que efetivamente cultivam a terra; há a parte econômica, consistindo em baratear a vida, os preços do vestuário, etc., coisa que pede um combate decisivo ao nosso capitalismo industrial e mercantil que enriquece doidamente, empobrecendo quase todos; há a de instrução e muitos outros que agora não me ocorrem.

Em resumo, porém, se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer.

O caso típico desse malsão estado de espírito com que o enriquecimento de São Paulo infeccionou todo o Brasil de ganância e avidez crematística, está nesse caso recente das louças baratas, da

“louça do pobre”, cujos impostos de entrada, de um segundo para outro segundo, a fim de enriquecer um fabricante paulista, foram, na lei do orçamento, aumentados cinco vezes mais.

O deputado Nicanor Nascimento, que está muito mais do que eu habituado a lidar com essas questões de pauta, tarifas, impostos, etc., mostrou, em um curioso artigo, no número passado desta revista, como esse protecionismo nos empobrece, como nação, e não favorece o fisco de forma alguma. O que ele não disse, é como essa monopolização de salteadores, por intermédio das taxas alfandegárias, faz miseráveis os pobres e os médios; mas depreende-se perfeitamente do seu trabalho. Desejava muito que ele viesse também a tratar das isenções de direito... Hei de ver...

O escândalo das louças, dizia, teve a vantagem de mostrar ao público os baixos das manobras de que se servem esses espertalhões para enriquecerem nababescamente. O caminho sorrateiro, para arranjar a emenda, ficou claro a todos os que a guiaram pela estrada escusa da “cavação” parlamentar, ignóbil, sórdida e sem entranhas; ficando desmascarados, tiveram que se denunciar, denunciando os outros guias que a levaram até ao Senado da República. É esse o “trabalho” com que eles blasonam ter adquirido fortuna honradamente!... Que honra, Deus do céu!

Com tais casos à vista, cabe bem aos homens de coração desejar e apelar para uma convulsão violenta que destrone e dissolva de vez essa *societas sceleris* de políticos, comerciantes, industriais, prostitutas, jornalistas *ad hoc*, que nos saqueiam, nos esfaimam, emboscados atrás das leis republicanas. É preciso, pois não há outro meio de exterminá-la.

Se a convulsão não trouxer ao mundo o reino da felicidade, pelo menos substituirá a camada podre, ruim, má, exploradora, sem ideal, sem gosto, perversa, sem inteligência, inimiga do saber, desleal, vesga que nos governa, por uma outra, até agora recalcada, que virá com outras ideias, com outra visão da vida, com outros sentimentos para com os homens, expulsando esses Shylocks que estão aí, com os seus bancos, casas de penhores e umas trapalhadas financeiras, para engazopar o povo. A vida do homem e o progresso da humanidade pedem mais do que dinheiro, caixas-fortes atestadas de moedas,

casarões imbecis com lambrequins vulgares. Pedem sonho, pedem arte, pedem cultura, pedem caridade, piedade, pedem amor, pedem felicidade; e esta, a não ser que se seja um burguês burro e intoxicado de ganância, ninguém pode ter, quando se vê cercado da fome, da dor, da moléstia, da miséria de quase toda uma grande população.

Os tolos a que aludi, no começo destas linhas, dizem que repelem o maximalismo, porquanto não podem admitir que, amanhã, o seu criado lhes venha dar ordens. Supomos que eles o tenham... Bem. A razão é supimpa de gentil sociólogo fabricante de almofadinhas, em Petrópolis ou no reino dos céus.

Será preciso lembrar-lhes, Santo Deus!, que um dos aspectos que mais impressionam os pensadores estudiosos da Revolução Francesa, é ver de que forma, tendo ela acabado ou expulsado a grande nobreza hereditária, a de espada, quase esgotada de energias, e mesmo a de beca, deu ocasião para surgir das mais humildes camadas da sociedade francesa forças individuais portentosas e capacidades sem par de toda a ordem? Será preciso?... Mas repito: *Non racioniam di lor, ma guarda e passa.*

Homem ou boi de canga?

A.B.C. | 1920

Em 1893, quando se dava na baía da nossa cidade a revolta Saldanha-Custódio, meu pai exercia um pequeno emprego de almoxarife das Colônias de Alienados, na ilha do Governador. Um belo dia, os revoltosos, capitaneados por um oficial de Marinha, de cuja patente no tempo não me lembro, o Senhor Eliézer Tavares, que morreu almirante, tendo por segundo um cirurgião-dentista, o Senhor Nogueira da Gama, lá desembarcaram, mataram bois, carregaram gêneros, medicamentos e roupas e se foram em paz. Assisti tudo.

Na manhã seguinte, de falua, com alguns móveis e outros pertences domésticos, transportávamos nós, isto é, a minha gente, para a ponta do Caju, tomando caminho pelos canais pouco profundos que ficam entre os mangues e praias de Inhaúna e as ilhas do Fundão (aí o canal é fundo), Caqueirada, Bom Jesus e outras, cujos nomes me escapam. Emigrávamos.

Ficou estabelecido, entre as altas autoridades, que meu pai ficasse no Engenho da Pedra, litoral da Penha, com o depósito de gêneros necessários ao alimento de duzentos doentes que estavam na ilha, e ali fosse morar, para guardá-los e enviá-los em rações diárias para os dementados em abandono.

Assim fez ele.

Todas as manhãs, eu e meu pai saíamos, ele, a fim de providenciar para o envio diário de gêneros, e eu, menino de doze anos, para acompanhá-lo até onde Deus fosse servido mandar-nos.

Embarcávamos os gêneros no lugar denominado Engenho da Pedra, fronteiro a uma das colônias, Conde de Mesquita, tendo de permeio, no canal, a ilha do Fundão, coberta de grandes e frondosas árvores. Aquelas manhãs primaveris eram lindas e plácidas. Tudo muito azul; as árvores muito verdes e roçagantes; as águas do mar, espessas de azul-da-prússia; os longes dos Órgãos solenes, soberbos e altos; tristonho, o ilhéu do Cambambe, com as ruínas de um sobrado que parecia ter sido incendiado, à vista dos vestígios de fumaça nas paredes, nuas e eretas; risonha, a ilha do Raimundo, com o seu bananal verde-

claro a mirar as águas mansas do mar pela manhã; e a de Saravatá, lá longe, com o seu paiol abandonado – todo este quadro imarcescível me ficou gravado na memória até hoje, indelevelmente, como se fosse impresso à máquina.

Nós morávamos numa casinha de telha-vã, muito poeticamente situada a meia encosta de uma colina, cavalgando a estrada que levava ao porto de embarque. Na frente, a vista era curta, pois do outro lado da via pública, no alto de um monte que se erguia rapidamente, havia ruínas de uma capela, barrando, morrote e ruínas, o horizonte fronteiro da nossa casinha.

Aos lados, porém, a vista era vadia e larga, apesar de, à esquerda, existir construções meio acabadas de uma fábrica de vidros que não chegou a funcionar.

Todas as manhãs íamos, eu e meu pai, até o “porto”, ver o embarque de gêneros para a ilha.

Havia aí um destacamento de polícia, comandado por um alferes ou tenente. Lembro-me ainda de alguns fatos que lá assisti.

Uma manhã, quando estávamos à beira da praia, conversando meu pai com o comandante do destacamento, apareceu entre as Freixeiras, ilha do Governador e a ilha de Saravatá, uma lancha revoltosa. Logo se viu que ela disparava o seu canhão-revólver contra nós. Abrigamo-nos; os soldados apanharam as carabinas e entrincheiraram-se no casebre que lhes servia de quartel.

Fosse porque fosse, após dois ou três disparos, a pequena embarcação armada voltou para donde viera, e o sossego tornou de novo ao local em que estávamos.

No eirado, assim que o perigo cessou, o comandante disse para o meu pai:

– Olha, Barreto: se “eles” desembarcassem, eu fazia assim...

E mostrou como viraria a blusa pelo avesso.

Esse caso, porém, não é o que nos interessa agora. É outro. Uma dessas manhãs, antes ou depois do aparecimento da lancha na ilha de Saravatá – não me lembro bem – um soldado ou cabo chamou meu pai de parte e pôs-se a conversar com ele.

Fiquei afastado, olhando o mar encrespado pelo terral, as gaivotas e as belas mangueiras do Galeão, lá no outro lado, que tinham visto Dom João VI e recebido, por várias vezes, a sagrada visita do raio, na sua secular existência.

Acabada a conversa, veio meu pai para mim. Nada me disse logo; mais tarde, porém, confidenciou-me:

– Você sabe o que aquele soldado queria?

– Não, papai.

– Queria que eu lhe dissesse por que esses dois homens estão brigando.

Esses dois homens eram Floriano e Custódio.

Esse pequeno fato, que podia passar completamente despercebido, feriu-me imensamente naquela fraca idade que eu tinha então. Nunca podia imaginar que um homem arriscasse sua vida sem saber por quê, nem para quê. Pareceu-me isto estúpido e indigno mesmo da condição de homem. Um ato desses, de jogar a própria existência, devia ser perfeitamente refletido e consciente. Ficou-me o fato; e, anos depois, muitos anos mesmo, quando fui ler o formidável *Guerra e paz*, de Tolstoi, encontrei uma cena, não idêntica, mas do mesmo fundo. Não me recordo bem como é; mas dela se depreende que o soldado nada sabe dos motivos por que combate.

E assim é feita a guerra.

As massas de combatentes, homens simples e sem luzes, em geral, não sabem nitidamente por que dão tiros uns contra os outros.

Às vezes, os seus chefes e diretores conseguem instilar no espírito deles vagos motivos patrióticos; mas, na última guerra, tal coisa não pode ser concebida como movendo árabes, gurcos, senegaleses, curdos, etc., a se matarem e a matar.

Esta última guerra foi uma mistificação de parte a parte. Vimos, agora, depois que veio à tona o “negócio dos navios”, como e por que nós entramos na guerra; como estávamos ameaçados de morrer aos milhares no norte da França, unicamente para que alguns especuladores ganhassem, em suma, um, dois ou mais milheiros de contos. Eis aí a guerra, na sua essência.

O que, porém, faz ressaltar, de um modo cortante, o feitio de inconsciência com que a massa dos combatentes é levada para os campos de batalha, é este trecho das burocráticas memórias do teimoso Ludendorff, que o *Correio da Manhã* publicou, em 18 do corrente.

Ei-lo:

Atravessando as montanhas, eu abordei uma sentinela. Respondeu-me, em não sei que língua estranha, umas coisas que não compreendi. Os oficiais austro-húngaros que me acompanhavam também não compreenderam.

É eloquente o patriotismo desse pobre-diabo de sentinela, que não compreende os seus oficiais e os seus oficiais não o compreendem! Perdido entre as montanhas, sofrendo frio e outras privações, com risco de morte, ele tudo isto sofre, a tudo se arrisca, certamente sem saber por quê, e nem ao menos entende a língua dos seus chefes!

É incrível!

As causas da luta lhe devem ser perfeitamente estranhas, pois nem no mínimo pode compreender as exortações dos interessados nela; ele não tem nenhum interesse próximo ou remoto na contenda; mas ele vai morrer!...

É estranho, meu Deus! Não parece ser um homem; parece um boi de canga...

Simple reparo

A.B.C. | 21-2-1920

O senhor doutor Sousa Leite, a quem conheço desde muitos anos e cujas qualidades de cavalheirismo e de inteligência sempre apreciei, voltando da Europa e sendo solicitado a isso, concedeu a um jornal desta capital – *Rio-Jornal* – uma entrevista sobre as suas impressões do momento que atravessam a indústria e o operariado europeus.

Há muito que respigar nas suas palavras e eu me permiti a ousadia de fazer um simples reparo a um ponto de sua entrevista, em que, julgo, o doutor Sousa Leite foi totalmente infeliz.

É opinião do ilustre engenheiro que a abolição quase total... O melhor é transcrever as suas palavras. Ei-las:

A abolição quase total do ensino religioso nas escolas públicas, afetando mais diretamente as classes menos favorecidas da fortuna, matou ou adormeceu nelas a crença inata e necessária de uma recompensa futura, como compensação e justa paga da pobreza sofrida com voluntária resignação e ânimo forte, e fez irromper violenta e incoercível a aspiração à inteira igualdade de gozo e de fortuna, consequência lógica e fatal do materialismo triunfante.

Se quisesse brincar era caso de dizer que não havia necessidade desse narcótico transcendente da religião e o seu ensino para levar todos os trabalhadores a resignarem-se com a pobreza. Bastava a aguardente, a cachaça, que não exigem fé nem complicações de catecismo, padres, missas, sermões, etc.

Não é ocasião, porém, de brincar, nem o doutor Sousa Leite é merecedor que assim se converse com ele ou contrarie o seu pensamento. Merece, por todos os motivos, que se lhe fale a sério e não lhe quero falar de outro modo.

Há, primeiro que tudo, a notar na sua afirmação uma pequena impropriedade. Não se trata bem de pobreza, trata-se de miséria, de fome. O geral dos homens suporta, com ou sem religião narcotizadora,

a pobreza; mas muito poucos suportarão a miséria, a fome, a nudez, quando têm mulheres e filhos e trabalham mais que os antigos escravos.

Tudo encareceu devido à ganância e outras coisas, sobretudo, porém, à ganância dos ricos ou os que se fizeram ricos, sem que os salários e ordenados subissem proporcionalmente, sendo insuficientes, no confessar de todos, para o mais medíocre passadio das famílias pobres. Isto é que é a verdade, aqui, na Europa, na Cochinchina, em toda a parte.

Enquanto precisaram de gente para morrer nas trincheiras, os governos e os industriais sabiam onde buscar dinheiro para pagar, alimentar regimento, vestir, etc. os seus soldados e dar aos operários altos salários. Depois que acharam bom suspender a carnificina, começaram a chorar miséria, embora tudo continuasse caro ou, até, aumentasse de preço.

O essencial, porém, do que afirma o doutor Sousa Leite não está aí; está na tal história do ensino religioso, que leva a suportar com resignação a pobreza, ou melhor, a miséria.

Admira-me que o doutor Sousa Leite, que não é padre, frade, irmã de caridade ou interessado por política no prestígio da religião (deve ser a católica) diga isto, porquanto tudo está indicando e a mais superficial observação revela que nada se pode esperar, para a final harmonia da humanidade, do vesgo e malvado ensino religioso do catolicismo. No momento de escrever estas linhas, acabo de ler no interessante *O Jornal*, desta cidade, um artigo do doutor Gastão Stockler, intitulado "Meninas de cor". O doutor Sousa Leite pode lê-lo e o deve, para ver como tal ensino tende a minorar as causas de atritos, de conflitos, de ódios entre os homens. Leia-o, doutor Sousa Leite.

Continuemos, porém, o que nos interessa neste instante.

Os operários que estão agora a reclamar dos patrões e dos governos contra as condições de vida que lhes são impostas, foram até agora de uma cordura e de uma longanimidade de santos do *Flos Sanctorum*.

Enquanto isto o que faziam os dirigentes? Enriqueciam nababescamente, acumulavam fortunas infinitas, de um modo feroz, de verdadeiros salteadores, sem dó nem piedade dos seus trabalhadores a morrer nos fundos das minas ou a suar sangue nas bocas dos fornos e fornalhas.

Todos eles, nestes cinco anos de desgraças para a humanidade, fazendo paganescamente escachoar das mãos os milhões de suas burras, pareciam, pelo seu contentamento e pelo luxo ostentado pelas suas mulheres, filhas e amantes, sentir um indescritível prazer sádico em saber que aquela riqueza a escorrer-lhes pelas manoplas abaixo era fruto da morte, do estropiamento, da loucura, da miséria de milhares e milhares de homens, mulheres e crianças.

Parece que é São Paulo que diz que todos os males vêm da cupidez. Quando vimos patrões, negociantes, argentários mais cúpidos do que atualmente?

Entre nós, não vimos todos um industrial riquíssimo pleitear um aumento exorbitante dos impostos aduaneiros sobre a chamada louça dos pobres para o fim único de afastar a concorrência estrangeira e aumentar a renda de duas vagabundas fabricazinhas suas, a fim certamente de ficar ele ainda mais rico?

Esse industrial, como toda a gente sabe, e como ele muitos outros de igual jaez, é conde do Papa. É de presumir, portanto, que ninguém mais do que ele, dignitário do Vaticano, conde (companheiro, segundo a etimologia) do Santo Padre de Roma, estivesse saturado do ensino religioso e fosse capaz, não direi de resignar-se à pobreza, mas a lucros razoáveis e justos.

Entretanto, assim não é. O senhor conde papalino não se contenta em ganhar, livre de despesas, em um só ano, algumas dezenas de mil contos; quer mais, à custa do empobrecimento de quase toda a população do país.

Os efeitos sedativos do ensino da Igreja sobre a ambição humana deviam se verificar na alma dos chefes, dos guias, dos patrões e dos empresários, quase todos católicos de quatro costados; o que se vê, porém, não é isso.

O governo da nossa República está de fato entregue aos padres graúdos, porque estes governam as nefastas irmãs de caridade, que, por sua vez, dominam as suas antigas discípulas e, por fim, estas últimas, os seus maridos que são os ministros, os presidentes, os deputados, os juizes de alto coturno, etc. Como é, então, que não se vê resignação à pobreza neles? Dom Pedro II, que tinha por avós não sei quantos reis e

imperadores, tinha três ridículas casas, no Rio de Janeiro, que eram da coroa ou da nação; e uma em Petrópolis, que era dele. Um nosso presidente qualquer, bacharel qualquer e filho de um coronel qualquer, tem quatro ou mais palácios suntuosos, recebe de vencimentos anualmente quase tanto quanto a antiga dotação imperial; o Estado paga a sua famulagem, enquanto a dele o imperador pagava, e, por muito favor, custeia unicamente o seu feijão com carne-seca, prato de luxo que ele não dispensa, porque é hoje iguaria de potestade.

Para que ele quer tanto dinheiro? Para que ele quer tantos palácios? Nasceu, por acaso, nessas coisas como um príncipe de fato? Não. Está ou não pecando muitas vezes?

Por que, então, a Igreja com os seus poderes explícitos e implícitos não lhe prega o resignar-se com a mediania do seu nascimento, não o tira do luxo, da ostentação que, no meio da miséria geral, é uma ofensa e um desafio? Por quê?

O Senhor doutor Sousa Leite me obriga a tirar uma conclusão que eu não queria tirar. Na sua opinião a religião só deve atuar como moderadora de ambições para o prazer, nos que são pobres, por isso e aquilo, quanto aos outros que nasceram ricos ou se fizeram ricos podem tê-las sem nenhum limite e freio. Singular doutrina!

O materialismo, afinal, meu caro doutor Sousa Leite, não está triunfante unicamente nas massas operárias; ele está, apesar dos títulos, veneras, santinhos, breves, bênçãos, etc., também triunfante na massa dos grandes burgueses ricos ou com poder material, gente que a Igreja abençoa, enobrece e até sagra.

A diferença é o que deste se encaminha para o supérfluo, para o que é demais; e o dos outros, o dos operários, pede o indispensável à sua manutenção, ao que é imprescindível à simples existência de um homem: vestir-se, calçar-se, alimentar-se e morar.

Para mim, julgo que estes últimos têm toda a razão; e creio que, no fim de contas, o doutor Sousa Leite deve ser também da minha opinião, porquanto é católico e a igreja católica condena o suicídio, mesmo quando é à fome.

Grève inútil

Careta | 22-5-1920

Os empregados dos bancos de Berlim declararam-se em *grève*.¹

Está aí uma *grève* para muita gente bastante sem significação. Eu, por exemplo, nunca tive a mínima ideia da serventia de um banco.

Para mim, tal instituição, como muitas outras coisas, são absolutamente coisas quiméricas.

Por isso, fico sempre muito admirado que toda a gente peça bancos para o desenvolvimento do país.

Eu não sei por quê, nem para quê.

Não são só os bancos cuja existência acho inútil. Há outras coisas, entre as quais posso citar assim de pronto: as joias, as representações no Municipal, além dos navios transatlânticos, que levam os homens felizes e os revolucionários estrangeiros para a Europa.

Muito tem demais o mundo, para minha existência; mas nem por isso deixo de apreciar o supérfluo nos outros.

O banco, porém, é que não vejo em mim, nem nos outros das minhas relações.

O único que conheci, foi o dos funcionários públicos, mas esse não me deixou boas recordações.

Agora, porém, os de Berlim, por intermédio de seus empregados, por terem aderido ao socialismo, anarquismo ou coisa que valha, estão empregando também a malsinada *grève*.

Não me compete censurá-los por isso, pois o uso da *grève* generaliza-se em todas as profissões; o que me parece, porém, é que essa *grève* só pode interessar os capitalistas e, certamente, esses não estarão dispostos a dar o seu apoio a essa arma com que os guerreiam os seus inimigos.

Essa *grève* vai resultar inútil, daí pode ser que não (*sic*) e até concorra muito para a solução da questão social.

Veremos...

¹ Ao escrever *grève*, como no francês, o autor nos mostra que a palavra ainda não havia sido adotada pela língua portuguesa do Brasil.

A grève da Cantareira

Careta | 19-2-1921

Nesse negócio de *grève* dos marinheiros da Cantareira, toda a gente viu anarquismo, sindicalismo anárquico e outras coisas apavorantes para a Sociedade, para o Estado, etc., etc.

Pode ser que uma tal explicação seja cabível para outra qualquer parede¹ que se dê por aí; mas para aí; mas para tal companhia de tartarugas, vulgo barcas de Niterói, não.

Os habitantes de ambas as cidades de um ou outro lado da baía são sabedores do mau estado das almanjarras ronceiras que a atravessam, servindo aos passageiros que as demandam, por absoluta necessidade.

Quando eles fazem tal sacrifício de vida, caso o possam, vão à mais próxima igreja e encomendam a sua alma a Deus.

Houve mesmo “diários” delas que se quiseram cotizar, a fim de manterem capelães, nas respectivas pontes daqui e de Niterói, a fim de prestarem os serviços divinos de quem marcha certo para a morte. Este alvitre não pôde ser posto em prática, porque a diretoria da companhia viu em tenção tão piedosa um atentado aos seus soberanos direitos de mandar, desta para a melhor, os pobres mortais que se veem obrigados a embarcar nos seus carunchosos calhambeques, que não oferecem a simples segurança da mais humilde canoa de pesca. As tais barcas fazem água por todos os poros; elas adernam por dá cá aquela palha; elas levam uma eternidade daqui para lá e de lá para aqui – e isto com muito orgulho e prosápia. Andam assim como se fossem altaneiros couraçados ou velozes cruzadores.

Não há embarcação miúda ou graúda, civil ou militar, que lhes leve as lampas em grandeza e galhardia de coisa importante que desafia os caprichos do mar.

Certa vez, um desses calhambeques, cheio de orgulho e empáfia como os demais, teve o topete de sair barra fora, como se fosse gente.

O oceano foi com ele generoso. Desprezou a sua arrogância, não o tragou, mas troçou-o a valer. Fê-lo andar à matroca, levantou-o no seu dorso como um pedaço de palha; enfim, debochou-o como quis.

¹ Sinônimo de greve.

Afinal, cansado, depois de tê-lo feito embiocar em toda enseada e angra, saiu delas para meter-lhe susto com um encalhe, numa praia de ilha deserta, atirou com ele em Santos.

São tais os perigos que correm os que navegam em tais barcas, como se está vendo, que os respectivos marinheiros resolveram muito precavidamente abandoná-las por prudência.

Foi este e não outro o motivo da última *grève* nas barcas da Cantareira.

Manuel de Oliveira

Revista Souza Cruz | 1-5-1921

A história da mágoa que o levou a uma semiloucura, ele ma contou muitas vezes de um modo inalterável. Cabinda de nação, ele viera muito menino da Costa da África e um português hortelão o comprara e lhe ensinara o ofício de plantar couves.

O seu senhor tinha uma grande horta pelas bandas da Rua do Pinheiro, no Catete, e logo que o pobre Manuel – era esse o nome do meu cabinda – cresceu um pouco, pela manhã, com verduras cuidadosamente contadas pelo senhor, ele saía para o Catete e Botafogo a vender couves, repolhos, cenouras, etc. Levavam as verduras e legumes preços marcados, mas ele as podia vender mais caro, ficando para si o excedente. Durante anos, Manuel de Oliveira, pois, como era costume, veio a usar o sobrenome do senhor, fez isso, ao sol e à chuva, juntando nas mãos do senhor os seus lucros diários. Quando chegou a certa quantia estipulada, o Oliveira, dono da horta, deu-lhe a sua carta de alforria.

Não saiu da companhia do seu antigo senhor e com ele continuava a trabalhar, mediante salário.

Habitudo a economizar, continuava a fazê-lo, mas não sem que, de quando em quando, comprasse o seu “gasparinho”. Um belo dia, a sorte bafejou-o e a loteria deu-lhe um conto de réis, que ele guardou nas mãos do patrão.

Por esse tempo, veio Manuel de Oliveira a conhecer uma pretinha escrava que acudia pelo nome de Maria Paulina. A comborça interessou-o e ele, à vista das condições de fortuna em que estava, resolveu, após os preliminares indispensáveis, tomar estado. Libertou a rapariga, comprou uns móveis toscos, alugou um tugúrio e foi morar com a Maria Paulina. As coisas correram bem até certo tempo. De manhã, lá ia Manuel de Oliveira para a horta, apanhava o tabuleiro e corria à freguesia.

Aí, pelas onze horas, meio-dia, passava pela sua casa, almoçava com a Maria Paulina, voltava para a horta, após o almoço, a fim de molhar os canteiros do patrão.

Assim, ia correndo a sua vida, quando ele teve a honra, na sua humildade, de ser objeto de drama. Maria Paulina fugiu...

O fato abalou o pobre preto em todo o seu ser. Ficou meio pateta, deu em falar sozinho, abandonou a horta e deixou-se errar a esmo pela cidade, dormindo aqui e ali.

A polícia apanhou-o e meteu-o no Asilo de Mendigos. Daí foi enviado para a ilha do Governador e internado numa espécie de colônia de pedintes que o governo imperial fundou nos seus últimos anos de existência.

Vindo a república foram essas colônias, pois eram duas, transformadas nas atuais de alienados.

Meu pai foi, em 1890, nomeado para um pequeno emprego delas. Fomos todos morar lá e foi então que conheci Manuel de Oliveira.

Sóbrio, trabalhador e disciplinado, o velho preto cabinda não sofria nenhum constrangimento. Era até encarregado de uma seção importante que superintendia com o mais acrisolado devotamento. Manuel dirigia a ceva dos porcos e, para eles, cozinhava.

Vivia independente de toda e qualquer vigilância, debaixo do terreiro anexo ao chiqueiro, vigiando a caldeirada dos suínos, resmungando e balbuciando a sua dor eterna.

Muito menino – eu tinha nove anos – apesar de não ser muito regular, corria toda a colônia e dependências.

O edifício principal era um antigo convento de beneditinos. A igreja dividia duas alas desiguais; e tudo olhava o sol levante. A ala direita era quase toda ela guarnecida de largas janelas em arco pleno; mas a esquerda era mesquinha e sem interesse.

Tendo passado a minha primeira meninice na cidade, aqueles aspectos eram para mim inteiramente raros. As árvores, os pássaros, cavalos, porcos, bois, enfim todo aquele aspecto rústico, realçado pelo mar próximo, enchia a minha meninice de sonho e curiosidade.

O velho Oliveira dava-me sempre mimos. Era uma fruta, era um bодоque, era uma batata-doce assada no braseiro do seu fogão, ele sempre tinha um presente para mim. Eu o amei desde aí, e quando, há anos, o levei para o cemitério de Inhaúma, foi como se enterrassem muitas esperanças da minha meninice e a adolescência, na sua cova...

Apesar dos rigores regulamentares, ele ia até nossa casa levar isso ou aquilo; e, às vezes, lá se demorava, fazendo este ou aquele serviço.

Por fim, o médico deu-lhe alta e ele veio morar definitivamente conosco.

Pude então conhecê-lo melhor e apreciar a grandeza de sua alma e a singularidade de suas opiniões.

Coisa curiosa! Oliveira tinha em grande conta a sua dolorosa Costa d'África.

Se eu motejava dela, o meu humilde amigo dizia-me:

– “Seu Lifonso”, o senhor diz que lá não há quem saiba ler. Pois olhe: os doutores daqui, quando querem saber melhor, vão estudar lá.

Além de ter esse singular e geral orgulho pela África, ele tinha um particular pela sua “nação”. Para ele, cabinda era a nacionalidade mais perfeita e superior da Terra. Nem todo o negro podia ser cabinda.

– Manuel, Nicolau é cabinda?

– Qual o quê! Aquele negro feiticeiro pode ser cabinda! Aquilo é congo ou boca de benguela.

As suas opiniões políticas eram curiosas. Tinha, como todo o nosso homem do povo, uma grande veneração pelo imperador, até exagerada.

Ele me dizia:

– “Seu Lifonso”: não houve no mundo imperador como o daqui; todas as nações tinham inveja do Brasil por causa dele.

Entretanto, e apesar de não gostar da república, ele informava que o governo de sua terra era melhor que o daqui, porque lá havia, ao mesmo tempo, imperador e presidente da República.

O seu grande amor era a horta. O seu amigo senhor tinha-lhe inventado esse gosto que não largou até a hora da morte.

Havia muita coisa de singular e curioso nessa pobre alma de negro que me acompanhou durante quase trinta anos, através de todas as vicissitudes.

Devo-lhe muito de amor e devotamento.

Conto um pequeno fato. Quando minha família atravessou uma crise aguda; quando veio a nossa tragédia doméstica, Manuel de Oliveira chegou-se a mim e emprestou-me cem mil-réis que economizara.

Muitos outros fatos se passaram entre nós dessa natureza, e, agora, que o desalento me invade, não posso relembrar essa figura original de negro, sem considerar que o que faz o encanto da vida, mais do que qualquer outra coisa, é a candura dos simples e a resignação dos humildes...

Referências

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *A grève da Cantareira*. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 661, ano XIV, p. 35, fev/1921. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1921/careta_1921_661.pdf>. Acesso em: 01 set. 2012.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Bagatelas*. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00117300#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Contos completos*. SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Feiras e mafuás*: artigos e crônicas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Grève Inútil*. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 622, ano XIII, p. 37, maio/1920. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1920/careta_1920_622.pdf>. Acesso em: 01 set. 2012.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Histórias e sonhos*: contos. Rio de Janeiro: Livraria Editora de GianLorenzo Schettino, 1920. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00117600#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Toda Crônica*: Lima Barreto. RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Raquel. (Org.). Rio de Janeiro: Agir, 2004. - v. I e v. II

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Obras de Lima Barreto*. 2. ed. BARBOSA, Francisco de Assis; HOUAISS, Antônio; PROENÇA, Manuel Cavalcanti. (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1961.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Vida urbana*: artigos e crônicas. São Paulo: Brasiliense, 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Domínio público*: biblioteca digital desenvolvida em *software* livre. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 1 set. 2012.

**Publicações Viva Voz
de interesse para a área de estudos literários**

Diante da Lei

uma experiência em Teoria da Literatura

Nabil Araújo (Org.)

Literatura brasileira e crime

Vera Casa Nova (Org.)

Poesia brasileira, época barroca

v. 1 e 2

José Américo Miranda (Org.)

Poesia brasileira, época neoclássica

José Américo Miranda (Org.)

Poesia sobre trabalhadores

Antônio Augusto Moreira de Faria

Rosalvo Gonçalves Pinto (Org.)

Os livros e cadernos Viva Voz estão disponíveis em
versão eletrônica no *site*: www.lettras.ufmg.br/vivavoz

Este livro é resultado de pesquisa realizada por estudantes de graduação e pós-graduação da Faculdade de Letras da UFMG, orientados pelos professores Antônio Augusto Moreira de Faria e Rosalvo Gonçalves Pinto. Composto em caracteres Verdana.



As publicações Viva Voz acolhem textos de alunos e professores da Faculdade de Letras, especialmente aqueles produzidos no âmbito das atividades acadêmicas (disciplinas, estudos orientados e monitorias). As edições são elaboradas pelo Laboratório de Edição da FALE/UFMG, constituído por estudantes de Letras – bolsistas e voluntários – supervisionados por docentes da área de edição.

